

Renata Guimarães Reynaldo

**O FENÔMENO GLOBAL E O PAPEL DOS MOVIMENTOS
FEMINISTAS NA EFETIVAÇÃO DE UMA GLOBALIZAÇÃO
CONTRA-HEGEMÔNICA**

Dissertação submetida ao Programa
de o-Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Silva
Portanova

Florianópolis
2012

Catologação na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina

A ficha catalográfica é confeccionada pela Biblioteca Central.

Tamanho: 7cm x 12 cm

Fonte: Times New Roman 9,5

Maiores informações em:

<http://www.bu.ufsc.br/design/Catalogacao.html>

Renata Guimarães Reynaldo

**O FENÔMENO GLOBAL E O PAPEL DOS MOVIMENTOS
FEMINISTAS NA EFETIVAÇÃO DE UMA GLOBALIZAÇÃO
CONTRA-HEGEMÔNICA**

Esta Dissertação foi julgado(a) adequado(a) para obtenção do
Título de “...”, e aprovad(o)a em sua forma final pelo Programa ...

Local, x de xxxxx de xxxx.

Prof. xxx, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a xxxx, Dr.^a
Orientadora
Universidade xxxx

Prof.^a xxxx, Dr.^a
Corientadora
Universidade xxxx

Prof. xxxx, Dr.
Universidade xxxxxx

Aos meus pais, Maurício Rocha Reynaldo e Maria Cirlene Guimarães Reynaldo, e ao meu irmão, Maurício Guimarães Reynaldo - os três pilares da minha existência.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina, lugar de inspiração e calorosa acolhida.

Aos servidores e professores do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), em especial à professora Odete Maria de Oliveira, pelos enormes ensinamentos transmitidos durante o mestrado, o encaminhamento intelectual, as preciosas lições de teoria e humanidade.

Ao professor Rogério Silva Portanova, pela sensibilidade para compreender e apostar na proposta que deu origem a esta dissertação, pelo exemplo de serenidade e amor ao saber.

À professora Thais Luzia Colaço, por todo o auxílio generosamente prestado e pela oportunidade do estágio de docência que tanto acrescentou a esta caminhada acadêmica.

À professora Teresa Kleba Lisboa, pela preciosa contribuição na análise do projeto que deu origem ao presente trabalho, pela indicação de importantes obras e por gentilmente ceder sua rica biblioteca.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Aos amigos encontrados durante o mestrado, Ana Cecília Coelho, Isabela Borba, Javier Rodrigo Maidana, Juliana Wüst Panceri, Karlo Koiti Kawamura, Leilane Serratine Gruba e Ligia Vieira, pela presença essencial, por tornarem este período tão feliz e cheio de descobertas, por compartilharem sonhos e dúvidas, momentos bons e difíceis. Por serem e estarem, simplesmente.

Aos veteranos do PPGD, Amanda Madureira, André Soares Oliveira, Bruna Silveira Roncato, Letícia Canut e Marcia Cristina Puydinger de Fazio, pelos sábios conselhos e presença acolhedora.

À todas as grandes e sábias mulheres construtoras do feminino em mim, fontes de inspiração, especialmente à irmã Kamila Guimarães de Moraes, à amiga e incentivadora Carla Borba, às mães de coração Regina Rocha Reynaldo Tibúrcio e Dilécia Gonçalves Guimarães, à avó Tarcila Ana Rocha Reynaldo e, mais uma vez, à minha mãe.

Aos pequenos amores Enki e Marduk, companheiros constantes nas madrugadas de escrita.

À minha família, fundamental e sempre presente.

Aos amigos, por fazerem a vida valer à pena.

Isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro.

(Simone de Beauvoir, 1949)

RESUMO

Presencia-se atualmente uma realidade social complexa, um mundo paradoxalmente unificado e dividido em decorrência do fenômeno global. A globalização, dentre suas várias facetas, se apresenta de maneira mais visível e influente sob a forma de uma globalização hegemônica, caracterizada pela preeminência de sua esfera econômica e adequação à cartilha neoliberal, cujos efeitos prejudiciais afetam a maior parte da população mundial, e de forma específica e destacada, as mulheres. Em contraposição a esta globalização hegemônica passaram a se insurgir diversos movimentos de resistência, cujo conjunto se denomina globalização contra-hegemônica e que visa conferir preocupações sócio-culturais e ambientais ao processo como um todo. Desta forma, à medida que se voltam também a combater a subordinação e as consequências nocivas trazidas pela globalização hegemônica às mulheres, conclui-se que os movimentos feministas fazem parte da globalização contra-hegemônica, tomando-se como objeto da presente pesquisa verificar se aqueles, por meio de sua atuação prática no cenário transnacional, contribuem para a efetivação desta. Para atingir este objetivo o presente trabalho utiliza-se do método de abordagem dedutivo, identificando, ao fim, conquistas reais dos movimentos feministas, que comprovam, portanto, sua contribuição eficaz para a consecução do objetivo da globalização contra-hegemônica por meio do combate aos efeitos nocivos advindos da globalização hegemônica.

Palavras-chave: Globalização. Globalização Hegemônica. Globalização Contra-Hegemônica. Gênero. Movimentos Feministas. Transnacionalismo.

ABSTRACT

Nowadays, a complex social reality is observed, formed by a paradoxically unified and divided world as a result of the global phenomenon. Globalization, among its many facets, appears in a more visible and influential way as an hegemonic globalization, characterized by the preeminence of its economic aspect and suitability to neoliberal doctrine, whose harmful effects affect the majority of world population, specifically and prominently women. Therefore, in opposition to this hegemonic globalization began to emerge several resistance movements, called on the whole as counter-hegemonic globalization, which seeks to bring socio-cultural and environmental concerns to the entire process. From this conceptualization it is possible to conclude that the feminist movements, as they also intend to fight against the harmful consequences and subordination brought by the hegemonic globalization to women, are part of the counter-hegemonic globalization. Given the above, the practical actuation of feminist movements in a transnational setting will be analyzed, in order to verify if they actually contribute, in case of obtaining real achievements, to the effectuation of this larger movement to which they belong, called counter-hegemonic globalization. To achieve this objective the present study employs the deductive method of approach, identifying at the end, real achievements of feminist movements that prove, therefore, its effective contribution for the achievement of the goal of counter-hegemonic globalization by means of the containment of harms arising from hegemonic globalization.

Keywords: Globalizations. Hegemonic Globalization. Counter-Hegemonic Globalization. Gender. Feminist Movements. Transnationalism.

LISTA DE SIGLAS

- AMI** – Acordo Multilateral de Investimento
- BM** – Banco Mundial
- CEDAW** – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FSM** – Fórum Social Mundial
- G7** – Grupo das sete principais economias capitalistas
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- OCDE** – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONGs** – Organizações Não-Governamentais
- OIs** – Organizações Internacionais
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAE** – Programa de Ajuste Estrutural
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- UNFPA** – Fundo de População das Nações Unidas
- UNIFEM** – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 - O FENÔMENO GLOBAL E A GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA.....	24
1.1 UM MUNDO GLOBALIZADO.....	25
1.1.1 Globalizações e Desglobalizações – as Ondas e os Processos Globais.....	25
1.1.2 A Contextualização do Processo Globalizante Contemporâneo.....	28
1.1.3 Delineamentos Conceituais.....	31
1.1.4 Particularidades do Fenômeno.....	34
a) Multidimensionalidade.....	35
b) Desigualdade e Contraditoriedade de sua Expansão pelo Globo.....	38
c) Redefinição de Cenários de Atuação – as Tensões entre Local e Global.....	39
d) Preeminência de sua Esfera Econômica.....	43
1.2 MODELO ECONÔMICO NEOLIBERAL E O CONSENSO DE WASHINGTON.....	45
1.3 GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA E SEUS EFEITOS.....	50
1.3.1 Consequências Sociais.....	54
1.3.2 Consequências Políticas.....	58
1.3.3 Consequências Culturais.....	63
CAPÍTULO 2 - OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA.....	67
2.1 AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E TRABALHISTAS DA GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA PARA AS MULHERES NO MUNDO.....	69
2.1.1 Exploração da Mão-de-Obra Feminina Manufatureira.....	71
2.1.2 Contrageografias da Globalização.....	79
a) Migrações.....	82

b) Tráfico de Mulheres.....	88
2.2 CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS DA GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO.....	92
CAPÍTULO 3 - OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A EFETIVAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO CONTRA- HEGEMÔNICA.....	98
3.1 A GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA.....	98
3.2 A RESISTÊNCIA FEMINISTA E SUA AÇÃO COLETIVA TRANSNACIONAL.....	108
3.2.1 Movimentos Feministas: Histórico e Conceito.....	108
3.2.2 Gênero e Feminismo.....	113
3.2.3 Movimentos Feministas de Segunda Onda – a Concepção de Nancy Fraser.....	117
3.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO CONTRA- HEGEMÔNICA.....	127
3.3.1 A Conscientização Feminina.....	128
3.3.2 Influência nas Instituições Internacionais.....	132
3.3.3 Transversalização das Lutas.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	150

INTRODUÇÃO

No atual contexto histórico mundial, a globalização, associada a fatores conjunturais como a emergência de uma ampla gama de atores internacionais, fez com que as Relações Internacionais passassem a ser conformadas por uma nova esfera de interações transnacionais, em um mundo crescentemente interdependente. Surgiu assim um panorama global em que os fluxos de capital, as empresas, os movimentos feministas e noções como desigualdade social, cultura e direitos fundamentais, dentre outros, ultrapassaram as antigas barreiras nacionais.

Este amplo cenário consiste no universo da presente pesquisa, que apresenta como tema o atual fenômeno global e o feminismo, tendo por objeto analisar a contraposição entre as globalizações hegemônica, ou de cima, e contra-hegemônica, ou de baixo, sob a ótica dos movimentos feministas. A partir daí surge a pergunta que embasa o estudo ora desenvolvido: os movimentos feministas contribuem, de fato, para o reconhecimento dos direitos das mulheres e a efetivação de uma globalização contra-hegemônica?

Diante da problemática proposta, e com o intuito de responder a este questionamento, aventou-se como hipótese que os movimentos feministas contemporâneos, denominados de segunda onda, por constituírem veículos eficazes de reivindicação dos direitos das mulheres contra as opressões resultantes da globalização hegemônica, apresentam-se como um dos fatores determinantes à efetivação de uma globalização contra-hegemônica por meio de sua contribuição de resistência transnacional.

Figura como objetivo geral desta dissertação, portanto, investigar se na prática os movimentos feministas obtêm conquistas para as mulheres no combate aos efeitos nocivos da globalização de cima ou depredadora, cooperando assim de forma eficaz para concretizar os objetivos de uma globalização de baixo.

Na condução da pesquisa, adotar-se-á o método de abordagem dedutivo, segundo o qual se aplica a uma situação particular – aqui uma realidade em que as conseqüências lesivas causadas pela globalização hegemônica enfrentam um movimento de resistência chamado globalização contra-hegemônica – uma proposição teórica geral – qual seja, a contribuição dos movimentos feministas para a efetivação da globalização contra-hegemônica –, buscando-se, a partir da análise de um caso específico, uma regra.

Dentre os métodos de procedimento, será utilizado o método histórico, uma vez que será levado em conta o contexto em que se desenvolveu o objeto de estudo. Adotar-se-á ainda a técnica de pesquisa bibliográfica, a qual abrange as etapas de pesquisa, seleção, leitura e exame do material bibliográfico encontrado – assumindo a autora inteira responsabilidade pelas traduções de obras estrangeiras realizadas no corpo do texto.

Importa destacar que no trabalho ora desenvolvido, por se tratar de objeto tão complexo e multidimensional e que atua ao mesmo tempo em esferas globais e locais, busca-se a utilização de uma escala média de análise, capaz de abranger tanto os processos mais amplos quanto os localizados, bem como a interação entre eles, funcionando como um meio termo entre a grande escala, que se centra em fenômenos ocorridos em espaços menores, e a pequena escala, utilizada para tratar unicamente de grandes tendências.

Definida a linha condutora da dissertação, serão abordadas na sequência as questões teórico-conceituais basilares ao seu desenvolvimento.

A globalização contemporânea, enquanto rede complexa de diversificados fenômenos, apresenta dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas e jurídicas, dentre as quais a econômica adquire destaque como processo global contemporâneo. Sendo assim, observa-se atualmente a preeminência de uma denominada globalização hegemônica, no entender de Boaventura de Sousa Santos – denominada por Richard Falk globalização de cima ou globalização depredadora –, baseada no modelo neoliberal e marcada pelo predomínio das forças do mercado mundial, seus agentes transnacionais e sua ausência de preocupação quanto às consequências culturais e sócio-ambientais desse processo. Portanto, a globalização aliada ao neoliberalismo, fez surgir uma ordem mundial calcada no lucro, na qual as preocupações sociais foram relegadas a segundo plano, sem que regulações surgissem em nível estatal, seja por impossibilidade de resolver problemas supra e transnacionais, seja por falta de vontade ou interesse político.

Nesta conjuntura, o papel do Estado se mostra enfraquecido, surgindo os movimentos de contenção à globalização hegemônica, que se disseminam por todo o mundo em lutas que ultrapassam as fronteiras estatais, representando a insatisfação e a mobilização dos indivíduos diante de causas comuns. Ao conjunto destes movimentos, Santos denomina globalização contra-hegemônica – intitulada por Falk globalização de baixo.

A partir deste entendimento se conclui que os movimentos feministas, particularmente os de segunda onda apresentados por Nancy Fraser, enquanto ativismo voltado a desafiar e mudar a subordinação das mulheres aos homens, por contestarem assim a posição desvantajosa das mulheres perante os homens decorrente da globalização hegemônica, integram a globalização contra-hegemônica, representando uma resistência ao modelo de globalização dominante por meio da busca pelas prerrogativas das mulheres.

Com o intuito de possibilitar a compreensão da temática proposta, faz-se imprescindível apresentar ainda a definição de gênero, entendido por Gayle Rubin como uma construção cultural responsável pela existência de uma normatividade feminina baseada no sexo como fato anatômico e que tem por base um sistema social no qual o gênero é um princípio de hierarquização que atribui espaços e distribui recursos a homens e mulheres. Basilar à qualquer discussão acerca de movimentos feministas, o gênero consiste, segundo Joan Scott, em conceito relacional, por meio do qual homens e mulheres são socialmente definidos em termos recíprocos e sua compreensão não pode acontecer separadamente.

Para fins estruturais, o trabalho se divide em três capítulos, que consistem em momentos distintos e complementares na construção da pesquisa.

Em um primeiro capítulo estuda-se a origem e contexto do atual processo de globalização em marcha, suas características relevantes à análise, e na sequência a chamada globalização hegemônica e suas consequências perniciosas nos âmbitos social, político e cultural. Cumpre ressaltar, neste ponto, que a globalização hegemônica não apresenta apenas efeitos danosos, sendo que os próprios desenvolvimentos científicos, tecnológicos e informacionais resultaram em diversos benefícios à humanidade e servem como instrumento à globalização de baixo. Para os fins ora intentados, contudo, serão destacados no capítulo inicial da pesquisa apenas seus efeitos prejudiciais. Este exame inicial oferece elementos essenciais para se compreender o surgimento e particularidades principais da globalização hegemônica, com preeminência da esfera econômica e baseada nos princípios neoliberais, revelando os interesses e forças a que serve e os impactos nocivos que produz.

Já no segundo capítulo se aborda as consequências da globalização hegemônica para as mulheres no mundo, destacando-se as sociais-trabalhistas, que demonstram o modo negativo como as mulheres foram particularmente afetadas –, cabendo falar em

subordinação feminina decorrente da globalização hegemônica –, e as culturais, das quais se depreende que a globalização, mesmo sem ser o intento, acabou por instaurar uma crise no modelo de família baseado na dominação masculina – chamado por alguns autores ‘patriarcal’, como se verá mais adiante, no segundo capítulo do presente estudo.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, abordar-se-á a globalização contra-hegemônica, definida como movimento de resistência aos efeitos destrutivos da globalização hegemônica, visando obter o bem-estar da grande maioria da população, com base em preocupações sociais, culturais e morais. A partir então do quadro conceitual obtido nesta primeira parte do terceiro capítulo, passa-se a focalizar os movimentos feministas, entendidos como integrantes desta globalização contra-hegemônica, seu histórico, evolução conceitual, função e atuação, enfatizando-se os movimentos feministas de segunda onda, de acordo com a classificação de Nancy Fraser, iniciados na década de 1960.

Destaca-se que a abordagem dos movimentos feministas se centra no feminismo contemporâneo ocidental, sem deixar de reconhecer que mesmo dentro deste grupo delimitado são múltiplas as formas como o movimento se desenvolveu e disseminou, assim como são múltiplos também os cenários, percepções e objetivos sobre os quais são construídos. Reconhece-se, no entanto, que apesar da diversidade, existe um ponto comum entre eles, qual seja, a busca das mulheres pela superação da dominação masculina e pela construção de si. Também não se deixa de considerar a importante crítica feita por autoras de renome como Chandra Mohanty, para quem os movimentos feministas do Sul não são analisados e considerados adequadamente pela prevalência de uma análise conduzida pelo Norte. Contudo, optou-se pela utilização de conceitos, concepções teóricas e a análise de práticas elaborados nos locais em que o feminismo se mostra mais desenvolvido, politicamente falando – como nos Estados Unidos e Europa Ocidental –, dada sua história de antigas e grandes conquistas, por se considerar ser este o modelo que norteia todos os demais, e para o qual caminham os feminismos ocidentais de modo geral – especialmente se ponderado o novo momento de transnacionalização em que os movimentos, por meio dos instrumentos tecnológicos e científicos surgidos com a globalização, se comunicam e influenciam por todo o globo de forma dinâmica.

Ainda no terceiro capítulo são apresentadas as consequências e conquistas, no mundo globalizado, dos movimentos feministas, enquanto via de acesso das mulheres ao reconhecimento de seus direitos e cumprimento de suas reivindicações, para se responder ao

questionamento embasador deste estudo, verificando se de fato colaboram na concretização dos propósitos de uma globalização contra-hegemônica.

Estudar a temática dos movimentos feministas não significa apenas abordar a luta pelos direitos de uma “minoria” subordinada, mas a luta por um mundo mais justo para todos, homens, mulheres, e para aqueles que não se enquadrem nesta dicotomia socialmente construída. Portanto, esta pesquisa, distante do propósito de esgotar o tema, busca a compreensão das ferramentas de embate das mulheres e seu impacto frente às novas forças econômicas neoliberais e transnacionais, no caminho para o reconhecimento dos seus direitos em todas as esferas e a prevalência da dignidade sobre o capital, do bem-estar sobre o lucro.

CAPÍTULO 1 - O FENÔMENO GLOBAL E A GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA

No atual contexto histórico-social do mundo, as Relações Internacionais passaram a ser conformadas por mais ampla gama de atores e nova esfera de interações transnacionais¹. A globalização, aliada ao neoliberalismo, fez surgir a ordem mundial calcada no lucro, na qual as preocupações sociais foram relegadas a segundo plano, enquanto predominam as corporações transnacionais e forças de mercado, sem que regulações possam ser realizadas em nível estatal. Em meio às recentes mudanças e às incompreensões por elas trazidas, muito ainda se deve avançar rumo ao entendimento da globalização – há quem diga que só o tempo trará essa compreensão – mas os elementos até agora desenvolvidos oferecem boas pistas para que se possa, pelo menos, reduzir as incertezas agora vividas.

Este primeiro capítulo visa fornecer elementos para que se possa entender a amplitude do fenômeno, seu funcionamento e a extensão de seus efeitos, traçando um panorama da atual realidade, mergulhada em transformações constantes que por tantas vezes o tornam incompreensível. Intenta não apenas analisar a globalização em sua complexidade, mas compreender de que forma as vidas dos indivíduos são afetadas por ela e como as forças e hierarquias sociais são reestruturadas. Assim, um passo importante é dado rumo à compreensão

¹ Para Joana Stelzer, “a transnacionalização pode ser compreendida como fenômeno reflexivo da globalização, que se evidencia pela desterritorialização dos relacionamentos político-sociais, fomentado por sistema econômico capitalista ultravalorizado [...]. A transnacionalidade insere-se no contexto da globalização e liga-se fortemente à concepção do transpasse estatal. Enquanto globalização remete à ideia de conjunto, de globo, enfim, o mundo sintetizado como único; transnacionalização está atada à referência do Estado permeável, mas tem na figura estatal a referência do ente em declínio. [...] [Sendo assim,] transnacional é concebido como aquilo que atravessa o nacional, que perpassa o Estado, que está além da concepção soberana do Estado. [...] O fenômeno da transnacionalização é multifacetado, complexo, polêmico e encontra resistências para ser aceito como realidade cotidiana. Algumas características, contudo, podem ser evidenciadas para avaliar o fenômeno, a exemplo da desterritorialização das relações humanas e de produção, do fato da economia transnacionalizada ser capitalista ao extremo e do abalo na soberania dos Estados, motivando a emergência de novos sujeitos no palco mundial”. In: STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (orgs.). **Direito e transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2009, 21; 24-25.

de sociedade contemporânea e dos potenciais disponíveis para se construir e pensar um mundo mais solidário e integrado.

Sendo assim, o capítulo ora desenvolvido apresenta como mote focalizar o fenômeno global contemporâneo, seu histórico, contexto de surgimento, definições e destacadamente seu modelo prevaemente ou hegemônico e suas influências nas diferentes esferas da sociedade. Desta feita, compreendida a globalização e suas consequências sociais, políticas e culturais, são lançadas as bases para se atingir o objetivo proposto no presente estudo, qual seja, compreender o momento atual dos movimentos feministas.

1.1 UM MUNDO GLOBALIZADO

1.1.1 Globalizações e Desglobalizações – as Ondas e os Processos Globais

Antes de se adentrar na abordagem histórica da globalização, faz-se necessário elucidar que os estudiosos do fenômeno se dividem, de acordo com David Held e Anthony McGrew, em dois grandes grupos, quais sejam, os globalistas — que percebem a globalização contemporânea como um acontecimento histórico real e significativo — e os céticos — para os quais a globalização não passa de uma construção primordialmente ideológica ou mítica, cujo valor explicativo se mostra marginal². Dito isto, importa aduzir que o presente trabalho se enquadra na perspectiva globalista, a qual irá nortear as linhas que se seguem até a conclusão dos estudos.

Como afirmam Held e McGrew, para os globalistas “a globalização não é apenas um fenômeno da era moderna” — o que pode ser confirmado pela existência de religiões mundiais pré-modernas — e, portanto, necessita ser situada nas tendências do desenvolvimento histórico mundial, que por sua vez apresenta fases distintas de intensificação e regressão. Esta forma de análise torna o conceito de globalização mais amplo e indeterminado, abrangendo suas formas históricas distintas³.

Muitas vezes na História, conforme Gerard Delanty, houve explosões na consciência mundial, a *cosmopolis* grega, o reino mundial chinês, o ecumenismo cristão. A atual consciência global, afirma o

² HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 9.

³ Ibid, p. 20.

autor, pode ser comparada à mente cósmica da Renascença, mas a situação contemporânea é diferente, já que o mundo hoje, ao contrário do início dos tempos modernos, é percebido como global em um senso mais real como uma rede interconectada de relações.⁴

O fato é que os estudiosos do fenômeno identificam as origens da globalização em momentos distintos. Assim, para Edgar Morin, embora haja um desdobramento da História e sua dispersão pelos diversos continentes a partir da Antiguidade, apenas no século XV de nossa era ela se tornou planetária⁵. Até então as grandes civilizações em sua expansão guerreira ou navegadora haviam começado a descobrir a Terra em impulsos formidáveis, mas efêmeros. Houve também impulsos vindos das religiões universais, das trocas de mercadorias e técnicas entre Oriente e Ocidente, Ásia e Europa, e tudo isto gerou uma fermentação múltipla em várias partes do globo, preparando a era planetária, inaugurada quando o extremo Ocidente da Europa se lança aos mares, ao passo em que o centro do continente se vê ameaçado pelo império otomano.⁶

Segundo Morin, “a era planetária se inaugura e se desenvolve na e através da violência, da destruição, da escravidão, da exploração feroz das Américas e da África. É a idade de ferro planetária, na qual estamos ainda”.⁷

Serge Gruzinski, por sua vez, afirma que as primícias da globalização surgiram na passagem dos séculos XV para o XVI, momento — também definido pelo autor como planetário — em que setores do mundo que se ignoravam ou não se comunicavam com frequência foram postos em contato. Não obstante, o autor ressalva que uma primeira globalização precedeu a que se esboça em 1500, qual seja, a expansão do islamismo.⁸

⁴ DELANTY, Gerard. **Citizenship in the Global Age: Culture, Society and Politics**. Buckingham: Open University Press, 2000, p. 82.

⁵ Ao que a maioria dos autores chama de “Tempos Modernos”, Edgar Morin intitula “era planetária”, a qual começa, no seu entender, com a descoberta de que a Terra não é senão um planeta e com a entrada em comunicação das diversas partes desse planeta. In.: MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Aevdo Neves da Silva. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 21

⁶ Ibid, p. 18-19.

⁷ Ibid., p. 23.

⁸ GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século: 1480-1520: as origens da globalização**. Tradução de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 97-98.

Na mesma linha, George Modelski aduz que a globalização, por ser processo no tempo, também é um processo histórico, cuja compreensão exige o rastreamento de suas origens, que podem remeter, por exemplo, à Rota das Sedas entre a Eurásia e aos projetos de Impérios Mundiais — mais proeminentemente conquistado por Genghis Khan e seus sucessores mongóis no século XIII —, mas mais claramente vistas nos empreendimentos pelos oceanos dos séculos seguintes.⁹

No entender de Odete Maria de Oliveira, historicamente falando, a globalização se constitui da sucessão dos processos globais, cujas origens remontam épocas longínquas e que representaram importantes momentos na evolução da humanidade e das civilizações. Estes processos foram por vezes interrompidos, ocorrendo, portanto, momentos de globalizações e desglobalizações, motivo pelo qual o fenômeno não apresenta evolução histórica linear.¹⁰

Além de estarem situados nos mais diferentes momentos históricos, os processos globais são ligados a interesses de diversas naturezas. Desta feita, para uma compreensão histórica ampla do fenômeno, este será estudado em um primeiro momento de acordo com sua ocorrência nas esferas política, religiosa, comercial e econômica, e a seguir, será analisado sob o prisma de seus avanços e retrocessos no decorrer da história, o que acontece sob a forma das chamadas ‘ondas’.

Para Oliveira, os processos políticos globais tiveram início na Grécia no século VIII a.C. com a expansão do mundo grego e seguiram durante o Império Romano, com destaque para o período denominado *Pax Romana*, em que Roma alcançou um *status* de Estado mundial. Os processos religiosos globais, por sua vez, dizem respeito às religiões universais, quais sejam, cristianismo, islamismo e budismo, que se difundiram pelo mundo e ultrapassaram fronteiras. Os processos comerciais globais se iniciaram com a exploração de rotas de comércio entre Oriente e Ocidente já na Antiguidade, com destaque para a Rota das Sedas, passando pela Idade Média com os fluxos mundiais de comércio nos séculos XI e XII, posteriormente pela Idade Moderna com o sistema de comércio a grandes distâncias interligando Europa, Ásia, África e China, até a Idade Contemporânea, em que se observam impérios transnacionais, operando por meio de redes informatizadas. Já

⁹ MODELSKI, George; TESSALENO, Devezas. Political Globalization is Global Political Evolution. **World Futures: The Journal of General Evolution**, Philadelphia, v. 63, n. 5-6, p. 308-323, jun. 2007, p. 310.

¹⁰ OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais: elementos e estruturas**. I.v. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 14.

o processo econômico global se iniciou a partir da Segunda Guerra Mundial, difundindo-se virtualmente, sendo caracterizado por acirrada competitividade e afetando as economias nacionais e regionais.¹¹

O fenômeno das globalizações e desglobalizações, além de ocorrer nas mais diversas esferas — religiosa, política, comercial e econômica — não apresenta, conforme mencionado anteriormente, evolução histórica progressiva e linear, se manifestando historicamente sob a forma de processos globais com efeitos de avanços e retrocessos, também chamados ondas¹².

Para a autora, a primeira onda global remonta ao Império Romano, com suas articulações políticas e práticas; já a segunda onda global teria ocorrido entre os séculos XIV, XV e XVI com as descobertas das novas rotas para Índia e China e a descoberta da América; a terceira onda global remeteria ao século XIX, com o movimento de liberalismo, a decorrente liberação do comércio e a colonização européia na África e na Ásia; e, por fim, a quarta e última se referiria ao processo global estabelecido após a Segunda Guerra Mundial, com o surgimento das organizações internacionais e a disseminação e expansão das empresas transnacionais, fatores estes responsáveis pelo aumento dos fluxos de investimentos e a redução das barreiras comerciais.¹³

Conforme Oliveira, portanto, quer seja por meio de uma divisão temporal abrangente ou pela análise de cada uma das dimensões dos processos globais no decorrer da história, observa-se atualmente um momento chamado de quarta onda global — segundo a classificação ora adotada — que se estende às mais diversas esferas sociais e será objeto do presente estudo.

1.1.2 A Contextualização do Processo Globalizante Contemporâneo

O último, polêmico e atual processo globalizante, denominado quarta onda global, consiste em um fenômeno em construção, sobre o qual são esboçados conceitos vagos e ambíguos.¹⁴

Segundo Gilmar Bedin, “a configuração do mundo como um sistema global é, sem a menor dúvida, um dos mais significativos

¹¹ OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais: elementos e estruturas**. 1.v. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 18-19.

¹² Ibid, p. 14; 31-32.

¹³ Ibid, p. 32-33.

¹⁴ Ibid, p. 33.

acontecimentos políticos, econômicos e sociais das últimas duas ou três décadas”, constituindo-se um “marco simbólico-referencial indicativo da emergência de um novo século, o século XXI, e também de uma nova e complexa fase da história humana”.¹⁵

A onda de globalização vivenciada atualmente pode também ser historicamente situada, no entender de Giovanni Olsson, a partir do recente e importante avanço tecnológico nas comunicações e informática, tendo por pano de fundo o modo de produção capitalista e sua busca por expansão. Enquanto a busca pela superação de dificuldades nas comunicações, transporte e processamento de dados em larga escala motivou os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de telemática, os avanços daí decorrentes realimentaram e impulsionaram a expansão do capitalismo, principalmente do capital financeiro, para locais cada vez mais distantes e em tempos cada vez mais curtos.¹⁶

Sob esta perspectiva, o processo contemporâneo de globalização apresenta termo inicial recente, sendo ainda inegável a relação do fenômeno com a expansão do modo de produção capitalista, iniciado com o intuito de maximização de lucro e de acordo com suas próprias leis de desenvolvimento.

Contudo, como bem ressalta Gilmar Bedin, “o fenômeno da globalização é muito mais o resultado de uma longa, lenta e quase que imperceptível evolução da sociedade moderna, do que o desfecho imediato e inexorável de um fato isolado, por mais relevante que ele seja”.¹⁷

David Held e Anthony McGrew, referindo-se à análise globalista, afirmam ser o fenômeno global o produto de uma multiplicidade de forças econômicas, políticas, tecnológicas e ainda de fatores conjunturais específicos, tais como a antiga Rota da Seda e a ruptura do socialismo de Estado. Daí a impossibilidade de se entender a globalização com base apenas nos princípios da tecnologia e do capitalismo ou ainda como uma mera projeção da modernidade¹⁸ pelo

¹⁵ BEDIN, Gilmar Antônio. **A sociedade internacional e o século XXI**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, p. 328-329.

¹⁶ OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá: 2003, p. 94.

¹⁷ BEDIN, Gilmar Antônio, op. cit., p. 332.

¹⁸ Adotar-se-á aqui o entendimento de Anthony Giddens, para quem a “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um

mundo¹⁹.

Corroborando o entendimento de Oliveira apresentado no item 1.1.1 acima, segundo o qual se vive atualmente a quarta onda global, período iniciado após a Segunda Guerra Mundial, Edgar Morin declara que, apesar das inconsistências e regressões, um esboço de consciência planetária se instaura na segunda metade do século XX, a partir de alguns fatores, quais sejam, a persistência de uma ameaça nuclear global; a formação de uma consciência ecológica planetária — iniciada pela detecção nos anos 80, de uma ameaça global à vida do planeta; a descolonização dos anos 1950 e 1960, gerando a inclusão de diversos Estados e culturas no cenário internacional; a mundialização civilizacional e cultural, que abrange, respectivamente, a universalização de objetos e modos de vida e o reconhecimento de singularidades para a formação de novas diversidades; a formação de um folclore planetário — representado pelo cinema e outras formas particulares de expressão como danças e ritmos musicais; a teleparticipação planetária — a difusão por todo o mundo de imagens capazes de informar, comover e conectar os povos; e, por fim, a imagem da Terra vista do espaço transmitida a todo o planeta, responsável pela consciência de unidade planetária.²⁰

O fenômeno global atual apresenta-se como o resultado de profundas e aceleradas mudanças observadas nas últimas décadas, sendo elas tecnológicas, políticas (liberalização e desregulamentação do mercado por meio de decisões governamentais de ajuste estrutural), geopolíticas (fim do comunismo), microeconômicas (aumento da competição em escala mundial), macroeconômicas (crescimento do

período de tempo e a uma localização geográfica inicial.” O período moderno se caracteriza por um “conjunto de descontinuidades específicas que nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira sem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana”. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 8, 10-11.

¹⁹ HELD, David; McGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 20-21.

²⁰ MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 36-42.

número de países industrializados) e ideológicas (hegemonia neoliberal).²¹

São apontadas ainda como fatores ligados ao fenômeno uma série de grandes transformações sociais da década de 90, como a queda do comunismo e o fim da Guerra Fria, o declínio da esquerda, a unificação da Alemanha, o fim do *apartheid*, as operações militares internacionais que se seguiram na esteira da invasão do Iraque ao Kuwait, a guerra na Bósnia e Kosovo, a expansão da rede mundial de computadores, a reforçada dinâmica da integração européia, a crescente preocupação acerca do aquecimento global e a crise ecológica mundial. A aproximação de um novo milênio acrescentou a estas mudanças um sentido de fim de época. O mundo parecia mais conectado do que nunca, embora estivesse também mais frágil e instável.²²

Situado histórica e didaticamente o momento de globalização em que se vive, e compreendidas também as origens dos processos globais políticos, religiosos, comerciais e econômicos que remetem a tempos distantes e que hoje compõem o que se chama globalização, passa-se à conceituação do fenômeno.

1.1.3 Delineamentos Conceituais

Acerca das dificuldades de conceituar e compreender os vários aspectos envolvidos na chamada *globalização*²³, depreende-se da obra de Odete Maria de Oliveira:

A globalização constitui complexa variedade de processos, movidos por misturas de influências políticas e econômicas. [...] Dessa forma, as tentativas de apreender e compreender o

²¹ VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro : Record, 2001, p. 98.

²² DELANTY, Gerard. **Citizenship in the Global Age: Culture, Society and Politics**. Buckingham: Open University Press, 2000, p. 82.

²³ Quanto à questão terminológica, como ressalta Oliveira, cumpre destacar que o termo “mundialização também é utilizado por alguns autores, de forma generalizada como sinônimo de globalização. Há autores, no entanto, que fazem distinção entre os termos, “preferindo usar a palavra mundialização para o âmbito sociocultural e globalização para o campo específico da economia e áreas afins”. OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais: elementos e estruturas**. 1.v. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 223. Na literatura especializada existe a preferência pelo termo globalização.

fenômeno da globalização a fim de elaborar seu conceito precisam enfrentar uma questão fundamental: a realidade contemporânea e suas aceleradas mutações vêm culminando em diversificadas alterações na estrutura da sociedade, o que está motivando o surgimento de nova sociedade, emergente sociedade global.²⁴

E continua:

[...] o conceito de globalização deverá denotar a escala crescente, a magnitude progressiva, a aceleração e o aprofundamento do impacto dos fluxos e refluxos com relação aos padrões inter-regionais de integração social. Também deverão ser consideradas as mudanças e as transformações que o fenômeno global ocasiona em escala mundial tanto no âmbito econômico como na organização social e no campo cultural, que ligam comunidades distantes e ampliam o alcance das relações de poder nas grandes regiões dos continentes do mundo.²⁵

Em virtude da complexidade do fenômeno, muitos teóricos se debruçam sobre o estudo do tema, com o objetivo de tentar compreender todas as transformações, fluxos e processos que compõem a atual realidade global. Anthony Giddens responde ao desafio de elaborar um conceito da seguinte forma:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das

²⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais: elementos e estruturas**. 1.v. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 232; 237.

²⁵ Ibid, p. 250.

conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores — tais como dinheiro mundial e mercados de bens — operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão.²⁶

Na compreensão de Anthony Giddens:

O desenvolvimento de relações sociais globalizadas serve provavelmente para diminuir alguns aspectos de sentimento nacionalista ligado aos Estados-nação (ou alguns estados), mas pode estar causalmente envolvido com a intensificação de sentimentos nacionalistas mais localizados. [...] Ao mesmo tempo em que as relações sociais se tornam lateralmente esticadas e como parte do mesmo processo, vemos o fortalecimento de pressões para autonomia local e identidade cultural regional²⁷.

O fato é que – e daí decorre a dificuldade de conceituação — a globalização se mostra um “fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”.²⁸

Várias são as percepções e discursos acerca da globalização, e o que esta diversidade afirma é a necessidade de uma teoria crítica capaz de captar a complexidade dos processos que ela envolve²⁹, com o objetivo de eliminar as simplificações ocultadoras.

Para Boaventura de Sousa Santos — em concepção que será adotada para orientar o presente estudo —, a globalização pode ser explicada como fenômeno decorrente da amplitude e profundidade das interações transnacionais observadas nas três últimas décadas, fenômeno este que combina, por um lado, a universalização e o desaparecimento

²⁶ GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. p. 60-61.

²⁷ Ibid, loc. cit.

²⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 26.

²⁹ Ibid, p. 54

das fronteiras nacionais, e por outro lado, o particularismo, o regresso ao comunitarismo, a diversidade local e a identidade étnica.³⁰

O autor aponta ainda três aparentes contradições que tornam a presente realidade um período histórico de transição: são elas as contradições entre globalização e localização, entre Estado-nação e não-Estado transnacional³¹ e, por fim, entre a percepção da globalização enquanto força imbatível do capitalismo e enquanto uma nova oportunidade para reforçar as lutas anticapitalistas e a solidariedade transnacional

Daí decorre, que entendida a multiplicidade e as divergências dos processos de globalização, uma teoria que explique satisfatoriamente o fenômeno deve levar em conta estas características, sem tentar compreendê-lo por meio de abstrações redutoras.³²

No mesmo sentido, Zygmunt Bauman afirma que há mais do que se pode apreender com um simples olhar no fenômeno da globalização, cercado de uma névoa que acaba por ocultar as consequências sociais do processo e seus efeitos à condição humana atual.³³

1.1.4 Particularidades do Fenômeno

Assim como não existe unicidade quanto ao conceito de globalização, igualmente não há consenso quanto a suas características. Portanto, serão destacadas no presente trabalho algumas das particularidades do fenômeno apontadas por diversos autores — conforme classificação apresentada por Olsson³⁴ — com o intuito de

³⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 26.

³¹ No entender de Raymond Aron, “a sociedade transnacional manifesta-se pelo intercâmbio comercial, pelos movimentos de pessoas, pelas crenças comuns, pelas organizações que ultrapassam as fronteiras nacionais, pelas cerimônias e competições abertas aos membros de todas as unidades políticas. Ela é tanto mais viva quanto maior é a liberdade de comércio, de movimentação e de comunicação; e quanto mais fortes forem as crenças comuns, mais numerosas serão as organizações não-nacionais, mais solenes as cerimônias coletivas”. In: ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002, p. 166.

³² SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), op. cit., p. 54-56.

³³ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 7.

³⁴ OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da**

fornecer instrumentos teóricos para atender ao propósito ora perseguido. São elas, a multidimensionalidade, a desigualdade e contraditoriedade de sua expansão pelo globo, a redefinição dos cenários de atuação e, por fim, a preeminência de sua esfera econômica.

a) Multidimensionalidade

Ao se contextualizar o fenômeno, mencionou-se que ele de fato resultou de múltiplos acontecimentos em dimensões diversas da esfera social. Tal afirmação deixa clara sua multidimensionalidade, tornando-se possível falar não apenas em diversas causas, mas também em variadas consequências da globalização que, resultante de fatos provindos das mais distintas dimensões da vida, passa também a afetá-las, em um processo reflexivo e dialético.

Portanto, conforme mencionado acima, a globalização consiste em fenômeno multifacetado ou multidimensional, ocorrendo e se disseminando pelas diversas esferas da vida social.

Enquanto processo multidimensional, a globalização, segundo George Modelski, compreende não apenas a espetacular expansão do comércio mundial e dos movimentos de capitais, sob a bandeira do livre comércio, com a grande variedade de empresas transnacionais e o corpo elaborado de regras e regulamentos que regem tudo isso, como também diz respeito ao surgimento de movimentos sociais globais e das tendências culturais mundiais, bem como o surgimento da opinião pública mundial como concepção de interesse comum.³⁵

Para Olsson, a globalização apresenta diversas interconexões que se “expandem em uma longa e intrincada teia, envolvendo outros campos, como o social, o cultural, o político e o jurídico, por exemplo, demandando análise multidisciplinar constante”. Um exemplo típico seria a redivisão do trabalho, o aumento do desemprego e suas consequências sociais causados pela mobilidade do capital. Portanto, faz-se necessário o estudo de várias faces para compreender o fenômeno em sua integralidade, seja no tocante a suas causas ou consequências, que serão abordadas mais adiante.³⁶

globalização. Curitiba: Juruá: 2003, p. 119-122.

³⁵ MODELSKI, George; TESSALENO, Devezas. Political Globalization is Global Political Evolution. **World Futures: The Journal of General Evolution**, Philadelphia, v. 63, n. 5/6, p. 308-323, jun. 2007, p. 310-311.

³⁶ OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização.** Curitiba: Juruá: 2003, p. 121.

Por todo o exposto, resta claro tratar-se de um fenômeno complexo e de múltiplas facetas, cuja compreensão exige análise ampla e acurada e sobre o qual pouco se compreende de fato. A ideia de globalização, segundo Boaventura de Sousa Santos, tal qual difundida sob uma aparente simplicidade e transparência, não contribui para esclarecer o que se passa no mundo – ao contrário, apenas obscurece e oculta a percepção da realidade –, funcionando assim como dispositivo ideológico e político com intencionalidades bem definidas, das quais se destacam as falácias do determinismo e do desaparecimento do Sul.³⁷

A falácia do determinismo se refere à espontaneidade, automaticidade, irreversibilidade e inelutabilidade do processo de globalização, que adquire lógica e dinâmica próprias de intensificação e avanço suficientemente fortes para evitar interferências externas. Já a falácia do desaparecimento do Sul afirma que, embora nas relações Norte/Sul, cada um dos pólos tenha se apresentado facilmente identificável até a década de 60 — visto que o Norte se caracterizava pela produção de produtos manufaturados, já o Sul, por fornecer matéria-prima —, a partir da década de 80 teria se iniciado uma transformação radical nesta relação, até que a divisão Norte/Sul³⁸, nos

³⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 49-50

³⁸ A expressão “Norte global” ou “países do Norte” se refere aos países desenvolvidos do mundo, enquanto a expressão “Sul global” ou “países do Sul” se refere aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. As expressões decorrem da relação entre o grau de desenvolvimento dos países e sua posição geográfica, uma vez que os países mais desenvolvidos do mundo se situam no hemisfério norte, enquanto os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos se localizam, em grande maioria, no hemisfério sul. A dicotomia entre desenvolvimento/subdesenvolvimento remonta ao final da década de 40 nos Estados Unidos, em que eram entendidas como desenvolvidas as sociedades industrializadas e com economia voltada ao mercado, de acordo com o modelo estadunidense. O resto do mundo era definido como subdesenvolvido. HANNIS, Mike. What is Development? **The Land**, n. 09, 2010. Disponível em: <<http://www.thelandmagazine.org.uk/articles/what-development>>. Acesso em: 16 dez. 2011. Atualmente, o conceito de desenvolvimento sofreu alterações, e de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) datado de 2011, utiliza-se para avaliar o desenvolvimento dos países o IDH, um índice que mede as conquistas médias de um país em três dimensões básicas de desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso a conhecimento e um padrão de vida decente. O Relatório divide os países do mundo quanto ao IDH, e os países com nível muito alto de desenvolvimento humano são aqueles que possuem IDH igual ou

dias atuais, deixou de fazer sentido, dada a multiplicidade de interdependências e a integração do mundo em uma economia global.³⁹

Quanto à falácia do determinismo, ressalta o autor que a globalização resulta de fato de um conjunto de decisões políticas, como o Consenso de Washington e sua imposição aos Estados, pelo que se conclui que a globalização hegemônica resulta de decisões dos Estados, sobretudo ao nível econômico e político — ainda que estas decisões políticas tenham sido em geral convergentes e tomadas em curto espaço de tempo. Já no que tange à falácia do desaparecimento Norte/Sul, seria resultado de percepções ideológicas provindas da comunidade científica, que retirou as assimetrias do sistema mundial do centro de análise, embora estas assimetrias tenham aumentado. De fato, houve um *esquecimento* do Sul ou do Terceiro Mundo⁴⁰, ou uma mudança de *sensibilidade sociológica*.⁴¹

Ambas as falácias, segundo Santos, não se sustentam e perdem credibilidade à medida em que a contestação social e política, juntamente com a percepção de que o fenômeno traz consigo marginalização e exclusão da maioria, passam a fazer parte da globalização.⁴²

superior a 0,793. In: UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT. **Human Development Report 2011**. New York, 2011, p. 127; 168.

³⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 50-51.

⁴⁰ A expressão “Terceiro Mundo” é utilizada no presente trabalho como sinônimo de países do Sul ou em desenvolvimento, enquanto a expressão “Primeiro Mundo” equivale a países desenvolvidos ou do Norte. Ambas as expressões, juntamente com a designação “Segundo Mundo”, surgiram após o fim da Segunda Grande Guerra, momento em que “as relações internacionais ditaram uma nova ordem mundial, baseada na divisão do mundo em três grandes blocos: o Primeiro Mundo, composto pela Europa Ocidental, pelos Estados Unidos e pelo Canadá e, posteriormente, também pelo Japão; o Segundo Mundo, composto pelos países socialistas-comunistas; e o Terceiro Mundo, integrado pelos países restantes.” In: ALVARES, Lúcia Capanema. **ONGs: Uma Alternativa Aos Descaminhos do Desenvolvimento. Caderno Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 5, n.10, p.39-62, jan./jul.2000. Já a designação “Segundo Mundo”, não mais utilizada no momento atual, conserva seu sentido originário para fins da pesquisa.

⁴¹ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), op. cit, p. 52.

⁴² *Ibid*, p. 53.

b) Desigualdade e Contraditoriedade de sua Expansão pelo Globo

A globalização econômica, como afirma Edgar Morin, “unifica e divide, iguala e desigual”⁴³. Para o autor, “os desenvolvimentos econômicos no mundo Ocidental e do Leste asiático tendem a reduzir nessas regiões as desigualdades, mas a desigualdade aumenta em escala global, entre ‘desenvolvidos’ (em que 20% da população consomem 80% dos produtos) e ‘subdesenvolvidos’”⁴⁴.

Além disso, o fenômeno, como aduzem Held e McGrew ao se referir à análise globalista, atrai e empurra as sociedades para direções diferentes, gerando movimentos simultâneos de cooperação e conflito, integração e fragmentação, exclusão e inclusão, convergência e divergência, ordem e desordem.⁴⁵

Referindo-se à globalização como um processo dialético, Anthony Giddens aduz também que o fenômeno consiste em tendências opostas, e não em um conjunto de mudanças que atua em direção uniforme. Segundo o autor, a “prosperidade crescente de uma área urbana em Singapura pode ter suas causas relacionadas, via uma complicada rede de laços econômicos globais, ao empobrecimento de uma vizinhança em Pittsburgh cujos produtos locais não são competitivos nos mercados mundiais”.⁴⁶

A anulação tecnológica das distâncias temporais e espaciais, enquanto resultado da globalização⁴⁷, ao invés de tornar homogênea a

⁴³ MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 34.

⁴⁴ Ibid, loc. cit.

⁴⁵ HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 21

⁴⁶ GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 61.

⁴⁷ Para Bauman, a modernidade trouxe consigo o progresso constante dos meios de transporte, com destaque para o transporte da informação – que passa a prescindir do movimento de corpos físicos –, possibilitando assim a existência de um espaço planejado e guiado pela técnica, sobre o qual se impôs um espaço cibernético do mundo humano com o advento da rede mundial de computadores. A soma destes fatores possibilitou, além da redução de distâncias físicas e do tempo de interação entre pontos distantes do planeta, a instantaneidade de informação em todo o mundo, tornando-se possível falar em anulação tecnológica das distâncias temporais e espaciais. BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge

condição humana, tende a polarizá-la, no entender de Zigmunt Bauman, emancipando certos seres humanos das restrições territoriais e concomitantemente retirando o significado de territórios no qual outras pessoas continuam confinadas⁴⁸. Para o teórico, a globalização e a territorialização, a integração e a divisão, são processos mutuamente complementares, que acarretam a redistribuição de riqueza e pobreza, de recursos e impotência, de poder e ausência de poder, de liberdade e restrição, de privilégios e carências. Surge então uma reestratificação e uma nova hierarquia sociocultural em escala planetária. A própria rede global de comunicação, tomada como símbolo de liberdade e igualdade, é usada seletivamente. Assim, o que é opção para uns, insurge-se sobre outros sob a forma de destino cruel.⁴⁹

c) Redefinição de Cenários de Atuação – as Tensões entre Local e Global

Vive-se atualmente um sistema mundial em transição — em que o velho vive um processo de transformação, no qual realidades emergentes são observadas, podendo ou não conduzir ao novo — constituído por três conjuntos de práticas coletivas: práticas interestatais⁵⁰ (papel do Estado na divisão internacional do trabalho); práticas capitalistas globais⁵¹ (agentes econômicos com atuação planetária) e práticas sociais e culturais transnacionais⁵² (fluxos transfronteiriços de pessoas e culturas, informação e comunicação)⁵³.

Zahar, 1999, p. 21-24

⁴⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 25.

⁴⁹ Ibid, p. 77-79.

⁵⁰ Práticas interestatais se referem às práticas exercidas pelos Estados entre si na esfera das Relações Internacionais.

⁵¹ Práticas capitalistas globais são aquelas voltadas à maximização do lucro e minimização dos custos executadas por agentes econômicos, cuja unidade de atuação real ou potencial é o planeta. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57.

⁵² Referem-se às práticas sociais e culturais “são os fluxos transfronteiriços de pessoas e de culturas, de informação e de comunicação”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), op. cit, loc. cit.

⁵³ Neste ponto, ressalte-se que, das interações entre os três supramencionados conjuntos de práticas – interestatais; capitalistas globais e sociais e culturais transnacionais – resultam, no entender de Santos, quatro formas de globalização, quais sejam, o localismo globalizado, em que determinado

No interior de cada um dos conjuntos de práticas e nas relações entre eles são observadas tensões e contradições, que decorrem das desigualdades na distribuição de poder e nas próprias formas de poder.⁵⁴

A globalização acarreta o desaparecimento das limitações do espaço e do tempo nos padrões de interação social, criando a possibilidade de novas formas de organização social transnacional — como as redes de produção e regimes reguladores globais — e ao mesmo tempo tornando comunidades locais vulneráveis a acontecimentos ou condições globais. Assim, à medida em que as atividades econômicas, sociais e políticas transcendem as regiões e fronteiras nacionais, há um desafio para o princípio territorial da organização social e política moderna centrado no Estado-nação e uma consequente reinvenção e reconfiguração do território e da localização, que passam a ser inseridos em um contexto global e a competir cada vez mais uns com os outros.⁵⁵

No interior dos processos de globalização são observadas

fenômeno local é globalizado com sucesso; o globalismo localizado, em que as condições locais sofrem impacto das práticas e ditames transnacionais decorrentes dos localismos globalizados; o cosmopolitismo, um movimento de resistência às duas formas anteriores provindo de Estados, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados, que se utilizam das possibilidades surgidas de interação transnacional; e patrimônio comum da humanidade, outro movimento de resistência às duas primeiras formas mencionadas, que consiste em lutas transnacionais pela proteção de recursos, entidades, artefatos e ambientes considerados essenciais à humanidade e cuja sustentabilidade depende de ações planetárias. Segundo o autor, “aquilo que habitualmente designamos por globalização são, de facto, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização. Nestes termos, não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações; [...] Qualquer conceito mais abrangente deve ser de tipo processual e não substantivo.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 54-56; 68-70. Dentre as quatro globalizações apontadas, o localismo globalizado e o globalismo localizado compreenderiam a globalização hegemônica, enquanto o cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade comporiam a globalização contra-hegemônica, que será tratada no capítulo 3. Dado o exposto, se observa que o globalismo localizado, apontado por Santos como uma forma de globalização, é identificado por outros autores como mero efeito da globalização hegemônica.

⁵⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), op. cit., p. 56-57; 59.

⁵⁵ HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 22

hierarquias entre classes, grupos, interesses e instituições,⁵⁶ e apesar de diversas hierarquias existentes, duas delas são apontadas por Santos como as mais importantes: a hierarquia entre centro, semiperiferia e periferia⁵⁷ — critério de hierarquização próprio das práticas interestatais — e a hierarquia entre o global e o local⁵⁸ — critério de hierarquização próprio das práticas globais e sociais e culturais transnacionais.⁵⁹ Contudo, existe ainda uma hierarquia entre hierarquias, reflexo da substituição da centralidade das práticas interestatais pelas práticas capitalistas globais e práticas sociais e culturais transnacionais, sendo que aquela passa a ser cada vez mais influenciada por estas. Nas palavras de Sousa, “o critério de hierarquização próprio das práticas interestatais (centro, semiperiferia, periferia) é crescentemente contaminado pelos critérios próprios das outras práticas (global, local)”. Assim, conclui, “o que conta como centro, semiperiferia e periferia, é cada vez mais a cristalização, ao nível do país, de múltiplas e distintas

⁵⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 61.

⁵⁷ Para fins da presente dissertação, centro equivale aos países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito alto, periferia diz respeito aos países com IDH alto e médio, e semiperiferia corresponde aos países com IDH baixo, de acordo com a classificação elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). In: UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT. **Human Development Report 2011**. New York, 2011, p. 127; 168, tradução nosa. A hierarquia entre centro, periferia e semiperiferia pode se articular com uma série de dicotomias que derivam de formas de diferenciação, como desenvolvido/subdesenvolvido, superior/inferior, moderno/tradicional, universal/particular, racional/irracional, industrial/agrícola, urbano/rural. Todas estas dicotomias, contudo, são absorvidas atualmente pela dicotomia global/local. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), op. cit., p. 62-63.

⁵⁸ “O global e o local são socialmente produzidos no interior dos processos de globalização”. O mesmo processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, produz o local, que por sua vez é a posição dominada e hierarquicamente inferior. Portanto, não existe condição global para a qual não haja uma raiz local. In; SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 63. Para fins deste estudo, será adotado o entendimento de Santos, para quem o local é tudo o que se restringe a um espaço delimitado e reduzido, seja ele geográfico, social, cultural ou ideológico, enquanto o global se estende a todo o mundo, exercendo influências para muito além de onde surge. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), op. cit., p. 68-70.

⁵⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 61-62.

combinações de posições ou características globais e/ou locais no interior de práticas capitalistas globais e de práticas sociais e culturais transnacionais.⁶⁰

Com base nesta análise, Boaventura de Sousa Santos conclui que o global/local configurarão o que se entende por centro, semiperiferia e periferia, sem que estes desapareçam, motivo pelo qual centra o estudo dos processos de globalização e suas hierarquias nos critérios definidores de global e local.⁶¹

Como bem esclarece Bauman, a globalização não apresenta a unidade de efeitos que comumente se supõe, e tanto une quanto divide, e divide enquanto une com base nas mesmas causas⁶². Portanto, concomitantemente à elevação dos negócios, finanças, comércio e fluxo de informação à escala planetária, ocorre um processo localizador, de fixação no espaço. A partir daí, “o que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel”.⁶³

Quanto à relação entre global e local, importante ressaltar que para toda condição global existe uma raiz local, ou seja, uma inserção cultural específica. Globalização pressupõe localização, sendo aquela a posição do vencedor, hierarquicamente superior, e esta a posição do vencido, nem sempre revelada ou analisada. Assim, para que algo se globalize, é preciso que outro ou outros algo(s) se localizem, e a própria globalização, muitas vezes decorre de uma forte localização, situações em que a característica peculiar de um povo ou lugar são alçadas ao mercado global em virtude de seu caráter exótico.⁶⁴

A globalização pode ser vista também como um campo de tensões, no qual as culturas estão mais expostas umas às outras como resultado da diminuição dos limites geográficos. A era global é simplesmente um tempo de formas desterritorializadas de comunicação, um campo de quadros de interação que tem mais chances de destacar o particular, o “local”, do que o universal, o “global”.⁶⁵

⁶⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 62.

⁶¹ Ibid, loc. cit.

⁶² BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 8.

⁶³ Ibid, p. 7.

⁶⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), op. cit., p. 63-65.

⁶⁵ DELANTY, Gerard. **Citizenship in the Global Age: Culture, Society and Politics**. Buckingham: Open University Press, 2000, p. 85.

d) Preeminência de sua Esfera Econômica

O antigo contrato imperialista gerado na primeira metade do século XX e consagrado ao fim da Segunda Guerra Mundial restou comprometido pela longa crise iniciada na década de 1970, fazendo surgir a necessidade de se construir um novo padrão de reprodução ampliada por parte dos grupos oligopolistas-financeiros, que formularam então um projeto político-ideológico “globalista” e impulsionaram assim o processo de internacionalização do capital rumo a um novo patamar.⁶⁶

Assim, a onda de globalização observada hodiernamente, conforme mencionado no item 1.1.2 acima, decorreu, dentre outros fatores e com destaque, dos avanços tecnológico-informacionais e comunicacionais resultantes desta busca por expansão do capitalismo. Como consequência, estes desenvolvimentos impulsionaram a expansão do capitalismo, realimentando-o.⁶⁷ A partir daí, torna-se possível afirmar que, ainda que se constitua em fenômeno multidimensional, a globalização contemporânea possui íntima relação com a propagação do modo de produção capitalista, sendo ao mesmo tempo resultado e causa de sua expansão. Assim, de acordo com Oliveira, a globalização consiste em fenômeno surgido inicialmente no campo econômico e posteriormente estendido a outras áreas, como social, política, cultural etc.⁶⁸

Em virtude da força civilizadora da globalização, o capitalismo se desenvolveu e a sociedade passou a se integrar em uma sociedade mercantil planetária, impelida pelo progresso técnico resultante da revolução informática e comunicacional.⁶⁹

Para Held e McGrew, o que distingue a fase contemporânea da globalização das anteriores, na perspectiva globalista, seria justamente a existência de uma única economia global, que “transcende e integra as principais regiões econômicas do mundo”.⁷⁰ A prevalência do domínio econômico sobre outros campos decorre do capitalismo avançado, na

⁶⁶ GONÇALVES, Reinaldo. **Socialismo e globalização financeira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 37.

⁶⁷ OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá: 2003, p. 94.

⁶⁸ OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais: elementos e estruturas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 1, p. 33.

⁶⁹ LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 10.

⁷⁰ HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 60.

modalidade do capital financeiro mundializado, que faz com que o sistema político da sociedade seja submetido aos interesses dos atores econômicos e regras de mercado. Neste ponto, resta clara a extensão dos efeitos da globalização, ao condicionar a política local ou nacional “às possibilidades e necessidades de desenvolvimento econômico impostas no contexto amplo pela economia globalizada”.⁷¹

De fato, como expressão do atual fenômeno global, observa-se um novo ciclo de expansão do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório, marcado pelo fim da guerra fria no final do século XX. As novas tecnologias, a criação de novos produtos, a reconfiguração da divisão internacional do trabalho e a mundialização dos mercados impulsionam o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que as forças produtivas básicas, quais sejam, o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam barreiras culturais, históricas e geográficas. Este consiste em um processo também civilizatório ao afetar as formas sociais de vida e trabalho.⁷²

No entender de Ianni:

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e em escala ainda mais ampla desde o término da Guerra Fria, o capital adquiriu proporções propriamente universais. [...] O capital [...], agora propriamente universal, tornou-se o parâmetro das operações econômicas em todo o mundo.⁷³

As forças do capitalismo tornado global, juntamente com outras, políticas e socioculturais, são decisivas na formação e disseminação de relações, estruturas e processos que constroem o novo mapa do mundo.⁷⁴ A globalização econômica contemporânea, que se sobrepõe às demais esferas da globalização, importa ressaltar, se desenvolveu associada ao neoliberalismo, e sendo assim, sua análise será melhor desenvolvida a seguir, no item subsequente do presente estudo, analisada em concomitância com o Consenso de Washington.

Apresentado, portanto, um panorama para iniciar a compreensão

⁷¹ OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá: 2003, p. 120.

⁷² IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 13.

⁷³ Ibid, p. 17.

⁷⁴ Ibid, p. 18.

do fenômeno global, passa-se à abordagem de seu modelo dominante e seus principais efeitos.

1.2 MODELO ECONÔMICO NEOLIBERAL E O CONSENSO DE WASHINGTON

Boaventura de Sousa Santos, conforme exposto no item 1.1 acima, apresenta o entendimento no qual a globalização é vista como um fenômeno polarizado, um vasto e intenso espaço de conflitos em que se situam, de um lado, o campo hegemônico — composto por grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos —, e de outro, o campo subalterno — formado por grupos sociais, Estados e interesses subordinados. Assim, mesmo com divisões internas, o campo hegemônico atua a partir de um consenso entre seus membros mais influentes, que confere à globalização suas características dominantes e as legitima como as únicas possíveis ou adequadas. O consenso hegemônico, conhecido como consenso neoliberal ou Consenso de Washington⁷⁵, foi estabelecido pelos Estados centrais do sistema mundial, para instituir prescrições e determinar o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e o papel do Estado na economia. Conforme o autor, foi este consenso que estabeleceu as características hoje predominantes da globalização⁷⁶ que, por sua vez, são as características da globalização dominante ou hegemônica.

O termo Consenso de Washington surgiu das conclusões obtidas a partir de uma reunião histórica entre funcionários do governo norte-americano e dos organismos internacionais sediados nos Estados Unidos, quais sejam, Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI), ocorrida em novembro de 1989 e convocada pelo *Institute for*

⁷⁵ O Consenso de Washington consiste no conjunto de doutrinas do neoliberalismo, que por sua vez constitui a principal tendência da economia e da política dos presentes tempos, firmando-se nas décadas de 80 e 90 do século XX. O neoliberalismo pode ainda ser definido como “um conjunto de princípios e processos que busca beneficiar pequeno número de particulares, para isso controlando a maior parte possível da sociedade civil, com o objetivo de maximizar interesses individuais. Dessa forma o neoliberalismo passou a constituir o modelo econômico e político contemporâneo que melhor retrata a sociedade global.” OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais e suas revoluções: fragmentações do mundo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 3 v., p. 187-188.

⁷⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 27.

International Economics, com o objetivo de elaborar um conjunto de reformas econômicas para os países latino-americanos em desenvolvimento. A reunião não possuía natureza deliberativa e, embora seu caráter tenha sido sutil, suas propostas passaram a ser postas em prática por meio de determinações administrativas do governo dos EUA, que envolveram elites políticas, empresários e intelectuais que abraçaram a doutrina neoliberal como verdadeiro dogma. E assim as reformas pregadas no Consenso foram sendo adotadas pelo FMI e Banco Mundial. Nesse sentido, o Consenso de Washington pode, portanto, ser conceituado como um conjunto de políticas macroeconômicas, que permite o controle dos interesses da maioria por uma minoria, com um número relativamente pequeno de interesses particulares.⁷⁷

Destaca-se, contudo, a ressalva de Coelho de que é comum o uso da expressão Consenso de Washington como sinônimo da síntese neoliberal, mas o neoliberalismo consiste de fato em um processo mais amplo, dentro do qual o Consenso de Washington corresponde a um momento, entendido como emblemático por seu esforço de síntese⁷⁸.

Embora a reunião do Consenso de Washington tenha ocorrido em 1989, o processo de construção de um projeto neoliberal se iniciou muito antes, mais exatamente no início da década de 70, quando a sucessão de crises globais — crise financeira, do petróleo, quebra do padrão monetário internacional⁷⁹ — revelou a falência do modelo anterior de capitalismo imperialista, abrindo espaço para um projeto de expansão global do capitalismo.

Com as crises da década, as economias centrais restaram abaladas e impulsionou-se assim o fluxo de capitais do Norte em direção ao Sul.

⁷⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais e suas revoluções: fragmentações do mundo**. Ijuí: Unijuí, 2005. 3 v., p. 207-209; 210.

⁷⁸ COELHO, Jaime Cesar. **Economia, Poder e Influência Externa: o Grupo Banco Mundial e as Políticas de Ajustes Estruturais na América Latina, nas Décadas de Oitenta e Noventa**. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 176.

⁷⁹ A quebra do padrão monetário internacional é também chamada crise de Bretton Woods, e significa o fim do sistema de estabilidade do sistema monetário internacional capaz de controlar as taxas de câmbio e fluxos financeiros entre os Estados, buscado com a atuação das chamadas instituições de Bretton Woods – ou Grupo Banco Mundial –, constituintes do sistema financeiro internacional, formado pelo Grupo Banco. In: COELHO, Jaime Cesar, op. cit., p. 21-25.

Os bancos comerciais internacionalizados passaram a oferecer recursos com taxas atrativas, porém com taxas de amortização reduzidas em relação aos antigos contratos de Bretton Woods e tomando como mecanismo de correção taxas de juros flutuantes, o que fez com que surgissem os endividamentos de países subdesenvolvidos. Neste período, o tesouro dos EUA reforçava a posição de que os fluxos de recursos das instituições multilaterais deveriam se pautar em critérios que condicionassem as políticas econômicas dos devedores, surgindo em 1976 o primeiro esboço dos programas de ajuste estrutural (PAE) de primeira geração. Dado o exposto, o fim do controle das taxas de câmbio e fluxos financeiros, somado aos primeiros esboços de PAE, fizeram surgir já no início da década de 70 as raízes neoliberais.⁸⁰

Já na década de oitenta, os governos Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra, com suas políticas neoliberais conduziram a desregulamentação financeira, a abertura das economias nacionais e as privatizações, e logo se tornaram o modelo para os governos de todos os países centrais.⁸¹

O Consenso de Washington possui uma ideia-força, e os defensores do neoliberalismo acreditam plenamente na infalibilidade do mercado desregulado, adotando o caminho monetarista e proclamando a consolidação da força do império dos mercados em busca da maximização dos lucros, características que conferem ao neoliberalismo uma autoridade de doutrina infalível da economia.⁸²

Com sua ascensão, enquanto atores internacionais, a partir da segunda metade do século XX⁸³, impulsionadas pelo consenso neoliberal, as empresas transnacionais⁸⁴ aos poucos se converteram nos

⁸⁰ COELHO, Jaime Cesar. **Economia, Poder e Influência Externa:** o Grupo Banco Mundial e as Políticas de Ajustes Estruturais na América Latina, nas Décadas de Oitenta e Noventa. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 112-119.

⁸¹ LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial:** a história de uma invenção política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 16-17.

⁸² OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais e suas revoluções: fragmentações do mundo.** Ijuí: Unijuí, 2005. 3 v., p. 188-189.

⁸³ BEDIN, Gilmar Antônio. **A sociedade internacional e o século XXI.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, p. 309-311

⁸⁴ Segundo Gilmar Bedin as empresas transnacionais são entidades privadas em sentido estrito, tendo como uma de suas características mais marcantes a busca de fins lucrativos. Enquanto atores internacionais ganharam destaque no pós-Segunda Guerra, período em que começa a se delinear um sistema econômico

atores centrais da nova economia mundial, levando à globalização da produção e à emergência de uma nova divisão internacional do trabalho. A nova economia mundial, de acordo com Santos, apresenta como principais características:⁸⁵

Economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais; emergência de três grandes capitalismo transnacionais: o americano, baseado nos EUA e nas relações privilegiadas deste país com o Canadá, o México e a América Latina; o japonês, baseado no Japão e nas suas relações privilegiadas com os quatro pequenos tigres e com o resto da Ásia; e o europeu, baseado na União Européia e nas relações privilegiadas desta com a Europa do Leste e com o Norte da África.⁸⁶

Com base no Consenso de Washington, apresentaram-se e apresentam-se aos Estados algumas orientações ou exigências, quais sejam, a abertura das economias nacionais ao mercado mundial, adequação dos preços domésticos aos preços internacionais, priorização às exportações; orientação das políticas monetárias e fiscais para vigilância sobre balança de pagamentos e redução da inflação e da dívida pública; inviolabilidade dos direitos de propriedade privada; privatização do setor empresarial do Estado; regulação estatal mínima da economia; redução do peso das políticas sociais no orçamento do Estado, entre outros.⁸⁷

de alcance planetário. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005., p. 309; 311. De acordo com Giovanni Olsson, empresas transnacionais são aquelas dotadas de plena autonomia na atividade econômica acima ou a despeito de fronteiras ou interesses nacionais. In: OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá: 2003, p. 169.

⁸⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 29

⁸⁶ Ibid, p. 29.

⁸⁷ Ibid, p. 29-30.

Conclui-se, portanto, que o consenso neoliberal, auxiliado por uma série de outros fatores conjunturais (ver item 1.1.2), acabou por dar contorno e determinar as principais características do atual fenômeno global, cujo âmbito econômico se destaca, possibilitando a liberalização dos fluxos financeiros, o crescimento das empresas multinacionais, enfim, o desenvolvimento do capitalismo e sua elevação à esfera global em níveis sem precedentes.

O receituário neoliberal é transformado ainda pelas agências financeiras multilaterais em condições para renegociação de dívida externa pelos programas de ajustamento estrutural, decorrendo daí que aqueles mais afetados e sujeitos a suas imposições são de fato os países periféricos e semiperiféricos.⁸⁸ Isso não quer dizer, no entanto, que os países centrais não sejam afetados, o que ocorre principalmente em decorrências das decisões das empresas internacionalmente acreditadas para analisar a situação financeira dos Estados e suas vantagens e desvantagens aos investidores, conforme será analisado com mais profundidade em momento posterior do presente estudo.

Em suma, e de acordo com o entendimento de Richard Falk, em seu formato atual, a globalização alude à dinâmica de reestruturação econômica global em curso e se desenvolveu por impulso do Consenso de Washington, cujos mandamentos correspondem à cartilha neoliberal, caracterizada pela promoção e defesa de medidas como a liberalização, a privatização, a desregulamentação econômica, o fim do Estado de bem-estar, o corte de gasto em bens públicos, o reforço da disciplina fiscal e o fluxo livre de capitais.⁸⁹ Estes aspectos ideológicos e funcionais da globalização estão associados com o modo pelo qual as forças transnacionais de mercado dominam a cena política, incluída a significativa cooptação do poder do Estado. A este modelo de desenvolvimento, conjunto de forças e conceitos legitimadores que impera na realidade contemporânea, o autor denomina *globalização de cima* – que corresponde à globalização hegemônica aduzida por Santos.⁹⁰

Dado o exposto, com vistas a aprofundar os estudos, passar-se-á à análise das influências e efeitos do Consenso de Washington — e, portanto, da globalização hegemônica — nas esferas social, política e

⁸⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 31.

⁸⁹ FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge, Polity, 1999, p. 1-4.

⁹⁰ *Ibid*, 191.

cultural.

1.3 GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA E SEUS EFEITOS

Focalizado o complexo fenômeno da globalização em suas dimensões, bem como suas características mais marcantes, resta clara a existência de um modelo de globalização prevalecente na atualidade, que corresponde à globalização econômica neoliberal, a que Richard Falk chamou globalização de cima ou depredadora⁹¹ e Boaventura de Sousa Santos intitula Globalização Hegemônica — termo adotado pelo presente trabalho.

O aspecto negativo da dinâmica de reestruturação econômica global atualmente em curso, associada ao neoliberalismo, reside no fato de que as dimensões da globalização acabam por ser afetadas ou até mesmo determinadas pelas características dominantes do fenômeno — pertencentes a sua dimensão econômica —, ou características da globalização dominante ou hegemônica.

De fato, não se pode tratar a economia como uma entidade fechada da vida social, uma vez que esta instância autônoma depende de outras, como a sociológica, cultural, política, também dependentes umas com relação às outras. Ocorre que a economia mundial, tal qual observada atualmente, se mostra bastante desregulada, restabelecendo regulações parciais às custas de prejuízos humanos, culturais, morais e sociais.⁹²

A escala e a magnitude da interação econômica global contemporânea é historicamente sem precedentes, e seus padrões teceram redes fortes e duradouras nas grandes regiões do mundo, interligando intimamente seus destinos econômicos. As operações das empresas multinacionais integram as economias nacionais e locais em redes de produção globais e regionais, paralelamente à integração financeira. Assim, as economias nacionais não são mais sistemas autônomos de criação de riquezas e suas fronteiras perdem cada vez mais importância no encaminhamento das atividades econômicas.⁹³

A economia global se baseia nos princípios do mercado e da

⁹¹ FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge, Polity, 1999, p. 72.

⁹² MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 65-66.

⁹³ HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 59-60.

produção com objetivo de lucro, sendo por definição capitalista e se apresentando diversa daquela de épocas anteriores por sua forma histórica particular, visto que as economias centrais do sistema global passaram por uma grande reestruturação nas últimas décadas, transformando-se de industriais em pós-industriais.⁹⁴

Assim, no final do século XX [sob a influência da doutrina neoliberal], o capitalismo pós-industrial passou a se difundir globalmente e substituiu o industrial, alterando a forma e organização do capitalismo global. O capital se libertou das restrições nacionais e territoriais, os mercados se globalizaram e as economias internas passaram a ser forçadas a se adaptarem à competição global. Observe-se, desta forma, a desnacionalização das atividades econômicas estratégicas. As empresas transnacionais apresentam importância central nesta nova ordem capitalista global, uma vez que abrangem todos os setores da economia global.⁹⁵

Ao abordar o que se trata aqui como globalização econômica neoliberal, globalização de cima ou globalização hegemônica, ou ainda, em suas palavras, a “globalização perversa”, Milton Santos a aponta como o resultado das ações que, com base no sistema de técnicas avançadas, desenvolvidas pelo avanço das ciências no fim do século XX, asseguram a emergência de um mercado dito global.⁹⁶ Neste cenário, ressalta, observa-se a emergência de uma tirania dupla, do dinheiro e da informação, as quais, relacionadas intimamente, fornecem as bases do sistema ideológico que busca legitimar as ações hegemônicas e criar um novo *ethos* das relações sociais e interpessoais para influenciar o caráter das pessoas. A informação, neste cenário, é dominada e manipulada por um grupo de Estados e empresas criando fábulas e mitos convenientes, como a ideia de um mundo em que as benesses oferecidas pelo mercado global seriam disponibilizadas e alcançariam a todos.⁹⁷ Já o dinheiro, se desvincula da produção e dá lugar à especulação e à autonomia do financeiro na economia internacional, com base em uma vida cotidiana crescentemente monetarizada.⁹⁸

⁹⁴ HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 62-63.

⁹⁵ Ibid, loc. cit.

⁹⁶ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 23-24.

⁹⁷ Ibid, p. 37-41.

⁹⁸ Ibid, p. 44.

Resta claro que o sistema está, portanto, a toda hora criando mecanismos e estratégias capazes de se reproduzir, desenvolver e perpetuar. Em suma, a competitividade, o consumo e a confusão de espíritos, nesse mundo globalizado, são para Milton Santos os baluartes do presente estado de coisas. “A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos”.⁹⁹

No capitalismo, a concorrência se estabelece como regra, mas nos moldes atuais a competitividade toma o lugar da competição, tendo a guerra como norma e eliminando todas as formas de compaixão, o que justifica os individualismos arrebatadores em todas as esferas: econômica, com a disputa entre as empresas; política, com os partidos se tornando eleitores e abandonando a ideia de política; social e individual, com a constituição do outro como coisa e o total desrespeito às pessoas.¹⁰⁰

Ainda na concepção de Milton Santos, a sociedade contemporânea vive cercada por um sistema ideológico tecido ao redor do consumo e da informação ideologizados. O “entendimento do que é o mundo [hoje] passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia”.¹⁰¹ Competitividade e consumismo acarretam a atrofia moral e intelectual da pessoa, redução da personalidade e da visão de mundo, além da ocultação da oposição entre as figuras do consumidor e do cidadão.

Na mesma senda, para Morin, a sociedade contemporânea, com seus avanços tecno-científicos e seu desenvolvimento trouxe o reinado do dinheiro e da tecno-burocracia, a atomização dos indivíduos, a perda de solidariedades, a competitividade, o egoísmo e o consumo.¹⁰² Ressalta com primazia o estudioso:

O tempo cronometrado, o tempo precipitado faz desaparecer a disponibilidade, os ritmos naturais e tranquilos. A pressa expulsa a reflexão e a meditação. A mega-máquina burocrática/técnica/industrial recobre atividades

⁹⁹ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 46.

⁷⁹ Ibid., p. 47.

¹⁰¹ Ibid., p. 49.

¹⁰² MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 83-84.

cada vez mais numerosas. Obriga os indivíduos a obedecer a suas prescrições, injunções, formulários. Não se sabe como dialogar com seus poderes anônimos. Não se sabe como corrigir seus erros, não se sabe a que departamento, a que guichê se dirigir. A mecanização assume o controle do que não é mecânico: a complexidade humana.¹⁰³

Os resultados desta “globalização perversa” ou “fábrica de perversidades”, apontados por Milton Santos, são o desemprego crescente e crônico, o aumento da pobreza, a perda de qualidade de vida pelas classes médias, o declínio do salário médio, a generalização da fome e do desabrigo por todos os continentes, a instalação de novas enfermidades como a AIDS e o ressurgimento de velhas enfermidades, a permanência da mortalidade infantil, a inacessibilidade crescente à educação de qualidade e o alastramento e aprofundamento dos males espirituais e morais como o egoísmo, cinismo e corrupção. Todos estes fatores compõem o que o autor chama de evolução negativa da humanidade, relacionada à competitividade desenfreada que caracteriza as ações hegemônicas.¹⁰⁴

O mundo atual se mostra repleto de exclusões, pioradas pela desproteção social, resultado do modelo neoliberal, também gerador de insegurança. O que se observa é na realidade uma perversidade sistêmica, quer dizer, a perversidade deixa de se manifestar por fatos isolados atribuídos a distorções da personalidade e passa a se estabelecer como um sistema, por meio da instituição da competitividade como regra absoluta da vida social. O outro passa a ser considerado como uma coisa, um obstáculo à realização dos fins de cada um, que deve ser removido, decorrendo daí os egoísmos, narcisismo, banalização da guerra de todos contra todos, competição desmedida e corrupção.¹⁰⁵

De acordo com Morin, 75% da energia do globo são consumidos pelos 25% da população que vivem em países ricos, países estes que conservam o monopólio das altas tecnologias e possuem o poder cognitivo em mãos, que destroem seu excedente agrícola e colocam suas terras em repouso, enquanto no mundo pobre, as fomes e misérias se

¹⁰³ MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 83-84.

¹⁰⁴ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 19-20.

¹⁰⁵ Ibid, p. 59-60.

multiplicam. Para o autor:

Na África os solos se esgotam, o clima se degrada, a população cresce, a AIDS devasta. Uma policultura capaz de satisfazer as necessidades familiares e locais é substituída por uma monocultura submetida às vicissitudes, a monocultura sofre crise atrás de crise; os capitais investidos nos setores em crise se retiram. Com o êxodo rural, os sem-trabalho enchem as periferias urbanas. A monetarização e a mercadorização de todas as coisas destroem a vida comunitária de serviços prestados e a convivialidade. O melhor das culturas nativas desaparece em proveito do pior da civilização ocidental.¹⁰⁶

Dado o exposto, resta claro que, assim como a globalização acontece em dimensões variadas, seus efeitos são por óbvio igualmente variados, atingindo igual multidimensionalidade. Torna-se possível, portanto, falar em dimensões e efeitos, não só econômicos — conforme explicitado detalhadamente acima —, mas também políticos, sociais e culturais da globalização hegemônica, os quais serão abordados na sequência.

1.3.1 Consequências Sociais

A expansão mundial do capitalismo sob os padrões neoliberais, característica do atual fenômeno global hegemônico, traz consigo a criação e reprodução de desigualdades, carências, inquietações, tensões e antagonismos, e revoluciona assim as condições da vida e do trabalho. Ao mesmo tempo em que produz diversidade, a globalização fabrica disparidades.¹⁰⁷

Quanto às consequências sociais da globalização hegemônica — também chamadas dimensão social da globalização ou globalização social —, centradas na emergência de uma classe capitalista transnacional, as disparidades na distribuição da riqueza se agravaram, segundo Milton Santos, nas últimas duas décadas de forma tão

¹⁰⁶ MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 79.

¹⁰⁷ IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 21-28.

acelerada, que podem ser vistas como o fim do período de relativa democratização da riqueza ocorrido após a Segunda Guerra Mundial. Esta disparidade se mostra patente no caso dos Estados Unidos, país que lidera a aplicação do novo modelo econômico e concentra grande parte da riqueza produzida pela globalização neoliberal. Assim, “a nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial”.¹⁰⁸

As consequências sociais da globalização de cima resultam de um cenário em que a classe capitalista transnacional emergente — que possui nas empresas multinacionais sua principal forma institucional — ultrapassa as organizações nacionais de trabalhadores e os Estados externamente fracos da periferia do sistema mundial, assumindo o globo como campo de reprodução social¹⁰⁹.

Passa a se disseminar pelo mundo o modelo capitalista neoliberal de produção, baseado na flexibilização, precarização, intensificação dos ritmos de trabalho, terceirização e reengenharia, medidas voltadas a aumentar a exploração. O neoliberalismo provoca ainda o desemprego estrutural como decorrência necessária do progresso técnico e questiona os compromissos que baseiam o Estado de bem-estar social, fazendo com que os serviços públicos de saúde, educação e previdência tenham seu alcance reduzido e sejam privatizados. Como resultado, a expansão do mercado mundial gera modificações avassaladoras no tecido social, promovendo desigualdades que se aprofundam entre ganhadores e perdedores na corrida pela globalização, e também dentro dos Estados.¹¹⁰

Conforme mencionado no item 1.2 acima, os países em desenvolvimento que sofreram a implantação pelas instituições financeiras internacionais dos programas de ajuste estrutural, vindos já de modelos deficientes de Estados de bem-estar social, sentiram particularmente este processo pela soma de fatores como redução dos serviços sociais oferecidos à população, o endividamento e aumento do desemprego no setor público. Estes mesmos países foram vitimizados pela globalização de cima com a localização de fábricas em seu território — filiais de empresas transnacionais — exploradoras de mão-

¹⁰⁸ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 33-35.

¹⁰⁹ Ibid, loc. cit.

¹¹⁰ LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 20-22.

de-obra e zonas francas, como será visto com mais detalhes do capítulo 2, o que gerou ainda a falência de empresas nacionais, revelando que a liberdade de movimento alcançada pela globalização depredadora foi utilizada para impor à classe trabalhadora condições aviltantes, como baixos salários e perda das garantias trabalhistas.¹¹¹

Nos países ricos também se observou como resultado da globalização hegemônica o aumento da pobreza e do desemprego, embora de forma mais amena e menos danosa.¹¹²

Portanto, a pobreza e o desemprego crescem de forma proporcional ao avanço do capitalismo.¹¹³ A integração e a divisão, a globalização e a territorialização, são complementares e duas faces do mesmo processo, e, em virtude disto, os processos globalizantes redistribuem privilégios e carências, riqueza e pobreza, recursos e impotência, poder e ausência de poder, liberdade e restrição, reestruturando o mundo e construindo assim uma nova hierarquia sociocultural em escala planetária. Surge um mundo polarizado, em que poucos concentram riqueza e mobilidade e muitos sofrem as agruras da pobreza e imobilidade.¹¹⁴

O aumento das desigualdades e a segmentação em todos os níveis — nacional, regional e global — desgasta a base da solidariedade social, tanto nas economias avançadas — nas quais as coalizões sociais e políticas essenciais aos programas de bem-estar social e à política de proteção social são minadas pela competição global — quanto nas economias em desenvolvimento, em que os programas de assistência social supervisionados pelo FMI e Banco Mundial restringem enormemente os gastos com o bem-estar social.¹¹⁵

A globalização hegemônica acarreta ainda, em parte como decorrência das atividades das transnacionais, uma nova divisão global do trabalho, e países em desenvolvimento passam a responder por uma expressiva parcela das exportações globais, tornando-se, por meio da integração em redes transnacionais de produção, extensões e concorrentes das empresas dos países desenvolvidos. Esta reestruturação

¹¹¹ SILVA, Karine de Souza. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000, p. 123; 132.

¹¹² Ibid, p. 129.

¹¹³ Ibid, p. 123; 132.

¹¹⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 78; 80.

¹¹⁵ HELD, David; McGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 73.

passa a dividir os países em desenvolvimento em perdedores e vencedores, divisão que se reproduz também em âmbito nacional, por todos os cantos do mundo. Surge, portanto, como resultado da globalização econômica contemporânea um mundo cada vez mais unificado para as elites, sejam ela nacionais, regionais ou globais, e mais dividido entre vencidos e vencedores.¹¹⁶

Desta forma, a globalização de cima está relacionada a uma defasagem crescente entre os Estados ricos e pobres e entre os povos na economia global, à medida em que determina a localização e distribuição da riqueza e da capacidade produtiva, definindo e reformulando os padrões globais de hierarquia e desigualdade. São criadas assim as condições para um mundo mais instável, desregrado e díspar, em que se observa a crescente marginalização dos perdedores da economia global — e assim a globalização econômica torna-se também responsável pela globalização crescente da pobreza.¹¹⁷

Surgida como resultado do pensamento neoliberal e, por conseguinte, da globalização hegemônica, a pobreza globalizada, permanente, generalizada, consiste em uma pobreza estrutural, em que se observa no mundo o aumento do desemprego e a degradação da remuneração empregatícia, ao passo em que o poder público se retira da proteção social. Esta pobreza é produzida politicamente pelas empresas e instituições globais, que pagam para criar, por outro lado, soluções parciais e fragmentadas, como o financiamento de programas de atenção aos pobres, para dar a impressão de comprometimento social.¹¹⁸

Na globalização hegemônica se faz patente a centralidade do dinheiro sustentado por uma informação ideológica, distorcendo assim o sentido da vida em suas dimensões, como trabalho e lazer, afetando o íntimo de cada indivíduo e a construção do espaço geográfico, e relegando o homem, o território, o Estado-nação e a solidariedade social ao *status* de elemento residual.¹¹⁹

A este respeito, Boaventura de Sousa Santos afirma:

No domínio da globalização social, o consenso neoliberal é o de que o crescimento e a

¹¹⁶ HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 64-65.

¹¹⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 69;72.

¹¹⁸ Ibid, p. 72-73.

¹¹⁹ Ibid, p. 147.

estabilidade econômicos assentam na redução dos custos salariais, para o que é necessário liberalizar o mercado de trabalho, reduzindo os direitos liberais, proibindo a indexação dos salários aos ganhos de produtividade e os ajustamentos em relação ao custo de vida e eliminando a prazo a legislação sobre salário mínimo. O objectivo é impedir 'o impacto inflacionário dos aumentos salariais'.¹²⁰

Desta política resultaria a contração do poder de compra interno, e sua substituição pela busca de mercados externos, dessocializando a economia, substituindo o conceito de cidadão pelo de consumidor, e o direito como critério de inclusão pela solvência. Os que não possuem recursos, os insolventes, serão agraciados com medidas compensatórias para minorar, e não eliminar a exclusão, vista como efeito inevitável do desenvolvimento econômico e da competitividade a nível global.¹²¹

As tecnologias imateriais, ao mesmo tempo que sustentam uma promessa de desenvolvimento, implicam simultaneamente sua negação quando combinadas com a liberalização crescente das trocas e movimentos de capital, uma vez que estas tecnologias que se livram do tempo e do espaço precisam de pouco tempo para despir e empobrecer o espaço. Ao mesmo tempo em que tornam o capital global, fazem com que os excluídos dos novos hábitos nômades observem impotentes a degradação dos seus meios de subsistência. Embora os recursos financeiros e a rede eletrônica que percorrem sejam imateriais, os vestígios locais de sua passagem são amargamente tangíveis: a destruição das economias locais e a exclusão dos que não podem ser absorvidos pela nova economia global.¹²²

1.3.2 Consequências Políticas

Ao se falar do aspecto político da globalização dominante e seus traços principais, conclui-se que esta se baseia em três componentes do Consenso de Washington, quais sejam, o consenso da democracia liberal; o consenso do primado do direito e do sistema judicial; e o

¹²⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 34-35.

¹²¹ Ibid, loc. cit.

¹²² Ibid, p. 82-83.

consenso do Estado fraco.¹²³

O consenso da democracia liberal trata da convergência entre liberdade política e liberdade econômica, eleições livres e mercados livres, a qual adota a democracia como condicionalidade política da ajuda e do financiamento internacional, e, portanto, sua fraqueza consiste na fraqueza das democracias efetivamente adotadas em diferentes realidades, por vezes abreviadas, por vezes caricaturais.¹²⁴

Já o consenso sobre o primado do direito e do sistema judicial diz respeito à reclamação, pelo Consenso de Washington, de um novo quadro legal adequado à liberalização dos mercados, investimentos e sistema financeiro, capaz de promover, para tanto, os princípios da ordem, da previsibilidade e da confiança por meio do sistema judicial, enquanto conjunto de instituições independentes e universais.¹²⁵

Por fim, o consenso do Estado fraco, que se baseia na ideia originária da teoria política liberal, de que o Estado é o oposto da sociedade civil e a ela se contrapõe, consiste no consenso liberal mais frágil, visto que, para haver desregulação faz-se necessária uma intensa atividade regulatória do Estado, para criar normas e instituição que presidirão o novo modelo.¹²⁶

De fato, não é o Estado, mas o capital empresarial global que exerce uma influência decisiva na organização, localização e distribuição do poder e dos recursos econômicos na economia global contemporânea. Contudo, observa-se uma contradição na nova ordem no que diz respeito a sua governabilidade, uma vez que, se por um lado a globalização da atividade econômica escapa à regulação dos governos nacionais, as instituições multilaterais de governança econômica global apresentam autoridade limitada, uma vez que os Estados se recusam a ceder parcelas substanciais de sua soberania.¹²⁷

Diante desta situação, para alguns globalistas, os Estados-nação, em uma era de mercados global, perdem a capacidade de administrar ou regular efetivamente suas economias nacionais, tornando-se formas cada vez mais transicionais de organização e regulamentação econômica. Assim, têm sido forçados a adotar estratégias econômicas neoliberais

¹²³ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 41.

¹²⁴ *Ibid*, p. 42.

¹²⁵ *Ibid*, p. 43.

¹²⁶ *Ibid*, p. 41-42.

¹²⁷ HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 64-68.

para promover a disciplina financeira, a limitação do governo e uma sólida administração econômica. Quanto mais intensa a competição global, mais incapazes se tornam os países de manter os níveis de proteção social e os programas de bem-estar social, sob pena de retirar a competitividade das empresas nacionais e impedir investimentos estrangeiros necessários. Como decorrência desse processo, “a autonomia econômica, a soberania e a solidariedade social dos Estados contemporâneos estão sendo drasticamente reduzidas pelos processos contemporâneos de globalização econômica”.¹²⁸

Sendo assim, a dinâmica de reestruturação econômica global em curso, associada ao neoliberalismo, acaba por impor a disciplina do capital global aos governos, de modo que estes promovam a adoção de políticas economicistas em cenários nacionais de decisão, subjugando os partidos políticos, os líderes, as elites e as posições dos próprios governos, o que acentua o sofrimento de regiões e de povos vulneráveis e desfavorecidos. Como consequência, o Estado se despolitiza e o neoliberalismo se converte no único jogo possível, resultando na concretização da mentalidade neoliberal, que se opõe aos gastos sociais do setor público destinados à assistência, criação do trabalho, proteção ao meio ambiente, educação e diminuição da pobreza.¹²⁹

Portanto, os condutores da globalização em seu formato contemporâneo precisam de um Estado flexível aos seus interesses, e o Estado, por sua vez, não é que se ausente ou se torne menor, mas se omite quanto aos interesses da população e se torna mais forte a serviço da economia dominante, e a política passa a ser feita no mercado e a ter como atores as empresas transnacionais, que não possuem preocupações éticas ou finalísticas, representando um mundo de competitividade e individualismo.¹³⁰ Daí se falar em morte da política, visto que o processo político passa a ser conduzido pelas grandes empresas e a opinião pública passa a ser conformada pelas mídias, substituindo o debate civilizatório pelo discurso único do mercado. O caminho fica assim aberto não só ao abandono das solidariedades e da ética, mas também da política, e o ideal de democracia plena é trocado por uma

¹²⁸ HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 64-68.

¹²⁹ FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge, Polity, 1999, p. 187.

¹³⁰ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 66-67.

democracia de mercado¹³¹, surgindo daí a governança sem governo¹³².

Segundo Milton Santos, a globalização hegemônica ou “globalização perversa”, observada na atualidade, cujo sistema ideológico impõe a tirania do dinheiro e da informação, gerando uma ética de competitividade, cria assim uma sensação geral de desamparo e um verdadeiro retrocesso no que se refere às noções de bem público e solidariedade, como se pode perceber pelo encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com o aumento da pobreza e os prejuízos à soberania, ao passo que o papel político das empresas na regulação da vida social se amplia.¹³³

A globalização, com suas características dominantes, acarretou também significativas mudanças para a forma política do sistema mundial contemporâneo — o sistema interestatal. Estas mudanças — a que se pode denominar globalização política ou dimensão política da globalização — se dão por meio da ameaça da soberania do Estado por atores transnacionais privados, e também por meio da criação de requisitos normativos e institucionais necessários ao modelo de desenvolvimento liberal, requisitos estes que acarretaram uma destruição institucional e normativa, que afetou não apenas o papel do Estado na economia, mas também sua legitimidade para organizar a sociedade.¹³⁴ Nesse sentido, a nova Ordem Mundial, para se sustentar e

¹³¹ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 60-61.

¹³² “(...) *governo* sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto *governança* refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. Em outras palavras, *governança* é um fenômeno mais amplo do que *governo*; abrange instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernest-Otto (orgs.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Tradução de Sergio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 15-16. Sobre a governança sem governo ver também: OLSSON, Giovanni. **Poder político e sociedade internacional contemporânea: governança global com e sem governo e seus desafios e possibilidades**. Ijuí: Unijuí, 2007.

¹³³ SANTOS, Milton, op. cit., p. 37-38.

¹³⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**.

reproduzir, precisa de Estados fracos, reduzidos ao papel de distritos policiais locais para garantir o mínimo de ordem necessária para a realização dos negócios, sem que consistam em freios efetivos à liberdade das empresas globais.¹³⁵

Ainda quanto às consequências políticas da globalização hegemônica, mais especificamente do que se refere à relação entre cidadão e Estado, Liszt Vieira observa:

Os processos de globalização em curso estão desafiando as fundações e princípios políticos do Estado-nação e da ordem de Westfália e, por extensão, da própria democracia e cidadania. O processo de globalização econômica está enfraquecendo os laços territoriais que ligam o indivíduo e os povos ao Estado, deslocando o *locus* da identidade política, diminuindo a importância das fronteiras internacionais e abalando seriamente as bases da cidadania tradicional. [...] A globalização econômica tende, assim, a produzir um declínio na qualidade e significação da cidadania, a não ser que as ideias de filiação política e identidade existencial possam ser efetivamente vinculadas a realidades transnacionais de comunidade e participação em um mundo "pós-estatal" ou "pós-moderno"^{136, 137}.

3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 37.

¹³⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 76.

¹³⁶ Alguns autores abordados no presente trabalho utilizam o termo pós-modernidade para definir o período contemporâneo, que teria então sucedido a modernidade. Sendo assim, para fins desta pesquisa, entende-se a pós-modernidade, de acordo com Zygmunt Bauman, como o período histórico situado no final do século XX, caracterizado por um constante movimento destituído de direção delineada. In: BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 111; 121. Como bem esclarece Anthony Giddens, “afora o sentido geral de se estar vivendo um período de nítida disparidade do passado, o termo [pós-modernidade] com frequência tem um ou mais dos seguintes significados: descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os "fundamentos" preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a "história" é destituída de teleologia e consequentemente nenhuma versão de "progresso" pode ser

Com efeito, nas condições atuais, em face das graves implicações sociais da globalização econômica, interessa ao Estado incentivar a desmobilização popular, mantendo a cidadania passiva e apolítica.¹³⁸

1.3.3 Consequências Culturais

A respeito das consequências culturais da globalização hegemônica — ou globalização cultural, ou ainda dimensão cultural da globalização —, Boaventura de Sousa Santos afirma que serve como disfarce para uma dominação política por parte dos grupos, classes, interesses e Estados dominantes na hierarquia do sistema mundial. Já o consenso neoliberal se manifesta na dimensão cultural da globalização pela seletividade na medida em que os acontecimentos culturais lhe interessam, apenas quando se tornam mercadorias e seguem assim a direção da globalização econômica.¹³⁹

De fato, a globalização cultural hodierna é impulsionada por empresas, e não por países, e embora as instituições privadas internacionais não sejam novas, seu impacto de massa por meio dos bens de consumo e produtos culturais o é. Isto porque os novos sistemas globais de comunicação transformam a relação entre locais físicos e circunstâncias sociais, exercendo impacto pluralizante na formação de identidades e transformando a situação cultural do Estado por meio das culturas híbridas e empresas de comunicação transnacionais.¹⁴⁰

plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral". Ressalta-se, contudo, que alguns autores, como Giddens, entendem pela inexistência de uma pós-modernidade, sendo que viveríamos apenas a modernidade vindo a entender a si mesma, e não a superação da modernidade. In: GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 45-47.

¹³⁷ VIEIRA, Liszt. Cidadania Global e Estado Nacional. Dados, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2011.

¹³⁸ Ibid, loc. cit.

¹³⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 49.

¹⁴⁰ HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 45-46.

De modo geral, no que tange à globalização cultural, questiona-se se o fenômeno não se trata de fato de uma ocidentalização ou americanização, até que ponto se pode falar em homogeneização, e ainda se uma cultura global emergiu nas últimas décadas.¹⁴¹

Tratando-se de ocidentalização, torna-se imprescindível compreender o desenvolvimento como mito global, fundado no paradigma ocidental do progresso, em que as sociedades industrializadas conquistam o bem-estar, reduzem desigualdades e concedem felicidade máxima, também como uma percepção redutora na qual os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais dependem do crescimento econômico, ignorando assim os problemas de identidade, comunidade, solidariedade e cultura. Assim, a ideia desenvolvimentista se mostrou e se mostra cega às riquezas culturais das sociedades arcaicas ou tradicionais, que só foram vistas por meio das lentes economicistas e quantitativas.¹⁴²

Esta ideia desenvolvimentista apontada por Morin, que via nas culturas tradicionais somente superstições e ignorância, ignorando suas profundas instituições e saberes milenares, ao passo em que ignorava o fato de que as culturas de nossas sociedades ditas desenvolvidas possuem, como todas as outras, ao lado das verdades e virtudes, mitos, como o mito do progresso; ilusões, como a ilusão do alcance da racionalidade máxima; e cegueiras, como a cegueira do pensamento fragmentado, redutor e mecanicista.¹⁴³

O desenvolvimento da modernidade ataca o tecido das culturais regionais, que resistem de forma desigual. As grandes culturas históricas asiáticas e do mundo islâmico resistem à ocidentalização, por vezes assumindo uma dupla identidade — como no caso do Japão — e, por vezes, restaurando o fundo religioso e étnico. A resistência à ocidentalização acontece também por meio da apropriação dos instrumentos do Ocidente, como a fórmula do Estado-nação, técnicas, ideologias emancipadoras dos direitos dos povos, ao mesmo tempo em que acontece um duplo movimento de reenraizamento no passado e propulsão ao futuro. Observa-se, portanto, um processo paradoxal, em que a ocidentalização avança por meio da tecnização, mercantilização, ideologização, enquanto progride também a balcanização e o retorno às

¹⁴¹ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 46-48.

¹⁴² MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 78-79.

¹⁴³ *Ibid*, loc. cit.

fontes de identidade etno-religiosa.¹⁴⁴

A tendência é que o desenvolvimento desintegre gradativamente as culturas nativas. Mas, se por um lado os progressos da medicina trouxeram cura, fazem perder os remédios dos curandeiros, e se a alfabetização traz a cultura escrita, destrói sabedorias milenares pertencentes às culturas orais. “Em toda parte, inclusive na Europa, porém mais gravemente fora da Europa, o desenvolvimento destruiu rapidamente as solidariedades locais, os traços originais adaptados às condições ecológicas singulares”.¹⁴⁵

Porém, embora seja inegável a ameaça cultural do desenvolvimento técnico-industrial no mundo, o processo de homogeneização civilizacional dele decorrente se desenvolve paralelamente a um processo de encontro e sincretismos culturais.¹⁴⁶

Uma ressalva importante a ser feita, e muito bem pontuada por Morin, é a de que toda evolução inclui abandono e todo ganho histórico, uma perda, e assim toda cultura é digna de viver e deve saber morrer, e precisamos manter a necessidade de uma cultura planetária. A solução para o impasse seria salvar a imensa diversidade cultural da humanidade e, concomitantemente, alimentar uma cultura planetária comum.¹⁴⁷

Segundo a compreensão de Octavio Ianni, a globalização do mundo:

[...] expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e vãos da imaginação.¹⁴⁸

¹⁴⁴ MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 80.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 81.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 82.

¹⁴⁷ *Ibid.*, loc. cit.

¹⁴⁸ IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização

Diante desta realidade global composta por muitas redes e suas malhas, para Ianni a cultura encontra outros horizontes de universalização, concomitantes à possibilidade de recriação das singularidades. Com isto, o local pode se tornar universal, e se muitas formas culturais são mutiladas e destruídas pela globalização, ao mesmo tempo a afirmação da autonomia, da independência, identidade e soberania ou hegemonia se reforça no contraponto com o outro.¹⁴⁹

Como bem ressalta o autor, a dinâmica da sociedade global produz e reproduz diversidades e igualdades, simultaneamente às convergências e integrações, e as próprias perspectivas de autoafirmação, autoconsciência, luta pela emancipação se enriquecem e dinamizam pelo contato, intercâmbio ou confronto entre diferentes perspectivas.¹⁵⁰

Chegando ao término do presente capítulo, abordados o fenômeno global em sua amplitude, bem como a globalização de cima e suas consequências gerais, passa-se então ao estudo de seu impacto para o âmbito das mulheres no mundo, que são afetadas de forma específica.

Em virtude do recorte teórico adotado, foram destacados neste primeiro momento os efeitos nocivos da globalização, sem deixar de considerar, contudo, a existência de resultados positivos do processo; como, por exemplo, os avanços científicos e tecnológico-informacionais que auxiliam os movimentos reivindicatórios, conforme será abordado no capítulo 3.

Brasileira, 2002, p. 11.

¹⁴⁹ IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 24 e 29.

¹⁵⁰ *Ibid*, p. 30-31.

CAPÍTULO 2 — OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA

Por permear, assim como a globalização, as diversas dimensões da vida social, a questão de gênero¹⁵¹ consiste em discussão transversal à qualquer análise da sociedade. Sendo assim, será possível observar que as mulheres são afetadas de forma particular e específica em cada um dos âmbitos em que se observam as consequências perniciosas da globalização hegemônica, conforme abordado nos itens 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.3 do capítulo 1, quais sejam, social, político e cultural.

Ao se abordar as consequências nocivas da globalização hegemônica no capítulo anterior, ressaltou-se, em linhas gerais, o aumento da pobreza mundial e o surgimento de uma nova divisão global de classes, além da diminuição do papel do Estado — acompanhada da desregulamentação da economia e redução das políticas sociais —, e o processo de ocidentalização do mundo — calcado no mito do desenvolvimento e objeto de resistências culturais. Estes efeitos sociais, políticos e culturais da globalização neoliberal atingem a todos, mas por certo afetam mais os que têm menos formação, educação e recursos, sendo estes, em sua maioria, mulheres.

Neste momento, cumpre ressaltar, contudo, que as consequências da globalização hegemônica sobre as mulheres não seguem apenas uma tendência, nem produzem os mesmos efeitos para todas, assim como não produzem os mesmos efeitos nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento. Os efeitos variam em função dos aspectos culturais, econômicos, políticos etc.; por exemplo, o Japão é um dos poucos países do mundo em que diferença de salários entre homens e mulheres aumenta.¹⁵² Portanto, embora as estudiosas feministas sustentem que as mulheres são mais negativamente afetadas pela globalização do que os homens, elas mostram que nem todas as mulheres são vítimas, assim

¹⁵¹ O conceito de “gênero” será devidamente explicitado e trabalhado no capítulo 3 do presente estudo. Por ora, menciona-se apenas que ao se falar em gênero aqui, estará se fazendo referência à construção social da identidade sexual, na busca de uma análise sempre relacional e cultural da sociedade.

¹⁵² FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización. Rosa Cobo. Realização Angélica Ley e Victor Manuel Méndez. Produção de Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. 1 DVD (x min.): DVD, son., color. Ciclo de conferências “feminismo, desarrollo y democracia”.

como nem todos os homens são beneficiários do fenômeno global.¹⁵³

O que se observa atualmente, de modo geral, é um mundo regido pelas elites masculinas, que se beneficiam mais da nova ordem global. Esta divisão internacional do poder, trabalho e riqueza baseada no gênero não é nova, mas – conforme será demonstrado no decorrer deste capítulo – a globalização perpetua desigualdades entre homens e mulheres. No mundo todo as mulheres são excluídas das posições de poder econômico e político e compõem a maioria do total de analfabetos^{154, 155}.

Partindo-se deste pressuposto, passar-se-á, na sequência, a buscar primeiramente um enfoque das consequências sociais e trabalhistas da globalização hegemônica para as mulheres no mundo, por meio de um estudo mais acurado e preocupado com a temática. Com este intuito, faz-se necessário observar como as políticas neoliberais e os programas de ajuste estrutural afetam a questão do trabalho feminino, o que será feito em duas etapas, nos itens 2.1.1 e 2.1.2, por meio da investigação da mão-de-obra feminina manufatureira e das “contrageografias da globalização”. Em uma próxima etapa, a ser consolidada no item 2.2, será dado destaque à recente crise da dominação masculina, o que configura a grande consequência cultural da globalização hegemônica para as mulheres.

Por ora, note-se apenas que, além dos mencionados pontos a serem abordados com detalhes na sequência, outros efeitos menos significativos ao propósito aqui intentado também são acarretados às mulheres em decorrência do modelo vigente de globalização e da crise da dominação masculina. Dentre eles citem-se: i) a transformação das mulheres em objetos sexuais pela mídia¹⁵⁶ por meio da comercialização do erotismo e da imagem feminina, conforme apontado por Alain Touraine; ii) a alteração do discurso do Banco Mundial em prol da

¹⁵³ KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. *Sociologický časopis/Czech Sociological Review*, Praga, v. 42, n. 6, p. 1244-1245a.

¹⁵⁴ Aproximadamente dois terços da população analfabeta do mundo é composta por mulheres, posição que tem se mantido de 1990 a 2007, e que não apresenta expectativa de melhoras, pelo menos até 2015, segundo projeções da UNESCO, o que deixa clara a persistente desvantagem encontrada pelas mulheres. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010** - Trends and Statistics. New York, 2010, p. 45.

¹⁵⁵ KOLÁŘOVÁ, Marta, op. cit., p. 1244.

¹⁵⁶ TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 102.

igualdade das mulheres para mantê-las como garantidoras de uma estabilidade social usurpada pela globalização hegemônica; e, por fim, iii) segundo Manuel Castells, o aumento, como decorrência da ira masculina perante a perda do poder, tanto da violência interpessoal e do abuso psicológico cometidos contra as mulheres quanto dos movimentos fundamentalistas que procuram reestabelecer a ordem baseada no poder do homem, deixando claro que a revolução para liberação feminina que se pretende não será tão tranquila.¹⁵⁷

2.1 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E TRABALHISTAS DA GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA PARA AS MULHERES NO MUNDO

Os efeitos do fenômeno global hegemônico, devido à preeminência de sua dimensão econômica, se fazem sentir de forma mais imediata para as mulheres na esfera social-trabalhista.

Enquanto as elites políticas e corporativas globais, que dominam o comércio e finanças em sua esfera desregulamentada, são na sua maioria homens, os mercados de trabalho, cujo fluxo se mostra restrito, estão se tornando crescentemente feminizados pela grande inclusão de mulheres como provedoras de serviços – sexuais, domésticos e como trabalhadoras na produção para exportação – e com baixa remuneração. Isto porque, como a produção no mundo globalizado depende de emprego flexível e precário, acaba sendo principalmente ocupada por mulheres pobres vindas do Sul global, que entram no mercado de trabalho aceitando frequentemente condições vulneráveis, não para obter lucro, mas para lutar pela sobrevivência e cumprir com as responsabilidades sociais que lhes foram impingidas com o fim do Estado de bem-estar.¹⁵⁸ Assim, destaca-se no cenário internacional contemporâneo, o aumento de mulheres nas redes de produção, particularmente redes que envolvem o trabalho no setor informal¹⁵⁹, salários baixos e níveis mais altos de migração feminina, conforme será

¹⁵⁷ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 170-171.

¹⁵⁸ KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. **Sociologický časopis/Czech Sociological Review**, Praga, v. 42, n. 6, p. 1245-1246.

¹⁵⁹ O trabalho ou emprego informal é aquele não coberto por proteção legal ou social. In: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010 - Trends and Statistics**. New York, 2010, p. 88.

minuciado na sequência.¹⁶⁰

A partir de uma perspectiva de gênero, são então criadas no mundo lapidado pela globalização hegemônica duas áreas dicotômicas, quais sejam, o mundo da finança global e individualismo pós-moderno associados à masculinidade¹⁶¹ capitalista ocidental, por um lado, e por outro, a mão-de-obra mal paga e não especializada associada às mulheres. Estas esferas são independentes e o domínio masculinizado da alta política e finança global está atrelado à mão-de-obra barata feminizada. Resta claro, portanto, que o projeto de globalização neoliberal tira partido dos estereótipos de gênero e se beneficia da mão-de-obra feminina.¹⁶²

Portanto, e como mulheres representam uma parte considerável dos trabalhadores do mundo, a mão-de-obra feminina cumpre um papel estratégico neste processo de liberalização econômica¹⁶³; sem o trabalho mal pago ou gratuito das mulheres a economia global não funcionaria.¹⁶⁴ Desta feita, as mulheres integrantes do mercado de trabalho, seja na linha de produção das grandes empresas transnacionais ou nos circuitos transfronteiriços de modo geral como cuidadoras migrantes, são um dos

¹⁶⁰ PYLE, Jean L.; WARD, Kathryn B. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, London, v. 18, n. 3, set. 2003, p. 463.

¹⁶¹ A forma hegemônica de masculinidade na atual ordem de gênero é a masculinidade associada aos homens que controlam as instituições dominantes do mundo, os executivos que operam nos mercados globais e os dirigentes políticos que interagem em vários contextos. As masculinidades globais hegemônicas dos homens de negócios e políticos são caracterizadas por um egocentrismo flexível e calculista, nenhum senso de responsabilidade pelos outros, ausência de comprometimentos estáveis, racionalidade técnica e sexualidade aberta. Esta descrição baseada no gênero não se aplica apenas a um grupo específico de homens, mas também às instituições na arena internacional, como mercados e comércio, política e neoliberalismo. CONNELL, Raewyn Wood. Masculinities and Globalization. *Men and Masculinities*, v. 1, n. 1, 1998, p. 18.

¹⁶² KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. **Sociologický časopis/Czech Sociological Review**, Praga, v. 42, n. 6, 2006, p. 1245.

¹⁶³ FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización. Rosa Cobo. Realização Angélica Ley e Victor Manuel Méndez. Produção de Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. 1 DVD (x min.): DVD, son., color. Ciclo de conferências “feminismo, desarrollo y democracia”.

¹⁶⁴ KOLÁŘOVÁ, Marta, op. cit., p. 1245.

pilares que sustentam o fenômeno global contemporâneo.

2.1.1 Exploração da Mão-de-Obra Feminina Manufatureira

Em fins dos anos 60 do século XX foram observadas formas de reestruturação global relacionadas a processos e ideologias capitalistas, decorrentes do modelo atualmente dominante de globalização, qual seja, o econômico neoliberal. Primeiro, com a redução do papel do Estado e a desregulamentação da economia, o mercado passou a agir livremente na determinação de resultados econômicos, sem envolvimento dos governos. Esta tendência foi observada em um grande número de países. Em segundo lugar, desde o final dos anos 1970, a globalização também tem envolvido programas de ajuste estrutural, impostos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial como condição para concessão de empréstimos. Os PAE obrigaram os governos a abrir ainda mais suas economias ao comércio e fluxos financeiros – e frequentemente minaram o desenvolvimento sustentável e causaram instabilidade financeira – bem como a reduzir os empregos no setor público e realizar cortes nos programas sociais, medidas que recaíram pesadamente sobre os pobres, particularmente as mulheres. Em terceiro lugar, as empresas transnacionais nos setores de fabricação, serviço e finanças mudaram-se para grupos sucessivos de países ao longo das últimas três décadas e criaram redes crescentes de subempreiteiros. Em quarto lugar, muitos países em desenvolvimento mudaram para uma produção voltada ao comércio externo, mais aberta, "orientada para a exportação". Anteriormente muitos focavam em "substituição de importações", a produção de bens essenciais para o mercado interno. Em quinto lugar, as estruturas globais de poder mudaram, e instituições focadas no mercado, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), ganharam poder em relação àquelas centradas em pessoas e desenvolvimento humano sustentável, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organizações Não-Governamentais (ONGs).¹⁶⁵

Cada uma destas tendências, em especial o declínio do papel do Estado, a instauração dos programas de ajuste estrutural nos países do Sul global, o declínio do Estado de bem-estar social e ainda a produção

¹⁶⁵ PYLE, Jean L.; WARD, Kathryn B. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, London, v. 18, n. 3, p. 461-489, set. 2003, p. 463-465.

voltada à exportação nos países em desenvolvimento, somada à mudança das empresas multinacionais para grupos sucessivos de países, afetam profundamente a divisão de trabalho por gênero e são também responsáveis por outros dois fatores que ajudam a determiná-la, quais sejam, o aumento do chamado imposto reprodutivo e a flexibilização das condições de trabalho.

Sophie Bessis ressalta que durante os anos dolorosos em que se estabeleceram os programas de ajuste estrutural, os únicos recursos disponíveis pelos Estados eram usados para pagar a dívida, em detrimento dos serviços sociais e dos setores de saúde.¹⁶⁶ As mulheres, por serem maioria nos contingentes de pobreza e enquanto responsáveis pelo cuidado da família, foram então as mais prejudicadas.¹⁶⁷

De modo geral o que se observou com os PAE – e se observa ainda atualmente – foi uma valorização e superposição do econômico sobre o social, e a partir daí, a atribuição às mulheres da responsabilidade por suprir as necessidades sociais que o Estado não mais provê. Esta sobrecarga imposta ao mundo feminino inexoravelmente influencia em seu papel e participação no mercado de trabalho formal.

Ocorre que a reestruturação econômica promovida pelas políticas neoliberais e os ajustes estruturais daí decorrentes alteraram as posições que as mulheres ocupam no mercado de trabalho, que passa a ser, para elas, menor, segregado e desigual. Isto porque as mulheres não chegam ao mercado de trabalho com os mesmos recursos e mesma mobilidade que os homens e, portanto, não podem competir em igualdade de condições. Seu acesso ao mercado é influenciado pelo denominado “imposto reprodutivo”.¹⁶⁸

Imposto reprodutivo pode ser definido como uma contribuição não-financeira das mulheres ao bem-estar da família¹⁶⁹ por meio de atos

¹⁶⁶ BESSIS, Sophie. *International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits*. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, p. 640.

¹⁶⁷ FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización. Rosa Cobo. Realização Angélica Ley e Victor Manuel Méndez. Produção de Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. 1 DVD (x min.): DVD, son., color. Ciclo de conferências “feminismo, desarrollo y democracia”.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ Vida familiar repousa solidamente sobre os ombros das mulheres em todas as áreas do mundo. Como cônjuges, mães e cuidadoras, elas assumem a responsabilidade de garantir o bom funcionamento das famílias e a prestação de

zelosos, que permitem a economia de gastos com saúde, cuidados com crianças e pessoas de terceira idade, entre outros. Acontece que este imposto reprodutivo acarreta desvantagens às mulheres quanto a sua inserção no mercado de trabalho e autonomia econômica, especialmente no caso de mulheres que possuem cônjuge e filhos pequenos para cuidar, que precisam adiar sua capacitação e acesso ao mundo do trabalho, renunciando à proteção social por ele proporcionada.¹⁷⁰

São principalmente as mulheres que suportam o fardo maior que resulta da diminuição do papel estatal, da liberalização da economia, e das demais tendências da globalização hegemônica ao terem que substituir os serviços sociais quando os benefícios do Estado de bem-estar são cortados. Portanto, os cortes nos gastos sociais têm como efeito o aumento do trabalho gratuito que realizam as mulheres no âmbito familiar.¹⁷¹

Desta feita, pode-se concluir que, em decorrência das políticas neoliberais que reduziram os gastos sociais dos Estados, houve um aumento do imposto reprodutivo, fazendo com que a mão-de-obra feminina tenha se tornado menos qualificada e ainda mais desvalorizada.

A globalização econômica neoliberal resultou também, conforme mencionado anteriormente, na abertura de mercados nos países em desenvolvimento, o que encorajou as corporações transnacionais a construir lá suas fabricas, especialmente na América Latina e Sudeste da Ásia, fazendo com que o crescimento da indústria de exportação nestas regiões, especialmente nos setores têxtil e eletrônico, promovesse o

cuidados e manutenção diários. Preparar as refeições da família, manter os cuidados com a higiene, cuidar de outros membros da família e uma infinidade de outras tarefas relacionadas com as crianças consomem uma boa parte do dia para as mulheres no mundo. Embora os homens estejam cada vez mais envolvidos no funcionamento diário das famílias, ele ainda é predominantemente responsabilidade das mulheres. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010 - Trends and Statistics**. New York, 2010, p. 16.

¹⁷⁰ CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 10, 2007, Quito. **A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe**. Quito: Cepal, 2007

¹⁷¹ FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización. Rosa Cobo. Realização Angélica Ley e Victor Manuel Méndez. Produção de Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. 1 DVD (x min.): DVD, son., color. Ciclo de conferencias “feminismo, desarrollo y democracia”..

desenvolvimento de suas economias.¹⁷² Assim surgiram as Zonas Francas, áreas de produção livres das tarifas alfandegárias normalmente aplicadas, muitas delas instituídas em países empobrecidos, que se tornaram os novos palanques para inserção das economias em desenvolvimento no processo neoliberal. Portanto, uma das ferramentas da economia neoliberal globalizada é deslocar suas empresas e indústrias e levá-las a outros países que apresentem mão-de-obra barata e flexível.¹⁷³

A primeira zona franca foi aberta no México nos anos 60 do século XX – eram as maquiladoras¹⁷⁴. Mais tarde, as corporações começaram a se mover destas maquiladoras de fronteira para o México central e outros países, especialmente na América Central e Caribe, e então para os *sweatshops*¹⁷⁵ nas cidades globais (mesmo no Primeiro Mundo) e até mesmo para o setor informal de subcontratação, deixando inclusive mulheres desempregadas em algumas das antigas zonas francas. As corporações transnacionais passaram então a transferir seu capital para lugares onde os salários possam ser bem reduzidos. Assim, por exemplo, várias fábricas da indústria têxtil norte-americana foram transferidas para o México nos anos 90 do século XX, deixando vários trabalhadores desempregados.¹⁷⁶

Este intenso processo de reestruturação produtiva desencadeado com o neoliberalismo e a decorrente redução do papel do Estado e o aumento dos fluxos comerciais e financeiros transnacionais, além de

¹⁷² KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. *Sociologický časopis/Czech Sociological Review*, Praga, v. 42, n. 6, 2006, p. 1246.

¹⁷³ FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización, op. cit.

¹⁷⁴ As maquiladoras são indústrias destinadas à exportação que operam sob o regime fiscal de exceção, utilizando tarifas reduzidas de importação e exportação, decorrentes de leis flexíveis referentes a incentivos fiscais e contratação de mão-de-obra. Surgiram nos anos 60 no México como resultado de um programa firmado com os Estados Unidos que pretendia, por meio da instalação de maquiladoras nas fronteiras entre os países pretendia controlar a entrada de mexicanos nos EUA. REZERA, Danielle; LOZANO, Lina Giraldo. Transformações do trabalho, marginalização social e perspectivas na América Latina. *Revista UniABC*, v. 1, n.1, 2010, p. 162.

¹⁷⁵ loja ou fábrica que explora os empregados com horas excessivas de trabalho por baixos salários e em más condições ambientais. MICHAELIS online. **Moderno dicionário de inglês.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

¹⁷⁶ KOLÁŘOVÁ, Marta, op. cit., p. 1248.

fazer surgir esta forma de produção globalizada voltada para a exportação, resultou ainda na flexibilização do trabalho¹⁷⁷.

A flexibilização gera empregos a tempo parcial, temporários e em horários flexíveis, políticas que, embora se digam neutras com relação ao gênero, segundo pesquisas afetam diretamente as mulheres, principais alvos nos novos arranjos laborais, uma vez que a demanda por trabalho barato e flexível foi então encontrada na mão-de-obra feminina, desvalorizada pelo aumento do imposto reprodutivo. Portanto, “a maior parte dos postos de trabalho reestruturados nas empresas é ocupada por mulheres e se caracteriza por oferecer menor salário, poucas perspectivas de carreira, baixos investimentos em treinamento profissional e alta rotatividade”.¹⁷⁸

Observa-se, em suma, que as medidas advindas da globalização hegemônica apresentadas se influenciam mutuamente, e enquanto o crescimento da indústria de exportação no Sul global fez surgir a flexibilização do trabalho, o aumento do imposto reprodutivo transformou as mulheres na mão-de-obra ideal para preencher as novas oportunidades de empregos com condições flexíveis.

Muitas mulheres são empregadas nas fábricas e zonas francas em virtude de poderem receber menos que os homens, uma vez que mulheres em países pobres, pela falta de qualificação e necessidade de dedicação à família, têm menos opções para ganhar dinheiro. De acordo com Marta Kolárová, existem quatro milhões de pessoas trabalhando nas fábricas de exportação em cinquenta países do mundo e a maioria delas são jovens mulheres, o que deixa claro que a economia global

¹⁷⁷ A flexibilização do trabalho consiste no estabelecimento, por parte das empresas e com a aquiescência e atuação por parte dos Estados, de novas condições de trabalho que impliquem na sua desregulação, o que significa um retrocesso no que tange aos direitos sociais trabalhistas obtidos por meio de lutas coletivas no decorrer do século XX. As empresas, enquanto polos mais dinâmicos das transformações econômicas, organizacionais e tecnológicas, se consolidam como o locus gerador de novas relações de trabalho que tragam vantagens competitivas. ARBIX, Glauco. Trabalho: dois modelos de flexibilização. **Lua Nova**, São Paulo, n. 37, p. 171-253, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n37/a09n37.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011, p. 172;174.

¹⁷⁸ SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 145.

depende, em grande parte, do trabalho das mulheres.¹⁷⁹

Empresas transnacionais têm buscado um grande número de mulheres, que são ainda consideradas mão-de-obra temporária, e enquanto discursivamente construídas como tal, não recebem investimentos por parte das empresas em sua educação, treinamento e promoção. Seus resultantes baixos salários e empregos sem perspectiva de crescimento, – justificados por meio da ideologia de gênero segundo a qual elas trabalham apenas para sua própria diversão e poderão deixar em breve o trabalho por motivos de família –, reforçam a noção de que elas são mulheres descartáveis e, no processo, justificam seus baixos salários no serviço global de acumulação de capital.¹⁸⁰

As indústrias de exportação e as zonas francas oferecem, portanto, novas possibilidades de trabalho para as mulheres, mas muito frequentemente sob condições de trabalho só vistas no século XIX, como contratos temporários, expulsão por não cumprimento das taxas de produtividade, cenário que Marx criticava no século XIX. O emprego é de baixa qualidade, com salários baixos, jornadas longas, turnos, supervisão estrita, proibição de falar e ir ao banheiro em horários de trabalho, alta rotação e demissão por gravidez. São exigidos pela indústria trabalhadores flexíveis, capazes de se adaptar a mudanças rápidas, que podem ser demitidos facilmente e que estão dispostos a trabalhar em horários irregulares – e este perfil têm as mulheres. Este segmento do mercado de trabalho está se convertendo em mão-de-obra heterogênea, flexível e temporária, trabalhadores sem postos fixos, mal pagos, com emprego em tempo parcial, subcontratados por pequenas empresas semi-informais.¹⁸¹

Desta feita, embora tenha havido o argumento de que a globalização beneficia as mulheres por aumentar as oportunidades de emprego¹⁸² e independência econômica, dando a elas sua própria fonte

¹⁷⁹ KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. *Sociologický časopis/Czech Sociological Review*, Praga, v. 42, n. 6, 2006, p. 1246-1247; 1254.

¹⁸⁰ NAGAR, Richa; LAWSON, Victoria; McDOWELL, Linda; HANSON, Susan. **Locating Globalization: Feminist (Re)readings of the Subjects and Spaces of Globalization.** *Economic Geography*, v. 78, n. 3, jul. 2002, p. 261.

¹⁸¹ FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización. Rosa Cobo. Realização Angélica Ley e Victor Manuel Méndez. Produção de Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. 1 DVD (x min.): DVD, son., color. Ciclo de conferências “feminismo, desarrollo y democracia”.

¹⁸² De 1990 a 2010 as taxas de participação feminina no mercado de trabalho

de renda, a maioria dos estudiosos observa como estas vantagens têm sido contrabalanceadas por uma série de desvantagens. Elas ganharam emprego, mas a feminização da força de trabalho está associada à deterioração das suas condições. Além do mais, as mulheres enfrentam problemas quando tentam combinar seus trabalhos com ter e cuidar de uma família, e fora dos trabalhos nas fábricas não lhes sobram muitas outras oportunidades de emprego. As outras opções são usualmente a prostituição e a migração para países ricos.¹⁸³

Corporações procurando trabalho cada vez mais barato estão crescentemente usando o método de subcontratação e, ao invés de ter suas próprias fábricas, elas fazem acordos com outras empresas locais que dirigem lojas menores ou contratam mulheres que trabalham em casa – de preferência mulheres com filhos, por possuírem limitada mobilidade, autodisciplina e necessidade de qualquer rendimento para sustentar seus filhos.¹⁸⁴

A globalização é um processo que está intensificando cada vez mais a segregação em duas classes de trabalhadores: trabalhadores auto-programáveis e trabalhadores genéricos. A diferença entre eles é a educação. Os trabalhadores auto-programáveis têm educação e qualificação profissional. Até alguns anos, o que se pedia aos trabalhadores era que tivessem uma qualificação profissional que lhes permitissem entrar em um trabalho que presumivelmente iria durar quase toda a sua vida. Este tipo de trabalhador desapareceu e agora durante a vida laboral se vai desempenhar vários trabalhos. Os trabalhadores auto-programáveis possuem educação e formação suficientes para desempenhar várias funções ao longo de sua vida laboral. A maior parte são homens. Depois existem os trabalhadores genéricos, que não têm educação ou formação, fazem trabalhos não qualificados, em qualquer momento, a qualquer hora e em qualquer tipo

aumentaram significativamente na América Latina e Caribe, apresentando acréscimo ainda na África, Oceania e nas regiões mais desenvolvidas do mundo, quais sejam, o Oeste Europeu e a América do Norte. Na Ásia e Leste Europeu, contudo, as taxas apresentaram decréscimos. Já no que tangem à participação masculina no mercado de trabalho observou-se queda no mundo todo. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010** - Trends and Statistics. New York, 2010, p. 75.

¹⁸³ KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. **Sociologický časopis/Czech Sociological Review**, Praga, v. 42, n. 6, 2006, p. 1247-1248.

¹⁸⁴ Ibid, p. 1248.

de trabalho. A maioria dos trabalhadores genéricos são mulheres.¹⁸⁵

Esta não é a única segregação do mercado laboral que está produzindo o neoliberalismo. Existem outras segregações de mercado dentro das próprias mulheres, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. As mulheres em países desenvolvidos têm educação e qualificação e por isso fazem trabalhos mais qualificados. Nos países em desenvolvimento a maior parte das mulheres não têm educação e qualificação¹⁸⁶ e, portanto, seu destino social é o das zonas francas. Portanto, para entender a globalização neoliberal é importante saber que existem duas segregações, uma entre homens e mulheres, e outra entre as próprias mulheres e dentro dos dois mundos, o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. Há ainda indícios que os países desenvolvidos estão voltando a reproduzir a segregação do mercado laboral entre mulheres com formação e mulheres sem formação.¹⁸⁷

Em suma, pode-se afirmar que a globalização hegemônica não deixa um saldo positivo para as mulheres no que tange à mão-de-obra para produção. Significa muito mais trabalho gratuito e mal pago. Além disso, a lógica excludente implícita no neoliberalismo empobreceu mais os pobres, que conforme mencionado anteriormente, em sua maioria são mulheres.¹⁸⁸

Assim, se por um lado a flexibilização do emprego instaurou novas oportunidades no mercado de trabalho para mulheres com filhos dependentes, por outro, a diferença de posições entre homens e mulheres no espaço doméstico determina a inferioridade das mulheres neste mesmo mercado, influenciando em suas chances, carreiras, posto de trabalho e salários no mercado. A precariedade destas inserções, ao invés de

¹⁸⁵ FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización. Rosa Cobo. Realização Angélica Ley e Victor Manuel Méndez. Produção de Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. 1 DVD (x min.): DVD, son., color. Ciclo de conferências “feminismo, desarrollo y democracia”.

¹⁸⁶ Enquanto na América do Norte, Europa Central e oeste europeu a educação primária universal foi atingida, inexistindo homens ou mulheres sem qualquer nível de escolaridade, nas demais regiões do mundo os níveis de mulheres sem qualquer escolaridade chegam a atingir 50% no sul da Ásia, mais de 40% na África e quase 20% na América Central. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. The World's Women 2010 - Trends and Statistics. New York, 2010, p. 50.

¹⁸⁷ FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización, op. cit.

¹⁸⁸ Ibid.

promover a igualdade com os homens, manteve disparidades.¹⁸⁹

2.1.2 Contraceografias da Globalização (Saskia Sassen)

No contexto da ocorrência do Consenso de Washington, segundo Marie France Labrecque e conforme aduzido anteriormente, os programas de ajuste estrutural impuseram sérias consequências aos países da África, América Latina e Ásia, com a restrição de gastos sociais e aumento do desemprego.¹⁹⁰

Os países em desenvolvimento apresentam condições associadas à globalização hegemônica, aos programas de ajuste estrutural e às dívidas externas que, segundo reiterados estudos, causam efeitos prejudiciais aos programas estatais para mulheres e crianças, especialmente no que se refere à educação e saúde, condições necessárias para um futuro melhor. Além disso, no momento inicial da instauração das medidas neoliberais hoje disseminadas, o fechamento de um número considerável de pequenas e médias empresas voltadas ao mercado nacional, e o crescimento do desemprego, tanto feminino quanto masculino, exerceram sobre as mulheres pressão para que encontrassem modos de assegurar a sobrevivência doméstica, e assim a produção alimentícia de subsistência, o trabalho informal, a emigração e a prostituição adquiriram uma importância muito maior como opção de sobrevivência para as mulheres. São lançadas, portanto, as condições para o crescimento de circuitos alternativos de sobrevivência com a produção de renda e obtenção de divisas.¹⁹¹

Muitas mulheres no Norte global estão em posições vantajosas, sendo livres do trabalho de casa e cuidado das crianças. No entanto, reitera-se que globalmente este tipo de trabalho ainda recai sobre as mulheres, especialmente as mulheres imigrantes pobres, que são

¹⁸⁹ SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, , p. 144-146.

¹⁹⁰ LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, set./dez. 2010, p. 903.

¹⁹¹ SASSEN, Saskia. **Contraceografias de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transnacionales. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003, p. 42; 51.

contratadas para preencher estas funções nos países desenvolvidos.¹⁹²

De acordo com os estudos de Saskia Sassen, observou-se na última década, como consequência das condições estruturais mais amplas decorrentes da globalização, uma presença crescente de mulheres em uma grande variedade de circuitos¹⁹³ transfronteiriços – que a autora intitula “conrageografias da globalização”¹⁹⁴ – os quais, embora bastante diversos, possuem uma característica em comum, qual seja, são rentáveis e geram benefícios às custas de quem está em condições desvantajosas.¹⁹⁵

Sendo assim, ainda no que se refere aos efeitos da globalização no mundo do trabalho feminino, além das mencionadas consequências trazidas às mulheres pela globalização hegemônica em decorrência da produção globalizada, imposto reprodutivo, flexibilização do trabalho e programas de ajuste estrutural, outros resultados nocivos em áreas distintas são também observados, como o expressivo aumento, nos últimos anos, do fluxo migratório de mulheres, que atendendo a

¹⁹² KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. *Sociologický časopis/Czech Sociological Review*, Praga, v. 42, n. 6, 2006, p. 1244-1245.

¹⁹³ Ao usar o conceito de circuitos, a autora quer sublinhar que existe um certo grau de institucionalização nestas dinâmicas; e fala de dinâmicas porque não se trata simplesmente de conjuntos de ações individuais. In: SASSEN, Saskia. **Conrageografías de la Globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003, p. 45.

¹⁹⁴ Sassen denomina estes circuitos “conrageografías da globalização” porque estão associados com alguns programas e condições que se encontram no coração da economia global, mas na realidade operam com frequência contra as leis e tratados, como no caso do comércio ilegal de droga. Nas palavras da autora: “Chamo a estes circuitos conrageografias da globalização porque estão: i) direta ou indiretamente associadas com alguns dos programs e condições centrais que se encontram no coração da economia global, mas: ii) são circuitos não representados de forma suficiente, escassamente considerados em suas conexões com a globalização, circuitos que, em realidade, com frequência, operam fora e contra as leis e tratados, sem que estejam exclusivamente envolvidos em operações criminais, como é o caso do comércio ilegal de droga. Mais ainda, o crescimento da economia global tem produzido uma infraestrutura institucional que facilita os deslocamentos através das fronteiras e representa, deste modo, um meio ambiente propício para estes circuitos alternativos”. In: SASSEN, Saskia, op. cit., p. 66.

¹⁹⁵ Ibid, p. 41.

demandas, viajam aos países desenvolvidos com o intuito de trabalhar como cuidadoras, enfermeiras, assistentes de serviços domésticos ou prostitutas, como alternativas de geração de renda no mercado de trabalho informal.¹⁹⁶

Estas contradeografias estão ainda profundamente relacionadas a alguns processos constitutivos da globalização, como a intensificação de redes transnacionais e translocais, a formação de um mercado global, o desenvolvimento de tecnologias de informação que permitem fugir às práticas tradicionais de controle, a criação de um sistema econômico global e os suportes institucionais daí decorrentes para o traslado transfronteiriço de dinheiro. Destaca-se aqui um ponto importante levantado por Saskia Sassen: as contradeografias são dinâmicas e mutáveis em suas características de localização, ou seja, fazem parte da economia submersa, mas também utilizam a infraestrutura institucional da economia regular.¹⁹⁷

Dentre os circuitos ora tratados, que compreendem migrações transfronteiriças convertidas em uma importante fonte de renda para os governos dos países de origem, a prostituição e a migração derivadas da busca por emprego crescem em importância como modos de ganhar a vida, ao passo em que o tráfico ilegal de trabalhadores, especialmente de mulheres e crianças para a indústria do sexo, se expande como forma de obtenção de renda.¹⁹⁸

As mulheres são indiscutivelmente o grupo de maior presença nos setores de prostituição e indústria do sexo e estão também se tornando um grupo majoritário na migração para trabalho. Assim, o emprego e o uso de mulheres estrangeiras geram o crescimento de uma ampla gama de setores econômicos legais, como a enfermagem, e ilegais, como a prostituição. As remessas de dinheiro enviadas pelas emigrantes e a exportação organizada de trabalhadoras são fontes de renda cada vez mais importantes para alguns governos, e, portanto, os circuitos aqui tratados podem ser pensados como indicadores da feminização da sobrevivência. Esta feminização da sobrevivência, destaca-se, não se

¹⁹⁶ LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007, p. 806.

¹⁹⁷ SASSEN, Saskia. **Contradeografias de la Globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003, p. 41-42.

¹⁹⁸ SASSEN, Saskia, op. cit., p. 41; 43.

refere apenas à economia doméstica que sustenta comunidades inteiras, mas enfatiza também o fato de que os governos, assim como uma série de empresas cuja forma de obtenção de lucro se situa às margens da economia lícita, dependem dos ingressos das mulheres nos circuitos transfronteiriços.¹⁹⁹

Os circuitos transnacionais ora versados deixam clara a existência de um novo tipo de economia que atravessa fronteiras, conecta diferentes lugares do planeta e forma assim uma rede informal e submersa que desregulamenta e precariza as relações trabalhistas, caracterizando outra consequência nociva da globalização hegemônica para as mulheres no mundo.²⁰⁰

a) Migrações

O desenvolvimento desigual promovido pela globalização hegemônica constitui a base e origem dos fluxos migratórios ora tratados ao forçar as mulheres cidadãs de países empobrecidos, vítimas dos ajustes estruturais que afastaram os compromissos sociais do Estado, a procurar meios de subsistir e sustentar suas famílias em outros países.²⁰¹

Os fatores-chave que levam à migração²⁰² são a desigualdade salarial e as diferenças de riqueza entre regiões – as mulheres migram em virtude da pobreza no seu país de origem. Este fator, somado ao déficit de cuidado causado pelo aumento dos índices de emprego na população feminina de classe média em países desenvolvidos, reside na base da migração de mulheres para trabalhos domésticos.²⁰³

¹⁹⁹ SASSEN, Saskia. **Contra geografías de la Globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003, p. 44-45.

²⁰⁰ LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007, p. 807.

²⁰¹ Ibid, p. 808.

²⁰² Atualmente, estima-se que 105 milhões de mulheres compõem 49% cento do total de migrantes internacionais em geral. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010 - Trends and Statistics**. New York, 2010, p. 13.

²⁰³ KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. **Sociologický časopis/Czech Sociological Review**, Praga, v. 42, n. 6, 2006, p. 1252-1253.

O avanço do neoliberalismo e o conseqüente declínio do Estado de bem-estar social da Europa, com a diminuição dos serviços públicos e coletivos, trouxeram questões do cotidiano de volta à esfera privada. Contudo, embora o declínio da sociedade masculinamente dominada observado nas últimas três décadas, – que será desenvolvido no item 2.1.3 seguinte – tenha acarretado a desconstrução de um determinado modelo de homem e requisitado uma distribuição equitativa do trabalho doméstico, com as mulheres ocupando crescentemente cargos no espaço público, ao invés de se observar um movimento de complementaridade com a participação dos homens no espaço privado para auxiliar nas tarefas domésticas e cuidado com os filhos e idosos, o que se observa de fato são as “novas servas”, e não os “homens novos”.²⁰⁴

Desta forma, o trabalho de assistência e a migração, dois fenômenos interconectados, são feminizados em escala global²⁰⁵. O trabalho doméstico ou de assistência exercido por mulheres de regiões em desenvolvimento em países desenvolvidos (geralmente no Oeste da Europa e Estados Unidos) tipicamente envolve longas horas de trabalho, baixo rendimento – geralmente abaixo do salário mínimo – e um alto nível de abuso e assédio sexual. Mulheres imigrantes, algumas ilegais, são preferidas em detrimento das mulheres locais nestes trabalhos porque elas podem receber menores salários e ser exploradas.²⁰⁶

Com estas migrações específicas de mulheres forma-se uma “cadeia global de cuidado”, na qual as mulheres mais pobres criam os filhos das mais ricas. Esta cadeia, na maioria das vezes, liga três grupos de cuidadoras, quais sejam, a migrante que cuida dos filhos das mulheres trabalhadoras do primeiro mundo, a mulher que no país de origem cuida dos filhos da migrante e, por fim, a que cuida dos filhos da

²⁰⁴ LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007, p. 818.

²⁰⁵ O número total de migrantes internacionais tem aumentado significativamente e a composição do total de migrantes mudou ao longo do tempo. Como as sociedades têm sido modernizadas e como educação e mobilidade, bem como as oportunidades de emprego, se tornaram mais acessíveis às mulheres, a migração internacional atingiu mais equilíbrio entre os sexos. Atualmente, reitera-se, 49% dos migrantes internacionais são mulheres. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010 - Trends and Statistics**. New York, 2010, p. 12-13.

²⁰⁶ KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. **Sociologický časopis/Czech Sociological Review**, Praga, v. 42, n. 6, p. 1241–1257, 2006, p. 1251.

cuidadora dos filhos da migrante, geralmente da própria família.²⁰⁷

O que as mulheres têm alcançado é uma delegação mundial de cuidado, em que se vinculam cada vez mais à "cadeia global de cuidado": mulheres relativamente bem sucedidas são "liberadas" para trabalhar na força de trabalho paga porque contratam mulheres pobres, frequentemente vindas do "Terceiro Mundo", para cuidar de seus filhos, e estas mulheres devem deixar o cuidado de seus próprios filhos para as mulheres ainda mais pobres do que elas.

Isto significa que a questão do equilíbrio "trabalho/cuidado" é influenciada pela classe, bem como pela raça, na economia mundial. Mas se as mulheres estão ligadas por cadeias de poder e exploração, elas estão ligadas e aprisionadas também por condições globais que não são de sua própria escolha: a conflituosidade entre as esferas do trabalho público, em que se situa o trabalho, e privado, no qual se encontra a família. Com a rápida disseminação do capitalismo global, cada vez mais mulheres no mundo, de imigrantes trabalhadoras domésticas a agricultoras migrantes, passando por empregadas da indústria de vestuário para exportação, garçonetes, caixas e secretárias, juntamente com as relativamente poucas mulheres que têm conseguido trabalho profissional bem pago, estão lutando de diferentes formas e em condições grosseiramente desiguais para equilibrar as demandas de trabalho remunerado e os cuidados com os filhos.²⁰⁸

Apesar das conquistas obtidas pelos movimentos feministas nas últimas décadas com relação à saída das mulheres do espaço privado para a esfera pública – questão a ser abordada no capítulo subsequente – enfatizando que o pessoal é político e mostrando que as relações de gênero são desiguais e injustas, em pleno século XXI observa-se, com os fluxos migratórios para trabalho doméstico, um movimento contrário ao previsto, da esfera pública para a esfera privada.²⁰⁹

Uma complexa rede de relações sócio-econômicas e culturais é responsável por estes processos [ou circuitos] migratórios, tanto nos países de origem – por meio do financiamento pelos governos locais que se beneficiam da entrada no país do dinheiro enviado por estas mulheres

²⁰⁷ LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007, p. 810.

²⁰⁸ WEIR, Allison. The Global Universal Caregiver: Imagining Women's Liberation in the New Millennium. **Constelations**, Oxford, v. 12, n. 3, 2005, p. 308.

²⁰⁹ LISBOA, Teresa Kleba, op. cit., p. 817.

migrantes a suas famílias em moeda estrangeira – quanto nos países de destino – mediante a flexibilização das condições de trabalho para suprir demandas de trabalhos domésticos e de cuidados surgidas com o declínio do Estado de bem-estar social.²¹⁰

Sassen destaca que o valor dos envios de dinheiro das mulheres migrantes para seus países de origem são muito significativos para as economias em desenvolvimento ou em dificuldades. Assim, a exportação de trabalhadoras e as remessas de dinheiro são instrumentos à disposição dos governos para diminuir o desemprego e a dívida externa.²¹¹

São duas as formas pelas quais os governos podem conseguir benefícios com estes circuitos: como subproduto do processo de migração ou de uma forma altamente formalizada. Entre os exemplos mais sólidos de programas formais de exportação laboral encontra-se aquele desenvolvido pelo governo Filipino com a “exportação” de mulheres aos Estados Unidos, Oriente Médio e Japão por meio da Administração de Emprego das Filipinas no exterior, estabelecida em 1982, que organizou e supervisionou a exportação de enfermeiras e criadas para áreas de alta demanda no mundo. Em contrapartida, os países importadores de mão-de-obra receberam bem estas políticas, aprovando legislações específicas.²¹²

Quanto à situação destas trabalhadoras no país de origem, muitas são autorizadas a exercer o trabalho de domésticas, sem, contudo, serem reconhecidas como cidadãs, enquanto outras sequer recebem visto ou autorização para entrada, permanecendo de forma clandestina com a ajuda dos patrões. Dentre os problemas que enfrentam as domésticas e cuidadoras que migram para a Europa estão ainda os baixos salários, a ausência de direitos e garantias civis, políticos e trabalhistas decorrente da informalidade, o excesso de trabalho e a dificuldade de adaptação a fatores como cultura, língua, clima, entre outros.²¹³

Nas grandes cidades de destino das cuidadoras migrantes passa a ocorrer então a convivência de diversas culturas e de indivíduos com

²¹⁰ LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007, p. 806.

²¹¹ SASSEN, Saskia. **Contrageografias de la Globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transnacionales. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003, p. 61.

²¹² Ibid, p, p. 62.

²¹³ LISBOA, Teresa Kleba, op. cit., p. 810.

origens étnicas, sociais, crenças religiosas e ideologias diferentes, o que gera, por um lado, aproximação identitária, e por outro, processos de exclusão e discriminação. Assim, entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento constroem-se estereótipos e a hierarquização das diferenças que transformam as trabalhadoras domésticas migrantes em “outras”, negando-se assim a aceitação da multiplicidade do sujeito feminino e impedindo-se o reconhecimento e aceitação da alteridade, condições básicas para construção da democracia, que requer o fim das intolerâncias. Dessa forma, segundo Teresa Kleba Lisboa, “a questão da identidade adquire um caráter político na medida em que a sociedade determina quem ela quer incluir e quem quer excluir”.²¹⁴

A relação de identidade entre patrões e empregadas domésticas é mediada pela lógica de servidão, segundo a qual, para os patrões servir é algo natural, configurando uma relação de exploração e iniquidade, perpetuando um sistema de estratificação social que articula necessariamente as categorias “gênero”, “classe” e “etnia”.²¹⁵

Ao traçar um breve paralelo do perfil das mulheres migrantes em questão, Teresa Kleba Lisboa afirma que se encontram na faixa etária de 19 a 40 anos, e muitas possuem formação universitária em seus países de origem, onde não encontraram emprego ou consideram os salários insuficientes para sobreviver. Muitas destas mulheres deixam seus filhos com parentes ou em instituições no país de origem para cuidar dos filhos de outras mulheres no país de destino. Comumente são agenciadas por instituições através de páginas na Internet e os principais motivos da migração apontados pelas próprias mulheres seriam, além da falta de oportunidades de emprego e da desvalorização do trabalho feminino no país de origem, a possibilidade de maior acesso à educação ou a oportunidade de maior qualificação profissional, a independência econômica em relação a suas famílias, a possibilidade de mobilidade social, o acesso a serviços básicos e atendimento à saúde, a oportunidade de uma nova experiência de vida, o estímulo de parentes e amigos que tenham vivido a mesma experiência de migração.²¹⁶

Existe um estigma social relacionado ao trabalho doméstico, que, em virtude de ser feminizado e realizado na esfera privada, acaba por ser mal remunerado. As mulheres migrantes nestes trabalhos sem

²¹⁴ LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007, p. 812.

²¹⁵ Ibid, p. 815.

²¹⁶ Ibid, p. 810.

qualificação frequentemente possuem diploma universitário, mas sua renda é maior do que seria se trabalhassem em suas profissões no país de origem. Este tipo de trabalho não é sindicalizado e as trabalhadoras não possuem garantias, como direito à licença por doença. É difícil organizar e exigir melhores condições porque as mulheres são isoladas em diferentes casas e, às vezes, impedidas por seu *status* ilegal.²¹⁷

Observa-se predominantemente no processo migratório das cuidadoras, um fluxo de determinados países a outros, dinâmica que se explica em parte pelos processos seculares de colonização. Assim, mulheres norte-africanas geralmente migram para trabalhar na França, Espanha ou Itália; as peruanas, brasileiras e latinoamericanas em geral vão para a Espanha, Itália, Portugal ou Estados Unidos; as filipinas e indonésias rumam para a Alemanha, Inglaterra e Canadá; as albanesas, as da Eritréia ou as da Etiópia viajam a trabalho para a Grécia e Itália; já as polonesas e russas vão crescentemente para a França, Itália, Alemanha e Espanha.²¹⁸

De modo geral, os fluxos de migração dirigem-se principalmente em direção aos Estados Unidos e Oeste da Europa, mas também para países recentemente industrializados na Ásia, como Taiwan, e os países ricos em petróleo do Oriente Médio. A maioria das mulheres migrantes vem do Caribe, México, América Central, Peru, Sri Lanka, Indonésia, Leste Europeu e Filipinas.²¹⁹

Deve ser dado ainda destaque especial à situação das mulheres filipinas, cujo governo aprovou regulações que permitiram às agências de noivas recrutarem jovens para o matrimônio com homens estrangeiros por meio de contrato via correio, como se estivesse tratando de uma questão contratual. O apoio do governo proporcionou o rápido aumento deste “negócio”, que tinha como principais clientes os Estados Unidos e Japão.²²⁰ Neste ponto, fica evidente a relação de servidão, sujeição e iniquidade a que são submetidas as mulheres em benefício da economia nacional.

Por todo o exposto se conclui que o crescimento da economia

²¹⁷ KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. *Sociologický časopis/Czech Sociological Review*, Praga, v. 42, n. 6, 2006, p. 1251.

²¹⁸ LISBOA, Teresa Kleba, op. cit., p. 812.

²¹⁹ KOLÁŘOVÁ, Marta, op. cit., p. 1252-1253.

²²⁰ SASSEN, Saskia. *Contrageografias de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transnacionales. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003, p. 62.

globalizada tem produzido condições impulsionadoras das cadeias globais de cuidado, quais sejam, uma infraestrutura institucional que facilita os deslocamentos através das fronteiras e o aumento, tanto do desemprego nos países em desenvolvimento quanto da demanda por serviços domésticos nos países desenvolvidos em virtude da crescente participação das mulheres destes países no mercado de trabalho formal. Assim, as mulheres são o veículo por meio do qual se operam estes circuitos, que representam formas de sobrevivência e o aumento das rendas governamentais.

As migrações de mulheres para o trabalho, ao mesmo tempo em que decorrem da globalização hegemônica, também a afetam, e assim, de acordo com Saskia Sassen, vincular estes circuitos aos programas e condições subjacentes à economia global também nos serve para compreender como a construção do gênero entra amplamente em sua formação e em sua própria viabilidade.²²¹

b) Tráfico de Mulheres

Conforme visto anteriormente, a globalização hegemônica, suas medidas e consequências criaram oportunidades para o crescimento de uma ampla variedade de circuitos transnacionais alternativos de geração de rendas, ou contrageografias da globalização, que incorporam um número crescente de mulheres. Alguns destes circuitos operam, parcial ou totalmente de forma ilegal. Dentre os circuitos globais destacam-se as exportações ou migrações organizadas de mulheres como cuidadoras, enfermeiras e assistentes de serviços domésticos, já tratadas anteriormente, e o tráfico de mulheres para prostituição – ora abordado.²²²

O tráfico²²³ compreende o transporte e captação de pessoas dentro ou fora do país, e pode ocorrer mediante o recurso à necessidade de

²²¹ SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transnacionalizados. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003, p. 66.

²²² *Ibid*, p. 65.

²²³ O tráfico de pessoas viola os direitos humanos, civis e políticos e está relacionado à indústria do sexo, ao trabalho coacionado e à imigração ilegal. Várias leis, tratados e resoluções da ONU, além da criação de vários organismos e comissões, têm sido elaborados para evitá-lo. Sem mencionar a atuação de ONGs, que desempenham um papel cada vez mais importante no trato da questão. In: SASSEN, Saskia, op. cit., p. 56.

trabalho, ou sob a promessa de cumprir alguns serviços, mas sempre compreende certa coerção por parte dos captores. E embora por vezes as finalidades para as quais as mulheres são traficadas, as formas pelas quais as mulheres são traficadas e os países dos quais e para os quais elas são traficadas se alterem em resposta a mudanças das condições econômicas, sociais e políticas, seus elementos constitutivos permanecem constantes.²²⁴

No núcleo de qualquer aceção de tráfico deve estar o reconhecimento de que ele nunca é consensual, e justamente sua natureza não-consensual o distingue de outras formas de migração. A falta de consentimento informado não deve ser confundida com a ilegalidade de certas formas de migração. Enquanto todo o tráfico é, ou deveria ser ilegal, nem toda a migração ilegal é tráfico. É importante não confundir os conceitos de tráfico e migração ilegal. No centro desta distinção está a questão do consentimento.²²⁵

Os elementos comuns encontrados em todos os padrões de tráfico são: (i) a falta de consentimento; (ii) o agenciamento de seres humanos, (iii) o transporte, e (iv) a exploração ou as condições servis e exploratórias do trabalho ou relacionamento. Assim, qualquer definição de tráfico deve apresentar esses elementos.²²⁶

Documentos e pesquisas mostram que, de modo geral, o tráfico ocorre para uma infinidade de fins exploratórios para os quais suas vítimas não consentiram, incluindo, mas não limitado a trabalho forçado, como o comércio sexual, casamento forçado e outras práticas análogas à escravidão. Contudo, por ser considerado particularmente pernicioso – as Nações Unidas estimam que 80% das vítimas sejam traficadas para fins sexuais –, figurará como centro desta análise o tráfico para exploração ou comércio sexual.²²⁷

A indústria do sexo global é um empreendimento com fins lucrativos baseado na comercialização de mulheres e meninas, cuja exploração sexual nas redes internacionais de prostituição e tráfico se tornou um dos principais aspectos do crime organizado transnacional. Mulheres e crianças podem ser vendidas várias vezes e de várias maneiras para o lucro, e os criminosos recebem menos punição e

²²⁴ UNITED NATIONS, Economic and Social Council, Commission on Human Rights. **Violence Against Women**. Report E/CN.4/2000/68. Special Rapporteur Radhika Coomaraswamy. 29 fev. 2000, p. 8.

²²⁵ Ibid, loc. cit.

²²⁶ Ibid, p. 9-10.

²²⁷ Ibid, p. 8.

menores sentenças. A Organização das Nações Unidas estima que aproximadamente quatro milhões de indivíduos, principalmente garotas e mulheres são transportadas anualmente, no interior dos países e entre eles, para o propósito do tráfico.²²⁸

Uma das atividades ilícitas que cresce mais rapidamente ao longo das últimas duas décadas tem sido o tráfico de mulheres e meninas, principalmente para a indústria do sexo na Europa Ocidental (Holanda, Itália, Bélgica, Alemanha e Reino Unido) e os Estados Unidos. De acordo com várias estimativas, mais de 80% das mulheres e meninas traficadas do Centro e Leste europeu e dos países da antiga União Soviética para a Europa Ocidental são destinadas para o mercado de serviços sexuais. O total de receitas anuais dos traficantes são estimados entre cinco e nove bilhões de dólares. A indústria do sexo nos Estados membros da União Européia tornou-se um dos negócios mais lucrativos. Na Holanda, onde a prostituição é legal, a indústria do sexo gera quase um bilhão de dólares por ano, o que mostra o quão lucrativa ela é para traficantes e proprietários de estabelecimentos de entretenimento adulto.²²⁹

Dentre os acontecimentos responsáveis pelo aumento do tráfico sexual global destacam-se, duas decorrências da globalização hegemônica: os problemas econômico-sociais e os desenvolvimentos tecnológicos e institucionais.

A globalização hegemônica, conforme demonstrado nas linhas acima, apresentou impactos importantes nas economias em desenvolvimento, como o aumento das dívidas dos governos e do desemprego, os grandes cortes nos gastos sociais dos Estados, o fechamento de um grande número de empresas em setores mais tradicionais orientados ao mercado local e nacional e a promoção do crescimento mediante a exportação.²³⁰ As políticas econômicas como os programas de ajuste estrutural, que apresentam um impacto particularmente severo sobre as mulheres, acabaram empurrando muitas delas para o setor informal de atividades (incluindo o trabalho sexual)

²²⁸ O'CONNOR, Monica; HEALY, Grainne. **The Links between Prostitution and Sex Trafficking: A Briefing Handbook**. Joint Project: Coalition Against Trafficking in Women (CATW) and European Women's Lobby (EWL), 2006, p. 24.

²²⁹ Ibid, p. 25.

²³⁰ SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transnacionales. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003, p. 64-65.

para sobreviver – muitas das mais vulneráveis são vítimas de tráfico, especialmente dos Estados recentemente independentes e em muitos países em desenvolvimento.²³¹ Portanto, a exploração sexual vitimiza mulheres e crianças tornadas vulneráveis pela pobreza e pelas políticas e práticas de desenvolvimento econômico. A crise econômica no Leste da Ásia²³², por exemplo, resultou em muitas mulheres sendo traficadas para escapar da pobreza súbita. Em virtude deste fator, o movimento das rotas de tráfico tem sido tradicionalmente do Sul para o Norte, e assim como rotas de migração, as rotas de tráfico e os países de origem, trânsito e destino podem mudar rapidamente devido a mudanças políticas e econômicas.²³³ Porém, o tráfico enquanto circuito global não teria sido possível se não fossem também os desenvolvimentos tecnológicos, informacionais e institucionais que facilitaram a ultrapassagem de informações, capital e pessoas por entre fronteiras nacionais, proporcionando condições materiais para a existência de fluxos transfronteiriços.

Além destes, outro fator, mais específico, levou ao aumento de tráfico sexual global: há uma grande demanda masculina para serviços sexuais que permeia muitas sociedades civis, que muitas vezes é agravada por mitos raciais e estereótipos que consideram as mulheres de outros países mais exóticas e desejáveis.²³⁴

Uma vez na indústria do sexo, muitas mulheres continuam neste tipo de trabalho devido ao estigma social – que é tão grande em algumas culturas que, mesmo quando uma mulher abandona o trabalho sexual, ele acaba a perseguindo por toda a vida –, às dívidas, migração, ou ainda

²³¹ PYLE, Jean L.; WARD, Kathryn B. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, London, v. 18, n. 3, p. 461-489, set. 2003, p. 472.

²³² Crise iniciada em julho de 1997 na Tailândia, decorrente da retirada súbita de grande quantidade de capital especulativo do país, e posteriormente alastrada a outros países do Leste Asiático, gerando consequências prejudiciais no mundo todo, como o aumento de desemprego. STIGLITZ, Joseph. O que eu aprendi com a crise mundial. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 3, jul./set. 2000, p. 169-170.

²³³ UNITED NATIONS, Economic and Social Council, Commission on Human Rights. **Violence Against Women**. Report E/CN.4/2000/68. Special Rapporteur Radhika Coomaraswamy. 29 February 2000, p. 21;23.

²³⁴ O'CONNOR, Monica; HEALY, Grainne. **The Links between Prostitution and Sex Trafficking: A Briefing Handbook**. Joint Project: Coalition Against Trafficking in Women (CATW) and European Women's Lobby (EWL), 2006, p. 27.

porque os agentes do crime organizado acabam por restringir sua passagem para outros setores. Parte dos salários é usada para pagar dívidas a agentes que as traficaram, e são usados para subornar funcionários da polícia, do governo e crime organizado.²³⁵

Há que se ressaltar, ainda, que as políticas de imigração fazem com que as mulheres vítimas do tráfico não estejam respaldadas pela lei, sendo tratadas como transgressoras das leis de imigração e não como vítimas de um abuso. Além disso, o maior controle sobre a imigração e o tráfico ilegal nas fronteiras dos países faz com que as mulheres utilizem os traficantes, dentre eles organizações criminais para indústria do sexo, para ultrapassar as fronteiras.²³⁶

As mulheres vítimas do tráfico sexual sofrem com condições semelhantes à escravidão, o que inclui cativo, violência sexual, maus tratos físicos e má remuneração. São ainda proibidas de usar métodos contraceptivos para evitar contaminações pela AIDS e normalmente sequer possuem direito a assistência médica. Se recorrerem à polícia podem ser detidas por serem imigrantes ilegais e por uso de documentação falsa.²³⁷

Em algumas economias, as mulheres que trabalham na indústria do sexo se tornam um fator crucial para impulsionar a expansão da indústria do entretenimento e o turismo, o que consiste em uma estratégia de desenvolvimento e em importante fonte de renda para os governos, nos quais carecem outras fontes de renda para assegurar meios de vida para os trabalhadores, empresários e governos.²³⁸

2.2 CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS DA GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO

Os processos globais são enraizados em uma realidade e ideologia baseadas no gênero e, portanto, nas percepções socialmente construídas acerca dos papéis apropriados para homens e mulheres, reforçadas por instituições econômicas, políticas, sociais, culturais e

²³⁵ PYLE, Jean L.; WARD, Kathryn B. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, London, v. 18, n. 3, p. 461-489, set. 2003, p. 472.

²³⁶ SASSEN, Saskia. **Contra geografías de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003, p. 58.

²³⁷ Ibid, p. 59.

²³⁸ Ibid, p. 60.

religiosas. Por outro lado, o fenômeno global também acarreta mudanças sociais e altera os sistemas, papéis e relações de gênero, pelo que se conclui que, tanto o gênero influencia a globalização quanto a globalização afeta as formações de gênero.

Para Tavares e Bento, as consequências da globalização neoliberal sobre a vida das mulheres reforçam aspectos significativos da dominação masculina, como a separação entre público e privado, a “naturalização” da mulher como base dos cuidados com a família, diante da redução dos serviços públicos e o crescente desemprego, a mercantilização ascendente de todos os aspectos da vida, com especial ênfase para o tráfico de mulheres que apoia fortes redes financeiras internacionais, os fundamentalismos que “impedem as mulheres de disporem de seus corpos e de optarem por uma maternidade consciente ou que apedreja mulheres até a morte por romperem códigos de condutas medievais”.²³⁹

Mas os processos de globalização podem tanto reforçar as construções de gênero existentes, como ocorre, por exemplo, com a ascensão de grupos fundamentalistas de todas as religiões e visões políticas, como miná-las.²⁴⁰

Neste ponto, cumpre ressaltar que, embora sejam observados a continuação de antigas e o surgimento de novas consequências nocivas às mulheres no mundo como decorrência da globalização hegemônica, tais como a exploração da mão-de-obra feminina, o tráfico de mulheres e a globalização da assistência, devidamente explicitados em linhas anteriores, o fenômeno global e suas consequências possibilitaram também alguma mudança nas relações de gênero capaz de refletir positivamente. Neste sentido, há que se ressaltar que, apesar de reforçar a dominação masculina em alguns pontos, o fenômeno global contemporâneo também o contesta em muitos aspectos.

Segundo Castells, as sociedades contemporâneas se assentam sobre a estrutura patriarcal²⁴¹, que se caracteriza pela dominação

²³⁹ TAVARES, Manuela; BENTO, Almerinda. **Feminismos e Movimentos Sociais em tempos de globalização: o caso da MMM**. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/feminmovsocfinal.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011, p. 15.

²⁴⁰ PYLE, Jean L.; WARD, Kathryn B. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, London, v. 18, n. 3, set. 2003, p. 466.

²⁴¹ Os autores divergem quanto à definição e utilização dos termos ‘patriarcado’ ou ‘patriarcalismo’ em sociedades contemporâneas. Neste sentido, Lia Zanotta Machado entende mais correta se falar contemporaneamente em uma

masculina, ou seja, pela autoridade do homem sobre a mulher e filhos, no âmbito familiar, imposta institucionalmente, e para cujo exercício se faz necessário que o patriarcalismo se faça presente em toda a organização da sociedade, incluindo produção, consumo, política, legislação e cultura. Por isso, os relacionamentos interpessoais e, como consequência, a própria personalidade, são afetados pela dominação e violência originados na cultura e instituições patriarcais. Neste ponto, destaca-se a importância da família para a perpetuação do patriarcalismo – não fosse a família patriarcal, ele estaria exposto como dominação pura e terminaria por ser destruído pelas mulheres historicamente

hegemonia da dominação masculina, contestada por valores positivados como igualdade e liberdade. Para a autora, a fixidez e rigidez do conceito de patriarcado, que significa uma organização social em que se observa a naturalização da autoridade do poder paternal e masculino, não reflete a realidade atual, em que mudanças neste antigo padrão hierárquico já ocorreram. Apenas para exemplificar, ressalte-se que, assim como Lia Zanotta Machado, outras autoras como Mary Castro, Lena Lavinas e Elisabeth Lobo entendem inadequado o uso contemporâneo dos termos patriarcado ou patriarcalismo. In: MACHADO, Lia Zanotta. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* **Série Antropológica**, n. 284, Brasília, p.2-19, 2000.

Contudo, diversos outros teóricos, muitos utilizados na presente obra, permanecem utilizando tais termos atualmente. São eles, Manuel Castells, Joaquín Herrera Flores, Rosa Cobo Bedia, Nancy Fraser, Rosi Braidotti, Marta Kolárová, Manoela Tavares, Almerinda Bento e Maria José Magalhães, além de Carole Pateman. Pateman aborda detidamente esta questão e critica as análises clássicas da sociedade contratualista ao afirmar que o patriarcalismo não se extinguiu com o Contrato Social no século XVII. Ao contrário, para ela a dominação masculina naturalizada foi mantida na esfera privada, daí extrapolando e determinando também a esfera pública e a política, instaurando-se assim um patriarcado moderno instituído pelo Contrato. Para a autora, abrir mão do conceito de patriarcalismo significa abrir mão do único conceito que se refere à sujeição da mulher e que destaca a forma de direito político que todos os homens exercem pela virtude de serem homens. In: PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Para fins deste estudo, procurou-se manter a fidelidade do pensamento dos teóricos, adotando-se as expressões utilizadas no original. Sendo assim, os termos ‘patriarcado’ ou ‘patriarcalismo’ e ‘dominação masculina’ aparecem no decorrer da obra de acordo com o entendimento e posicionamento de cada autor, ressaltando-se que, no caso de sociedades contemporâneas, ambas as expressões se referem à supremacia socialmente construída do poder do homem sobre a mulher.

mantidas em submissão.²⁴²

Após apontar a origem, passa-se a analisar os sintomas da crise da família patriarcal, tratando da incorporação maciça das mulheres no mercado de trabalho remunerado por meio da mão-de-obra feminina na produção e das contrageografias da globalização abordadas acima.

Conforme explicitado anteriormente, a exploração de mão-de-obra manufatureira feminina e as contrageografias da globalização demonstram, de formas diferentes, as dificuldades experimentadas pelas mulheres em escala global. Sujeitas a condições precárias de trabalho, baixos salários, precariedade nas garantias trabalhistas e civis, choques culturais, exploração sexual, dentre outras consequências, elas arcam com diversos ônus provenientes do fenômeno global hegemônico. Por outro lado, sua inserção no mercado de trabalho, somada à informalização crescente da economia, tem resultado em mudanças nas relações de gênero, com o aumento da importância econômica – e consequentemente social – da mulher no âmbito familiar.

Se no regime patriarcal, de acordo com Castells, a dominação dos homens sobre as mulheres é uma questão de estilo de vida, uma vez que cabia à mulher cuidar do lar, esta estrutura começa a se abalar quando a mulher, com seu salário, passa a compor o orçamento doméstico, ganhando poder de barganha em casa e passando assim a participar mais ativamente das decisões do lar. A ideia de que o homem deveria ter privilégios em casa por ser o provedor foi assim gravemente abalada e as mulheres com suas jornadas quádruplas – situação agravada com o fim do Estado de bem-estar – passaram a se sentir lesadas com a falta de auxílio dos maridos. Estes fatores, somados à ampliação das redes sociais e de solidariedade femininas com o trabalho fora de casa, lançaram as bases para o surgimento dos movimentos feministas, a seguir abordados.²⁴³

Portanto, o acesso das mulheres a um trabalho assalariado regular e a outros espaços públicos tem um impacto nas relações de gênero, visto que as mulheres ganham maior autonomia pessoal e maior controle sobre a administração do lar e outras decisões domésticas, enquanto os homens perdem terreno. Por outro lado, além do relativo fortalecimento da mulher no lar, associado com o emprego assalariado, se produz um importante segundo resultado: uma maior participação na esfera pública

²⁴² CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 169.

²⁴³ Ibid, p. 209-210.

e uma possível emergência como atrizes públicas.²⁴⁴

A reconfiguração dos espaços econômicos, associada à globalização, tem apresentado impactos diferenciados nas mulheres e homens, nas culturas do trabalho de padrão masculino e de padrão feminino, também na forma de poder e de obter poder. A reestruturação implícita do mercado de trabalho levou a uma mudança de suas funções nos lares e na comunidade, mudança esta que contém possibilidades, ainda que limitadas, de autonomia e fortalecimento para as mulheres. Por exemplo, deveríamos perguntar se o aumento da informalização nas economias urbanas avançadas reconfigura algum tipo de relação econômica entre homens e mulheres. Com a informalização os bairros e as casas aparecem como lugares onde se realiza a atividade econômica – um fato que tem suas próprias possibilidades dinâmicas para as mulheres. A degradação econômica, mediante a informalização, cria “oportunidades” para mulheres de baixa renda e, por isso mesmo, reconfigura algumas das hierarquias em que se encontram as mulheres, tanto em casa quanto no trabalho.²⁴⁵

Há que se ressaltar, no entanto, que o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho não leva automaticamente ao empoderamento social ou igualdade de gênero e nem sempre garante a elas um *status* mais elevado em casa. Mulheres são sobrecarregadas por terem que ocupar dois papéis, como provedora e como a pessoa responsável pelos afazeres domésticos, enquanto os homens se sentem degradados por perceberem sua posição dominante na casa ameaçada. Estas alterações nas identidades de gênero são uma fonte de ansiedade para homens e mulheres. Mesmo quando as mulheres trabalham e são bem sucedidas, isto pode causar uma crise na família e, às vezes, a independência das mulheres produz reações violentas nos homens.²⁴⁶

De modo geral, o processo de globalização contemporâneo está aos poucos alterando os sistemas de gênero, reduzindo as dicotomias entre o mundo masculino e feminino ao trazer mais mulheres para as antigas esferas anteriores de dominação masculina, em especial a

²⁴⁴ SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la Globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003, p. 76.

²⁴⁵ Ibid, p. 75-76.

²⁴⁶ KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. **Sociologický časopis/Czech Sociological Review**, Praga, v. 42, n. 6, 2006, p. 1247.

produção e a migração. Como consequência, ser mulher passa a não ser mais definido apenas pela maternidade ou trabalho doméstico. A participação de mulheres em espaços tradicionalmente dominados por homens, por um lado muda os papéis masculinos e, por outro, ameaça os homens ao tomar os empregos “deles”. A reação é a tentativa de reestabelecer sistemas tradicionais centrados no poder masculino, o que pode resultar no aumento da violência contra mulheres.²⁴⁷

Portanto, se por um lado as mulheres, seja nas fábricas ou nas contrageografias da globalização, se configuram como uma classe de trabalhadoras invisíveis, sem poder, a serviço dos setores estratégicos que conformam o centro da economia global, por outro lado, o acesso ao salário ou a outras formas de renda – ainda que seja reduzido – e a crescente feminização da oferta de trabalho e das oportunidades de negócio que acarreta a informalização alteram as hierarquias de gênero.²⁴⁸

Observa-se, portanto, que a globalização gerou dificuldades específicas para as mulheres no mundo, mas por outro lado criou condições para o enfraquecimento das estruturas de dominação masculinas e trouxe mudanças para as relações de gênero, que podem se reverter em benefícios para elas.

Explicitados até o momento o modelo de globalização predominante no cenário internacional e seus principais problemas, seja nas diversas esferas da sociedade ou particularmente para as mulheres no mundo, bem como as possibilidades de transformação das relações de gênero surgidas como decorrência da mesma globalização, passar-se-á a abordar no capítulo subsequente, primeiro, o movimento de resistência às decorrências nocivas da globalização hegemônica como um todo, qual seja, a globalização contra-hegemônica e, posteriormente, os movimentos dedicados à luta pelos direitos das mulheres no mundo: os movimentos feministas. Concluindo, será realizada a análise final com vistas a responder à pergunta que norteia o presente estudo, investigando a existência de contribuição dos movimentos feministas para a efetivação da globalização contra-hegemônica.

²⁴⁷ KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. *Sociologický časopis/Czech Sociological Review*, Praga, v. 42, n. 6, 2006, p. 1242-1243.

²⁴⁸ SASSEN, Saskia. *Contrageografias de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transnacionales. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003, p. 77.

CAPÍTULO 3 - OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A EFETIVAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Conforme visto no decorrer do presente trabalho, a mesma globalização que gerou amplos problemas sociais, políticos e culturais para a sociedade global – como devidamente discorrido no capítulo 1 –, e problemas específicos para as mulheres no mundo, criou também o enfraquecimento da dominação masculina responsável por enclausurar social, econômica e culturalmente as mulheres – abordados no capítulo 2 – e possibilitou a insurgência tanto de um movimento mundial amplo voltado a combater suas consequências nocivas, como também de um movimento feminista transnacional, como se verá a seguir no presente capítulo.

Em um primeiro momento, importa estudar o movimento de globalização contra-hegemônica; posteriormente, situar-se-á historicamente os movimentos feministas, em especial os de segunda onda, sua contribuição para as mulheres no mundo e sua importância no desenvolvimento do conceito de gênero, essencial também para se compreender o feminismo e os movimentos feministas de forma ampla.

A presente etapa da análise pretende, em linhas gerais, investigar se os movimentos feministas – atualmente na terceira fase da segunda onda, segundo Fraser – contribuem para a efetivação deste movimento amplo denominado globalização contra-hegemônica.

3.1 A GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

A globalização hegemônica tem promovido um conjunto de políticas voltadas à privatização, livre comércio, austeridade fiscal e competitividade, em detrimento a outras alternativas possíveis, como o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social.²⁴⁹

Ao passo em que a produção aumenta, crescem com ela as desigualdades, a miséria e a exclusão social; a produtividade desenfreada das empresas destrói os recursos naturais.²⁵⁰

Na realidade global contemporânea, o centro do sistema tenta

²⁴⁹ FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge, Polity, 1999, p. 113.

²⁵⁰ PASSET, René. Por uma estratégia do humano. In: CATTANI, Antonio David (org). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001, p. 205-206.

impor uma globalização de cima para baixo aos demais países, ao mesmo tempo em que as empresas transnacionais brigam entre si pelo poder global e arrastam os países nesta competição.²⁵¹

Contudo, como adverte René Passet, a economia, enquanto atividade de transformação da natureza para atender às necessidades humanas, perde o sentido fora desta finalidade, correndo-se o risco de os fins se tornarem os meios e as pessoas estarem a serviço do dinheiro, e não o contrário.²⁵²

A despeito das grandes forças econômicas representadas pelas empresas transnacionais e países desenvolvidos que comandam a globalização hegemônica e lucram com ela, deve prevalecer o direito dos povos a se organizarem livremente para evitar a dominação dos poderosos sobre os mais fracos, a se protegerem por meio de barreiras de preferência comunitária, a controlar os fluxos de capital que possam causar crises no mundo todo.²⁵³

Deve ser defendido o direito das nações a protegerem suas atividades, valores sociais e culturas, valorizarem seus territórios e desenvolverem a auto-suficiência alimentar, pensando-se sempre em uma economia plural, em oposição ao domínio exclusivista de uma racionalidade unicamente individual. A ação política, portanto, deve recolocar a economia em seu lugar, a serviço da comunidade humana, garantindo os valores socioculturais sobre os mercantis.²⁵⁴

Os acordos comerciais devem respeitar os acordos internacionais²⁵⁵ referentes aos direitos individuais e sociais, como os do meio ambiente, proteção ao consumidor e normas trabalhistas, e as potências econômicas devem estar sujeitas ao poder político dos governos nacionais em ação coordenada. Por outro lado, o que os governos não podem ou pretendem fazer, a mobilização dos povos começa a realizar utilizando-se das mesmas tecnologias que possibilitaram a globalização do capital para agir de forma coordenada em movimentos de cidadania.²⁵⁶

²⁵¹ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 150.

²⁵² PASSET, René. Por uma estratégia do humano. In: CATTANI, Antonio David (org). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001, p. 205.

²⁵³ Ibid, p. 205-206.

²⁵⁴ Ibid, p. 207-208.

²⁵⁵ Sobre o cenário e instituições internacionais, ver item 3.3.2 abaixo.

²⁵⁶ PASSET, René. Por uma estratégia do humano. In: CATTANI, Antonio

Milton Santos afirma que a globalização em seus aspectos dominantes resulta em problemas para a maior parte da humanidade, mas o sistema ideológico que a sustenta parece não resistir à evidência dos fatos, que indicam a emergência de processos paralelos que conduzem a uma fase de transição.²⁵⁷

De fato, embora gere insolidariedade ao estabelecer uma concorrência entre trabalhadores e nações, a globalização hegemônica, ao mesmo tempo, encolhe o planeta com seus desenvolvimentos, auxiliando a consciência de uma aproximação de lutas²⁵⁸ e nos países desenvolvidos onde a ideia de cidadania se apresenta forte, o que permanece como lembrança do Estado de bem-estar é suficiente para contrariar as pretensões das empresas e contribui para a emergência de novas contradições.²⁵⁹

Conforme tratado no item 1.3.3, as consequências culturais da globalização hegemônica, também chamadas globalização cultural e promovidas com intuítos econômicos, compreendem uma cultura de massas que busca homogeneizar e se impor sobre a cultura popular, que por sua vez reage a estas tentativas. Um primeiro movimento vertical é realizado pelo mercado unificador, com indiferença às heranças e realidades dos lugares sociais, servindo à expansão das formas de globalização econômica, financeira, técnica e cultural. Mas este movimento encontra resistência da cultura preexistente, que descobre a possibilidade de revanche sobre a cultura de massa ao se utilizar dos instrumentos que em sua origem são próprios desta. Assim, “a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos ‘de baixo’, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”.²⁶⁰

Uma outra globalização suporia uma mudança radical das condições atuais, centralizando todas as ações no homem e colocando-o

David (org). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001, p. 208.

²⁵⁷ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 117-118.

²⁵⁸ ROGALSKI, Michel. Depois de Seattle e Millau: internacionalistas e novos mundialistas ao assalto do planeta. In: CATTANI, Antonio David (org). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/ UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001, p. 221.

²⁵⁹ SANTOS, Milton., op. cit., p. 150.

²⁶⁰ Ibid, p. 144.

no centro das preocupações do mundo para orientar as ações. Assim estariam assegurados a compaixão nas relações interpessoais e o estímulo à solidariedade social exercida, tanto entre indivíduos quanto entre indivíduos e sociedade e entre sociedade e Estado. Desta forma, as fraturas sociais seriam reduzidas, e uma nova ética surgiria como base de uma nova sociedade, nova economia, novo espaço geográfico. Este novo cenário social resultaria da renúncia e substituição do atual modelo de necessidades fabricadas impostas pela necessidade e consumismo por um outro que garanta para o maior número de pessoas o suprimento das necessidades essenciais para uma vida digna. Nesta nova globalização, o interesse social se sobreporia ao interesse econômico, alterando a agenda de investimentos e alterando as prioridades nos gastos públicos e privados.²⁶¹

De modo geral, diante do desolador cenário global contemporâneo, se observa um movimento de reação que, no entender de Richard Falk, necessita ser promovido e intensificado com vistas a se evitar um futuro ainda mais sombrio para a sociedade humana. Este movimento, chamado globalização de baixo, de acordo com Falk, ou globalização contra-hegemônica, segundo Boaventura de Sousa Santos, figurará no centro da análise ora elaborada. Seus objetivos democráticos transnacionais pretendem reconciliar o funcionamento do mercado global com o bem-estar dos povos e a capacidade de sustentabilidade da terra.²⁶²

De acordo com Boaventura de Sousa Santos, a globalização contra-hegemônica seria “uma resistência à globalização hegemônica e seus efeitos destrutivos, como a impossibilidade de melhorar o nível de vida de uma grande maioria da população mundial e o fato de não ser sustentável à médio prazo”.²⁶³

Na mesma senda, para Milton Santos “Uma globalização constituída de baixo para cima, em que a busca de classificação entre potências deixe de ser uma meta, poderá permitir que preocupações de ordem social, cultural e moral possam prevalecer”.²⁶⁴

²⁶¹ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 147-148.

²⁶² FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge, Polity, 1999, p. 199.

²⁶³ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 72.

²⁶⁴ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 154.

A globalização contra-hegemônica, portanto, consiste no movimento ou conjunto de práticas e ideologias de oposição ao modelo de globalização dominante, ou globalização hegemônica. Como as consequências nocivas da globalização hegemônica se fazem sentir, conforme tratado no capítulo 1, nas esferas social, política e cultural, por meio, em suma, de crescentes desigualdades na distribuição econômica, diminuição da atuação do Estado e imposição de uma globalização cultural que causa movimentos de reação, a globalização contra-hegemônica também ocorre nestas três dimensões distintas, social, política e cultural.

Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, repisa-se, os processos de globalização resultam das interações entre três conjuntos de práticas tratadas no item 1.1.4, c, acima – quais sejam, práticas interestatais (papel do Estado na divisão internacional do trabalho), capitalistas globais (agentes econômicos com atuação planetária) e práticas sociais e culturais transnacionais (fluxos transfronteiriços de pessoas e culturas, informação e comunicação) –, em cujo interior são observadas tensões e contradições decorrentes da desigualdade na distribuição do poder e nas formas de poder^{265 266}.

²⁶⁵ Como decorrência da interação entre estes três conjuntos de práticas – interestatais, capitalistas globais e sociais e culturais transnacionais – surgiriam as globalizações, que se apresentam segundo Santos, em quatro formas, conforme explicitado também em nota explicativa no item 1.1.4 c: localismo globalizado, em que determinado fenômeno local é globalizado com sucesso; o globalismo localizado, em que as condições locais sofrem impacto das práticas e ditames transnacionais decorrentes dos localismos globalizados; o cosmopolitismo, um movimento de resistência às duas formas anteriores provindo de Estados, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados que se utilizam das possibilidades surgidas de interação transnacional; e patrimônio comum da humanidade, outro movimento de resistência às duas primeiras formas mencionadas que consiste em lutas transnacionais pela proteção de recursos, entidades, artefatos e ambientes considerados essenciais à humanidade e cuja sustentabilidade depende de ações planetárias. Dentre as formas de globalização, o localismo globalizado e o globalismo localizado fariam parte do que se denomina globalização hegemônica, enquanto o cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade compõem o movimento de resistência chamado globalização contra-hegemônica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 68-70. Sendo assim, o que Richard Falk e Milton Santos, p. ex., entendem como uma única globalização de baixo, Boaventura de Sousa Santos categoriza como dois tipos de globalização contra-hegemônica, divergindo os autores quanto à classificação, não quanto ao cerne da questão.

A globalização contra-hegemônica consiste na luta pela transformação das trocas desiguais em cada um dos conjuntos de práticas coletivas, assumindo perfis distintos em cada um deles. Assim, no campo das práticas interestatais, deve haver uma transformação dos mecanismos democráticos em âmbito Estatal e interestatal; no campo das práticas capitalistas globais a transformação se concentra na globalização das lutas para distribuição democrática de riqueza; já no campo das práticas sociais e culturais transnacionais a transformação contra-hegemônica seria a construção do multiculturalismo emancipatório, quer dizer, a construção democrática das regras de reconhecimento recíproco entre identidades e culturas distintas, que pode resultar em diversas formas de partilha orientadas pela “seguinte pauta transidentitária e transcultural: temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.²⁶⁷

Por todo o exposto, observa-se que o papel histórico da globalização contra-hegemônica consiste em questionar aspectos negativos da globalização hegemônica, fornecendo um espaço ideológico e político alternativo ao que hoje em dia ocupam as aproximações estatistas e orientadas ao mercado, opondo resistência aos excessos e distorções que podem ser atribuídos à atual fase da globalização. Ou seja, a globalização contra-hegemônica pretende impedir os efeitos nocivos e funcionar como um contrapeso à influência não questionada que os negócios e finanças exercem no processo de tomada de decisões em nível estatal.²⁶⁸

O que se evidencia com a globalização contra-hegemônica, é a tendência à dissolução das ideologias dominantes no embate com a realidade vivida dos povos e indivíduos, o que faz com que a própria crença na auto-regulação do mercado se torne contestada e menos aceitável. As visões difundidas pela propaganda e pelas ideologias dominantes se opõem às visões proporcionadas pela existência, ultrapassando-se os limites da tolerância às ideologias e ampliando-se o campo da consciência. O futuro dependerá do grau de consciência adquirido, das iniciativas articuladas para superar desafios e contrariar a

²⁶⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 56-57; 59

²⁶⁷ . SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), op. cit., p. 74-75.

²⁶⁸ FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge, Polity, 1999, p. 203.

força das estruturas dominantes.²⁶⁹

Além disso, os mesmos sistemas técnicos de que se utilizam os atuais atores hegemônicos podem ser utilizados também para trazer felicidade e facilitar a vida das pessoas. O computador, por exemplo, exige inteligência e pode ser adaptado aos diferentes meios, tornando possível a liberação e efetivação da inventividade. A informática e a eletrônica propiciam a produção e a difusão do novo pelo maior número de pessoas possível, deixando de ser técnicas monopolizadas pelo capital. Também as novas geografias, e principalmente a convivência múltipla nas grandes cidades, são capazes de ampliar a consciência pelo reconhecimento da condição de escassez das pessoas.²⁷⁰

Portanto, a materialidade que construiu um mundo confuso e perverso poderá ser a condição para um mundo mais humano e, assim, as transformações trazidas pela própria globalização hegemônica tornam possível a elaboração de novas ideologias e crenças políticas tendo por base a ideia e prática da solidariedade.²⁷¹

Dentro da perspectiva da globalização contra-hegemônica, várias iniciativas têm surgido por parte da sociedade civil como reação à predominância das forças de mercado para evitar os efeitos adversos da globalização hegemônica, que se caracteriza, repisa-se, pela preeminência da esfera econômica. Dentre as iniciativas, serão destacadas aquelas advindas da sociedade civil global²⁷² de forma transcendente para proteger os bens comuns globais do planeta frente às

²⁶⁹ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 161-162.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 165-166.

²⁷¹ *Ibid.*, p. 168; 174.

²⁷² Para John Keane, a “Sociedade Civil Global se refere a uma vasta, ampla constelação não governamental de muitas estruturas institucionalizadas, associações e redes dentro das quais atores individuais e coletivos estão inter-relacionados e funcionando interdependentemente. Como uma sociedade de sociedades, é ‘maior’ e ‘mais importante’ que qualquer ator individual ou organização ou qualquer soma de suas milhares de partes constituintes – a maioria das quais, paradoxalmente, não conhece ou tem qualquer chance de conhecer um ao outro face a face. Sociedade Civil Global é um extremamente complexo conjunto de desproporcionais, abrangentes formas de ação social estruturada”. In: KEANE, John. **Global Civil Society?**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 11. Sobre a Sociedade Civil Global ver também: DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger. **A sociedade civil global como instrumento de resistência à globalização desde cima: a importância da rede**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

dimensões mais depredadoras da globalização, por meio de Organizações não-Governamentais ou associações transnacionais de indivíduos.²⁷³

O que os governos não podem ou não pretendem fazer, a mobilização dos povos começa a realizar, utilizando-se das mesmas tecnologias que possibilitaram a globalização do capital para agir de forma coordenada em movimentos de cidadania. E assim, as manifestações que fizeram fracassar o Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI)²⁷⁴ e causaram o fiasco da OMC em Seattle²⁷⁵ se transformam em uma força de propostas permanentes que confrontam os senhores do mundo.²⁷⁶

²⁷³ FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge, Polity, 1999, p. 208-209.

²⁷⁴ O Acordo Multilateral de Investimento (AMI), começou a ser negociado secretamente em 1995 pelos países mais ricos do mundo, tendo à frente os membros do G-7. O AMI, que se pretendia uma espécie de Constituição, criaria uma legislação internacional dos investimentos elaborada a partir dos interesses dos países centrais e de suas corporações transnacionais, retirando dos países individualmente a possibilidade de legislar sobre as questões relativas aos investimentos. Para se manter a opinião pública e os países em desenvolvimento distantes do que acontecia, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por ser uma organização discreta, foi escolhida como sede para o trabalho. Nos primeiros meses de 1997, cerca de 90% do projeto já tinha a forma que poderia vir a ser definitiva. Em fevereiro de 1998, ao mesmo tempo que a OCDE oficializa a proposta do AMI, é lançada uma campanha coordenada contra o acordo. Em abril, ocorrem os primeiros protestos por ocasião da reunião da OCDE em Paris que decide impulsionar a aprovação do AMI. Depois, no segundo semestre de 1998, são realizados protestos em diversos países contra o AMI, até que a OCDE decide, em outubro, suspender as negociações sobre o acordo. In: 38; 40. LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.

²⁷⁵ Em 30 de novembro de 1999, na ocasião da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio em Seattle, nos Estados Unidos, “50 mil manifestantes bloquearam a cidade. O encontro teve que ser suspenso e a abertura de uma nova rodada de negociações para a liberalização comercial adiada. O fracasso da reunião da OMC era o resultado não só dos protestos populares como também de conflitos de interesses entre países-chave. O cenário, entretanto, mudara; pelos dois anos seguintes, até a reunião do G-8 em Gênova, em julho de 2001, todos os encontros importantes dos organismos multilaterais que legitimavam o domínio dos mercados presenciaram grandes mobilizações e protestos do novo movimento”. In: *Ibid*, p. 10-11.

²⁷⁶ PASSET, René. Por uma estratégia do humano. In: CATTANI, Antonio

Ondas de protestos internacionais contra as instituições que comandam a globalização neoliberal se espalharam pelo mundo, organizadas por grandes coalizões e redes de entidades e movimentos por todo o planeta que procuravam construir uma identidade afirmativa, realizando encontros e contracúpulas dispersos, até o Fórum Social Mundial (FSM)²⁷⁷ congregá-los. Todos estes movimentos convergem no ‘movimento dos movimentos’, o movimento global aqui tratado como ‘globalização contra-hegemônica’.²⁷⁸

A própria crise atual do sistema demonstra sua perversidade e também sua insustentabilidade, o que leva ao descrédito dos discursos dominantes, mesmo que não exista ainda um discurso de crítica e oposição construído de modo sistêmico.²⁷⁹

Perante a recente emergência da globalização hegemônica, a política de resistência está em fase de formação, e em virtude de seu alcance global, somado à desigualdade das condições econômicas e políticas, as táticas e prioridades se adaptaram às circunstâncias locais, nacionais e regionais. Portanto, a globalização contra-hegemônica, enquanto política participativa de baixo para cima, tende à heterogeneidade e diversidade, enquanto a globalização hegemônica, enquanto política hierárquica de cima para baixo, tende à homogeneização e unidade.²⁸⁰

Assim, embora as perspectivas e prioridades da globalização hegemônica venham sendo contestadas, isto ocorre de forma

David (org). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001, p. 208.

²⁷⁷ No início de 2000, quando as ondas de choque dos eventos de Seattle ainda ecoavam pelo mundo, alguns brasileiros lançaram, durante uma conferência com 500 representantes de movimentos de resistência à globalização hegemônica, uma proposta para ajudar o movimento de resistência ao neoliberalismo a passar para uma nova etapa, com a realização de um Fórum Social Mundial. A proposta ganhou ampla adesão e os trabalhos de preparação foram iniciados, com apoio da sociedade civil e dos governos estadual e municipal, até a realização do FSM, de 25 a 30 de janeiro de 2001 em Porto Alegre, contando com 4 mil delegados e 16 mil participantes credenciados de 117 países, 1.870 jornalistas (sendo 386 estrangeiros), além de um número desconhecido de participantes eventuais. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p 61; 64; 66-67.

²⁷⁸ Ibid, p. 42.

²⁷⁹ Ibid, p. 168.

²⁸⁰ FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge, Polity, 1999, p. 199.

fragmentária e dispersa, sem uma posição ideológica comum ou uma crítica profunda aos seus efeitos, se fazendo premente a necessidade de mobilização destas forças para que adquiram maior solidez e peso político.²⁸¹

A globalização contra-hegemônica se realiza tanto por estratégias locais quanto globais ou transnacionais.²⁸² No que tange à dicotomia entre local e global, Santos enfatiza que sua distinção consiste em uma estratégia da própria globalização neoliberal para deslegitimar os obstáculos à sua expansão incessante, conferindo conotações negativas ao local, enquanto, de fato, local e global são os dois lados da mesma moeda. As iniciativas de vocação transnacional estão ancoradas em locais e lutas concretos, e, portanto, o local acontece globalmente, pelo que se faz necessário que o local contra-hegemônico também acontece globalmente. Para tanto, imprescindível uma teoria da tradução capaz de criar inteligibilidade recíproca entre as diferentes lutas locais, aprofundar os pontos comuns para promover alianças translocais e oferecer condições para que possam prosperar.²⁸³

O futuro, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade, dependerá do grau de consciência adquirido, das iniciativas articuladas para superar desafios e contrariar a força das estruturas dominantes. Assim, “se a realização da história, a partir dos vetores ‘de cima’, é ainda dominante, a realização de uma outra história a partir dos vetores ‘de baixo’ é tornada possível. E para isso contribuirão [...] a mistura dos povos, raças, culturas, religiões, gostos etc..”. Deverá surgir um novo modelo econômico, social e político que conduza à uma vida coletiva solidária pela nova distribuição de bens e serviços.²⁸⁴

²⁸¹FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge, Polity, 1999, p. 213.

²⁸²Ibid, p. 199.

²⁸³SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 73-74.

²⁸⁴SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 161; 166-167; 170.

3.2 A RESISTÊNCIA FEMINISTA E SUA AÇÃO COLETIVA TRANSNACIONAL

3.2.1 Movimentos Feministas: Histórico e Conceito

Para se compreender o objetivo dos movimentos feministas²⁸⁵ – que neste trabalho será entendido como sinônimo de feminismo –, faz-se necessário acompanhar sua trajetória histórica, visto que as demandas e percepções das mulheres foram se alterando com o passar do tempo. Tal análise está também relacionada com a construção da noção de gênero e suas atuais contestações.

O presente estudo não pretende esgotar os desenvolvimentos históricos dos movimentos feministas e, portanto, se limitará a oferecer um panorama geral do seu desenvolvimento, destacando os pontos mais relevantes à análise ora realizada.

Os movimentos feministas, historicamente considerados, dividem-se basicamente em duas ondas – embora algumas autoras já se refiram a uma terceira onda do feminismo a partir da década de 90 do século XX, relacionada ao atual cenário global e aos meios de comunicação em massa.

A primeira onda remonta aos primórdios do movimento e se refere às lutas pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos, tais como direito a voto e ao trabalho, entre outros, nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, iniciadas nos Estados Unidos (EUA). Segundo a literatura, foi inaugurada por Mary Wollstonecraft, que em 1792 publicou a *Vindicação dos Direitos das Mulheres*. Ao destacar os principais acontecimentos desta onda, Gohn, afirma que em 1848 aconteceu o *Sêneca Falls Rights Convention*, primeiro congresso nacional de mulheres dos EUA, no qual já se apresentava a questão da diferença homem-mulher, tendo reunido aproximadamente 100 mulheres que assinaram uma Declaração de Sentimentos (*Declaration of Sentiments*). Já em 8 de março de 1857, data marcante da primeira onda do feminismo, 129 mulheres trabalhadoras de uma fábrica em Nova York, que reivindicavam direitos trabalhistas – dentre os quais redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas e licença-maternidade –, morreram queimadas no local por uma ação da polícia. Tal data passou

²⁸⁵ Os conceitos de feminismo e movimentos feministas consistem em construções do mundo ocidental, e portanto as análises do presente estudo se limitam às sociedades ocidentais que apresentaram condições políticas, econômicas e sociais para seu surgimento.

a ser, a partir de 1921, comemorada como o Dia Internacional da Mulher. Já no final da década de 1880 emergiu nos EUA e na Europa o movimento sufragista, que mobilizou protestos reivindicando não apenas o voto, mas também contestando a posição de comando do homem perante a família, a Igreja e o Estado, o que contrariaria não apenas os princípios republicanos, mas também a igualdade entre os seres humanos.²⁸⁶

Nesta primeira onda ou fase do feminismo, como a mulher estava restrita ao espaço doméstico, a ideia de direitos coletivos ainda não havia se desenvolvido, motivo pelo qual se destacaram as lutas por direitos civis e políticos fundados na democracia liberal, além da defesa do princípio democrático da igualdade. Como resultado dos movimentos neste primeiro momento houve a conquista gradual de direitos e a criação de departamentos femininos nas instituições – inclusive sindicatos.²⁸⁷

A primeira onda do feminismo perdeu força a partir da década de 1930, tanto na Europa e Estados Unidos quanto no Brasil, e o movimento reaparecerá novamente, desta vez em uma segunda onda, na década de 1960. Nestas três décadas de calmaria, o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir²⁸⁸, publicado em 1949, mostrou-se fundamental e abriu espaço para a nova fase do feminismo.²⁸⁹

Surgidos nos anos 60, os movimentos feministas de segunda onda formularam, na prática e na teoria, uma concepção inovadora de justiça, qual seja, a justiça de gênero, que deveria abranger a luta contra o sexismo e o androcentrismo²⁹⁰ – enquanto valores culturais largamente presentes na sociedade, nas instituições, esfera privada e relações intersubjetivas –, sem estar restrita à distribuição econômica. Portanto, a superação dos padrões culturais não ocorreria apenas por meio de uma

²⁸⁶ GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 136-137.

²⁸⁷ Ibid, p. 138.

²⁸⁸ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

²⁸⁹ GOHN, Maria da Glória, op. cit., p. 138

²⁹⁰ O sexismo, machismo ou androgenismo, como se queira chamar, nas palavras de Bila Sorj, “é um padrão cultural que associa ao masculino um valor superior e desvaloriza tudo aquilo que é ligado ao feminino, em particular às mulheres”. SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 144.

justiça distributiva, devendo haver um reconhecimento específico, somado a um tratamento diferenciado, das expressões de dominação de gênero como a violência doméstica, o assédio sexual, a pouca participação feminina na esfera político-institucional, entre outras. Neste período, os movimentos feministas de segunda onda representaram um diferencial por meio da luta por direito à cidadania igualitária na diferença.²⁹¹

Portanto, os estudos feministas desta segunda fase revelaram que as explicações pautadas no paradigma econômico eram de fato limitadas, e a partir de outras perspectivas passaram a apresentar diferentes elucidações para a questão da subordinação feminina. Assim, foram realizados estudos primeiramente na área do trabalho e gênero, demonstrando que o conceito de trabalho da economia política, entendido como produtivo remunerado, por si só excluía aquele realizado pelas mulheres na esfera doméstica, exclusão esta que foi severamente criticada, uma vez que, na percepção feminista então surgida, as duas esferas de trabalho, produtivo remunerado e doméstico, estão intrinsecamente relacionadas, e a divisão sexual do trabalho doméstico acaba por ser decisiva na configuração do mercado de trabalho – conforme explicitado no item 2.1.1 acima.²⁹²

Conclui-se, assim, que a análise referente à mulher e o mercado de trabalho, desenvolvida no capítulo 2, que ultrapassa a discussão econômica e adentra em aspectos culturais, foi promovida pelos movimentos feministas de segunda onda – que serão abordados mais detalhadamente a seguir.

Os estudos realizados impulsionados pelos movimentos feministas de segunda onda na área da violência também revelaram limitações das explicações econômicas da subordinação feminina, deixando clara a existência de uma violência específica de gênero centrada nos valores androcêntricos, no plano da cultura. Esta constatação se comprova com a verificação de que fenômenos como o estupro, o assédio sexual e a violência doméstica acontecem em todas as classes sociais e sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento.²⁹³

Os movimentos de segunda onda apresentavam no centro de suas

²⁹¹ GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 144.

²⁹² Ibid, loc. cit.

²⁹³ Ibid, p. 147-148.

reivindicações o problema da diferença. Surgiu assim o coletivo feminino organizado que se unia a outras coletividades oprimidas na época, como negros e estudantes, e se caracterizou como movimento radical ou de libertação, pelas lutas, passeatas e protestos ocorridos destacadamente na França e nos Estados Unidos.²⁹⁴

Ao abordar a segunda onda do feminismo, Nancy Fraser questiona a narrativa evolutiva dominante, pela qual se observa a passagem de um movimento exclusivista dominado por mulheres brancas, heterossexuais e da classe média para um movimento que passa a incluir as reivindicações de mulheres lésbicas, negras, pobres e trabalhadoras. Fraser critica esta narrativa por ser interna, e propõe uma história alternativa, baseada na análise do movimento com relação a fatores históricos externos e mais amplos. Para tanto, divide em três fases esta segunda onda: a primeira relacionada aos Novos Movimentos Sociais²⁹⁵ emergidos nos anos 60 – na tentativa de defender uma visão expandida da política capaz de abranger o pessoal, expondo uma gama de dominações masculinas e contestando a visão político-economicista, centrada apenas no problema de distribuição entre as classes –, a segunda, concentrada na questão de cultura e política de identidade – que ignorou as transformações trazidas pelo neoliberalismo global e por isso não teve sucesso –, e a terceira, referente a políticas transnacionais e espaços transnacionais emergentes, como forma de aproveitar as novas oportunidades políticas no mundo que se globaliza. Esta análise aprofundada e a divisão da segunda onda do feminismo em três fases apresentada por Fraser, bem como as particularidades de cada fase, serão analisadas no item 3.2.3 adiante.²⁹⁶

²⁹⁴ GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 138-139.

²⁹⁵ A partir da inadequação do paradigma tradicional marxista (ou clássico), desenvolvido na Europa a partir dos anos 60, e em crítica também aos esquemas utilitaristas e baseados na lógica racional e estratégica dos atores, alguns estudiosos iniciaram a criação de teorias dos movimentos sociais que abrangiam a cultura, a ideologia, as lutas sociais, a solidariedade e o processo de identidade. Assim, surgiram os Novos Movimentos Sociais, com eixo no cultural e não mais na economia, apresentaram-se mais descentralizados, menos hierarquizados, mais abertos, participativos e espontâneos. As lideranças continuam a ter importante papel, mas sua ação é vista na atuação em grupos como formadores de opiniões. In: GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 121-131.

²⁹⁶ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n.

Esta breve exposição das transformações históricas do feminismo serve como base para entender como seus objetivos foram se alterando com o passar do tempo. O presente estudo se centrará na análise dos movimentos feministas de segunda onda, desde seu surgimento na década de 60 até os dias de hoje, tratando-se, portanto, do feminismo contemporâneo, que passou a representar não mais apenas a busca por uma igualdade da mulher com relação ao homem, mas o direito das mulheres à construção de si por meio da luta contra as formas de dominação masculina. Compreendidos estes conceitos torna-se possível finalmente definir o feminismo em seu formato atual, etapa essencial à pesquisa em curso.

De acordo com Myra Marx Ferre:

O ativismo, com o objetivo de desafiar e mudar a subordinação das mulheres aos homens é o que define o 'feminismo'. Feminismo é um objetivo, uma meta para mudança social, um ativismo com finalidade informada, não um corpo constitutivo ou uma estratégia. Mobilizações feministas são instruídas por teorias, crenças e práticas feministas, mas elas podem tomar lugar em uma variedade de contextos organizacionais, de movimentos de mulheres a posições dentro dos governos. [...] Feminismo como um objetivo pode ser adotado por indivíduos de qualquer gênero, bem como por grupos com qualquer grau de institucionalização, de associações informais, cara-a-cara, temporárias, a órgãos de governo nacionais ou transnacionais constituídos legalmente.²⁹⁷

Manuel Castells entende que a re(definição) da identidade da mulher é a essência do feminismo, ora afirmando haver igualdade entre homens e mulheres, desligando do gênero diferenças biológicas e culturais; ora, contrariamente, afirmando a identidade essencial da mulher, frequentemente declarando, também, a superioridade das práticas femininas como fontes de realização humana; ou ainda, declarando a necessidade de abandonar o mundo masculino e recriar a

2, maio-ago. 2007, p. 292-293.

²⁹⁷ FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari (eds). **Global Feminism: Transnational Women's Activism, Organizing and Human Rights**. New York: New York University Press, 2006, p. 6-7.

vida, assim como a sexualidade, na comunidade feminina. Em todos os casos, seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação, o que é negado [pelo feminismo] é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal”.²⁹⁸

Assim, concentrando seus estudos no movimento feminista contemporâneo, surgido nos Estados Unidos no final dos anos 60 do século XX, na Europa no início dos anos 70 do mesmo século, e se difundido pelo mundo nas décadas seguintes, Manuel Castells busca identificar as características comuns que tornam o movimento transformador, diante da diversidade e o multiculturalismo das lutas feministas e seu desafio às estruturas e mecanismos de dominação masculina. Para tanto, analisa os movimentos feministas contemporâneos a partir de uma perspectiva global e comparativa, destacando sua extrema variedade, riqueza e profundidade, e com base nesta percepção afirma a existência de uma essência comum que subjaz à variedade do feminismo: “o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo”²⁹⁹ – este conceito de Castells, dada sua completude, será abordado para definição de feminismo e movimentos feministas no presente estudo.

Corroborando este entendimento, para Joaquín Herrera Flores, estas diferenças não podem ser consideradas inconciliáveis, pois compartilham em maior ou menor grau o objeto que enfrentam, qual seja, o patriarcalismo como sistema de valores dominantes que coloca o ponto de vista masculino como o padrão universal.³⁰⁰

3.2.2 Gênero e Feminismo

Ainda na segunda fase do movimento feminista ganha ênfase justamente a construção da categoria de gênero³⁰¹, ocorrida nos anos

²⁹⁸ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 211.

²⁹⁹ Ibid, p. 210-211.

³⁰⁰ FLORES, Joaquín Herrera. Feminismo y Materialismo: hacia la construcción de un Espacio Social Ampliado. In: RUBIO, David Sánchez; FLORES, Herrera Flores; CARVALHO, Salo de (coords.). **Anuário Ibero-Americano de Direitos Humanos. (2001/2002)**. Rio de Janeiro: Lumen- Juris, 2002, p. 327.

³⁰¹ Para aprofundar o estudo da questão de gênero nas Relações Internacionais ver o importante trabalho de Odete Maria de Oliveira, no primeiro livro do acervo nacional sobre o assunto: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Relações internacionais: a questão de gênero**. 1 ed. Ijuí: Unijuí, 2010, v. 1.

1980.³⁰²

O conceito de gênero foi criado pela antropóloga feminista Gayle Rubin em 1975, se convertendo a partir deste momento em uma das categorias centrais do pensamento feminista e tendo se desenvolvido em várias direções desde então. O gênero se refere à existência de uma normatividade feminina, que foi construída sobre o sexo como fato anatômico e tem por base um sistema social, no qual o gênero é um princípio de hierarquização que atribui espaços e distribui recursos a homens e mulheres. Portanto, o gênero consiste em uma construção cultural que demonstra a grande desigualdade entre homens e mulheres.³⁰³

O termo “gênero” é usado para designar relações de poder entre homens e mulheres e se refere à construção social da identidade sexual, que confere às pessoas, de acordo com o sexo, diferentes papéis, direitos e oportunidades. Trata-se de um conceito relacional que define a relação entre homens e mulheres, e que consiste em categoria de análise de grande importância para explicar desigualdades. As diferenças de gênero se dão de forma hierárquica, visto que a construção social do ser homem apresenta *status* maior que a construção social do ser mulher. Já o sexo diz respeito às diferenças biológicas entre homens e mulheres. O gênero consiste, portanto, em parte de uma construção social complexa de identidade, diferença e hierarquia, intersectado por outras categorias socialmente construídas, como raça, etnia e classe, que juntos determinam a localização social dos indivíduos.³⁰⁴

Para Rosa Cobo Bedia, A passagem da sexualidade biológica à sexualidade humana é a passagem do sexo ao gênero. O sexo leva a marca da biologia e o gênero a marca da cultura³⁰⁵. No coração da sociedade existe um mecanismo que distribui desigualmente os recursos, sejam eles políticos, econômicos, culturais etc., em virtude do gênero, sobrecarregando os homens e privando as mulheres.³⁰⁶

³⁰² GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 139.

³⁰³ BEDIA, Rosa Cobo. El gênero en las ciencias sociales. **Cuadernos de Trabajo Social**, Madrid, v. 18, p. 249-258, nov. 2005, p. 249-251.

³⁰⁴ SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 113-114.

³⁰⁵ BEDIA, Rosa Cobo. El gênero en las ciencias sociales. **Cuadernos de Trabajo Social**, Madrid, v. 18, p. 249-258, nov. 2005, p. 252.

³⁰⁶ *Ibid*, loc. cit.

Sendo o gênero um conceito relacional, homens e mulheres são socialmente definidos em termos recíprocos e sua compreensão não pode acontecer separadamente.³⁰⁷

O sexo, característica comum sobre a qual se constitui o coletivo das mulheres, é uma realidade anatômica que passou a ter significação política e cultural porque convertido em desvantagem social. Justamente por isso se forma o conceito de gênero, surgido para explicar a dimensão social e política construída sobre o sexo. Ocorre que ser mulher significa não apenas ter o sexo feminino, mas também uma série de prescrições normativas de designação de espaços sociais assimetricamente distribuídos.³⁰⁸

O gênero é uma das construções humanas básicas para a reprodução da ordem patriarcal por meio das normatividades sobre as quais se assentam as principais estruturas das sociedades patriarcais, como a separação entre público e privado. Contudo, a desigualdade de gênero e seus mecanismos de reprodução não são estáticos, nem imutáveis, mas mudam historicamente em função da capacidade das mulheres para persuadir a sociedade da justiça de suas reivindicações políticas e se articularem como um sujeito coletivo.³⁰⁹

As significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, e vários são os caminhos para se mudar este estado de coisas: transtornos políticos de massa que desestremem as antigas ordens, crises demográficas, transformações na estrutura de emprego, a emergência de novos símbolos culturais, todos eles podem ou não revisar os termos do gênero, e o resultado de quem vencerá vai depender dos processos políticos em si.³¹⁰

Contudo, tem-se observado crescentemente na literatura feminista críticas contundentes à categoria “gênero”, que tem sido utilizada de forma errônea e até contraditória, levando a inúmeros mal entendidos.

Segundo Joan Scott, existe de fato uma dificuldade por parte das feministas na hora de separar as denominações sociais de seus referentes físicos, e frequentemente “sexo” e “gênero” são usados como sinônimos e como termos opostos – muitas vezes, o “gênero” surge como um eufemismo para “sexo”, e esta banalização fez perder o sentido da

³⁰⁷ SCOTT, Joan Wallach. **Gênero e Historia**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008, p. 72.

³⁰⁸ BEDIA, Rosa Cobo. El gênero en las ciencias sociales. **Cuadernos de Trabajo Social**, Madrid, v. 18, p. 249-258, nov. 2005, p. 254.

³⁰⁹ Ibid, loc. cit.

³¹⁰ SCOTT, Joan Wallach, op. cit., p 73.

distinção entre físico e social para o público em geral – distinção esta pretendida com a cunhagem do “gênero”.³¹¹

A falta de uma diferenciação clara entre os termos é o que gera, de fato, esta aparente confusão conceitual e terminológica, porque, ao se usar a oposição “natural” versus “construído” se perpetua a ideia de que existe uma natureza transparente que se pode vir a conhecer de algum modo à parte do conhecimento que pudemos produzir acerca dela. Se gênero supõe a existência prévia da diferença sexual, está se fundamentando sobre ela, tornando impossível a distinção conceitual clara entre sexo e gênero. Outra razão da dificuldade de se distinguir claramente entre sexo e gênero tem sido o impulso generalizador das ciências sociais e do próprio feminismo, que, tomando como transparente por si mesma a diferença fundamental das mulheres com relação aos homens, geraram uma visão fundamentalmente homogênea das mulheres entre épocas e culturas.³¹²

Para Touraine, a noção de gênero, por carregar um determinismo social e ideológico das condutas femininas, foi objeto de ataques evidenciadores de suas fraquezas e dos erros a que induzia, vindos das feministas mais exigentes, que descobriram a dominação masculina por detrás do gênero. As normas de relacionamento entre mulheres e homens foram criadas para sedimentar a hegemonia de um sistema social que privilegia a heterossexualidade, a família patriarcal.³¹³

De acordo com Judith Butler, uma das filósofas feministas de maior importância na atualidade, que rejeita todo essencialismo ou definição naturalista da feminidade, a identidade feminina consiste em uma interiorização, nunca completa, da posição binária entre homens e mulheres. Para Butler, os conceitos sociológicos de gênero, entendidos como homens e mulheres, não podem ser reduzidos à diferença sexual e o gênero é complexamente produzido por meio de práticas identificatórias e performativas, não sendo, assim, um conceito claro e unívoco.³¹⁴

Portanto, a análise da conduta das mulheres com base no gênero deve se pautar na percepção de que o gênero, direta ou indiretamente, é

³¹¹ SCOTT, Joan Wallach. **Gênero e História**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008, p. 246.

³¹² Ibid, p. 246-248.

³¹³ TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 16-18.

³¹⁴ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004, p. 42-43; 212.

uma criação do poder masculino, e embora a noção tenha sido útil em um primeiro momento ao questionar o essencialismo e o naturalismo, atualmente deve ser repensada. Assim, as críticas direcionadas ao termo “gênero” são importantes para se questionar o naturalismo da posição feminina e buscar a superação de um modelo de modernização polarizada³¹⁵, construído sobre as distâncias e tensões entre superiores, no caso os homens, e inferiores, dentre as quais estão as mulheres, conferindo-se ao sexo e às transgressões das normas sociais maior importância.³¹⁶

Esclarecidas as críticas e controvérsias existentes acerca na noção de gênero, destaca-se que o presente trabalho não intenta aprofundar a temática, apenas apresentá-la e aduzir que, ao se falar em gênero no presente estudo, estará se fazendo referência à construção social da identidade sexual, na busca de uma análise sempre relacional e cultural da sociedade.

3.2.3 Movimentos Feministas de Segunda Onda – a Concepção de Nancy Fraser

Embora a história do feminismo como tal seja antiga, como mostra o movimento sufragista nos Estados Unidos, a pesquisa ora desenvolvida se centrará nos movimentos feministas de segunda onda, situados no período em que despontaram as crises e políticas mundiais³¹⁷ que abriram caminho para a difusão do neoliberalismo e

³¹⁵ Fala-se em uma modernização polarizada porque a modernização ocidental pretendeu substituir a consciência de pertença a uma comunidade pela distância criada entre aqueles que detêm todos os recursos, poderes e conhecimentos, e aqueles ou aquelas que são definidos por aquilo que não possuem e pela dependência. Esta sociedade, separada então em dois pólos, tratou as mulheres como seres inferiores e deu várias imagens à inferioridade e à dependência, dentre as quais figuram as mulheres, os trabalhadores assalariados e os colonizados. O modelo ocidental de modernização, portanto, rompeu com todos os holismos das instituições comunitárias e com a preocupação pela integração, o que acumulou os recursos na mão dos dirigentes e criou desequilíbrios e tensões, enquanto oferecia dinâmica e capacidade de conquista. Esta tendência acabou gerando tensões internas que por fim provocaram rupturas para contestar a ordem estabelecida. In: TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 111-112.

³¹⁶ Ibid, p. 23-24; 29.

³¹⁷ Tratam-se da crise do Petróleo de 1973 e da crise financeira de 1979, com a subida dos juros americanos, bem como das dinâmicas monetárias que as

ascensão da globalização hegemônica tal como conhecemos atualmente. Desta feita, os movimentos feministas de segunda onda são aqueles que integram a globalização contra-hegemônica e assim lutam contra os efeitos nocivos trazidos às mulheres pela globalização hegemônica – efeitos nocivos esses analisados no capítulo 2, e que se somam a fatores anteriores como a dominação masculina e a discriminação das mulheres.

Nancy Fraser, ao estudar os movimentos feministas de segunda onda, os relacionou a fatores históricos externos e mais amplos e os dividiu em três fases, conforme mencionado anteriormente.

Na década de 60, apontada como um período de transição entre as ondas feministas, os jovens norte americanos lutavam na Guerra do Vietnã com todo o seu poder bélico, o movimento hippie surgiu propondo uma nova forma de vida contrária aos valores morais e de consumo dos Estados, em Paris estudantes se manifestaram contra a ordem acadêmica estabelecida, a pílula anticoncepcional foi lançada nos EUA e Alemanha, a música era revolucionada por Beatles e Rolling Stones, e Betty Friedman lança *A Mística Feminina* em 1963. Neste cenário, emerge na Europa e Estados Unidos a segunda onda do feminismo, que luta por uma nova forma de relacionamento e traz a discussão sobre a dominação dos homens sobre as mulheres, com o objetivo de conceder a elas, além de liberdade, autonomia sobre sua vida e seu corpo.³¹⁸

Pensando ainda no contexto histórico, os países desenvolvidos da Europa Ocidental e América do Norte desfrutavam até então a prosperidade do pós-Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento econômico nacional guiado, o emprego quase pleno para os homens, o Estado de bem-estar social, a institucionalização da solidariedade entre classes em nível nacional. E, assim, as sociedades de consumo de massa haviam domesticado o conflito social. Foi quando na década de 1960 eclodiram movimentos sociais a partir da iniciativa da juventude que contestava a Guerra do Vietnã, a segregação racial, a repressão sexual, o materialismo, o consumismo, entre outros. Dentre estes movimentos

sucederam. Todos estes fatores, em um contexto de difusão ideológica e política, promoveram a ascensão do neoliberalismo In COELHO, Jaime Cesar. **Economia, Poder e Influência Externa:** o Grupo Banco Mundial e as Políticas de Ajustes Estruturais na América Latina, nas Décadas de Oitenta e Noventa. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 113; 135; 176.

³¹⁸ PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 16-17.

estava o feminismo, em seu primeiro formato, que desafiou as discriminações de gênero dentro da social democracia, politizou o pessoal e foi além das lutas por redistribuição sócio-econômica, levando à pauta o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução.³¹⁹

Portanto, em seu momento inicial denominado “primeira fase”, os movimentos feministas de segunda onda compunham um movimento maior, os novos movimentos sociais, surgidos para contestar a desigualdade de distribuição econômica entre as classes e que desafiaram as estruturas normatizadoras da democracia pós-Segunda Guerra. Dentro desta mobilização maior, as feministas expuseram as várias formas de dominação masculina e incluíram assim o pessoal no âmbito da política, expandindo-a.³²⁰

Pouco mais tarde, o feminismo de fins dos anos 60 e início dos 70 se destacou como reação à discriminação sexual e abuso sofridos pelas mulheres, por mulheres que haviam participado dos anteriores movimentos sociais surgidos na década de 60³²¹. “O contexto de formação de movimentos sociais e seus temas multidimensionais possibilitaram às feministas afastar-se dos caminhos proporcionados pelos movimentos predominantemente masculinos (tais como os movimentos trabalhistas ou de políticas revolucionárias)”³²², e o impacto dos movimentos sociais, e do feminismo em especial, nas relações entre os sexos deu impulso a uma poderosa onda de choque: o questionamento da heterossexualidade como norma³²³.

Em meados dos anos 1970, houve de fato uma mobilização maciça e global das mulheres³²⁴ contra sua opressão, com intensidades

³¹⁹ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio-ago. 2007, p. 294.

³²⁰ Ibid, p. 293.

³²¹ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 171-172.

³²² Ibid, p. 172.

³²³ Ibid, p. 172.

³²⁴ Massivas manifestações ajudaram a introduzir importantes mudanças legislativas em sistemas políticos, como as campanhas para liberalização do aborto na Itália, para igualdade de oportunidades e garantias trabalhistas como licença maternidade e garantia contra demissão injusta durante a gravidez, além de proteção à violência na Inglaterra, e para os direitos das mulheres de forma ampla nos EUA. Houve ainda a campanha nacional para o aborto no Reino Unido em 1975. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **Historia de las Mujeres em Occidente**. Buenos Aires: Taurus, 1993, p. 155-156.

diferentes nos diversos países e culturas. O impacto destes movimentos nas instituições da sociedade e conscientização das mulheres é marcante, especialmente nos países industrializados, em que as mulheres se percebem com os mesmos direitos a seu corpo e sua vida que os homens.³²⁵

O feminismo da primeira fase da segunda onda, em sua radicalidade, apresentava uma relação de ambivalência com a social democracia, contando com o *ethos* solidário e igualitário de classes do Estado de bem-estar e buscando transformá-lo em uma força capaz de combater a dominação masculina.³²⁶

A passagem da primeira para a segunda fase do feminismo de segunda onda se deu em fins da década de 1980.

As mudanças trazidas com o fim da Guerra Fria e a queda do comunismo em 1989 propiciaram o ressurgimento do neoliberalismo como modelo econômico, combatendo veementemente as ideias de distribuição igualitária e abalando as estruturas do Estado de bem-estar social. Assiste-se à substituição da sociedade da seguridade para a emergente sociedade de insegurança, que institucionaliza formas precárias de trabalho assalariado que incluem terceirização, flexibilização, trabalho temporário e não sindicalizado, mal pago e sem garantias sociais. Como visto no capítulo 2 acima, as mulheres sentiram especialmente os efeitos desta insegurança na esfera trabalhista.

Assim, os movimentos feministas, que antes se pautavam no *welfare state* para estender o *ethos* igualitário de classe para o gênero, passaram a assumir outras ideias de reivindicação política. Nesta segunda fase dos movimentos de segunda onda, o declínio das lutas de classes abriu espaço para um espaço político em que o cultural foi colocado em primeiro plano e as ideias anti-economicistas, ressignificadas.³²⁷

Neste novo momento as lutas feministas passaram a se basear no reconhecimento e a valorizar mais o respeito à diferença do que buscar a igualdade. Tomada como cerne das reivindicações, diante da incapacidade de se obter progressos quanto às injustiças da política econômica, a questão do reconhecimento foi usada para combater todas

³²⁵ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 170.

³²⁶ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007, p. 295.

³²⁷ *Ibid*, p. 293; 296; 303.

as formas de exclusão e afronta sofridas pelas mulheres, como disparidade de gêneros na representação política e violência.³²⁸

A pretensão de igualdade social expandida, característica da primeira fase do movimento, foi substituída pela pretensão centrada em mudanças culturais, que, embora estivessem sempre presentes nos movimentos feministas, foram então separadas de um projeto de justiça distributiva. Houve, portanto – ainda que sem intenção e como resultado da influência de um neoliberalismo hegemônico interessado em abafar a discussão sobre igualdade social –, a subordinação das lutas sociais às culturais, ao invés de uma combinação entre as lutas por reconhecimento e igualdade sócio-econômica que poderia ampliar o entendimento sobre justiça de gênero.³²⁹ Nas palavras de Fraser:

O momento não poderia ter sido pior. A mudança para uma política culturalizada de reconhecimento ocorreu precisamente no período em que o neoliberalismo estava encenando seu retorno espetacular. Durante esse período, a teoria acadêmica feminista estava preocupada com debates sobre “diferença”. Colocando frente a frente “essencialistas” e “não-essencialistas”, essas disputas serviram de forma útil para revelar as premissas de exclusão das teorias anteriores, e acabaram por abrir os estudos de gênero para muitas novas vozes. Porém, mesmo nos seus melhores momentos, as teorias tenderam a permanecer no terreno do reconhecimento, onde a subordinação era construída como um problema cultural e dissociado da economia política.³³⁰

Como consequência, os movimentos feministas ficaram sem defesa contra o fundamentalismo do livre-mercado tornado hegemônico, e a teoria feminista, tomada pela entusiasmante descoberta da política de reconhecimento, foi direcionada para questões culturalistas quando as políticas de redistribuição deveriam receber atenção redobrada em virtude das circunstâncias. E o feminismo se tornou nesta fase mal

³²⁸ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007, p. 296.

³²⁹ Ibid, loc. cit.

³³⁰ Ibid, p. 297.

sucedido por negligenciar os fatores político-econômicos e geopolíticos da realidade e falhando na oposição ao livre-mercado.³³¹

De acordo com Fraser, esta mudança da redistribuição para o reconhecimento faz parte de uma transformação histórica associada à globalização e relacionada à queda do comunismo e à ascensão do neoliberalismo. Neste período de passagem da primeira para a segunda fase dos movimentos feministas de segunda onda as transformações não se limitaram ao feminismo, e foram notórias em todos os movimentos sociais progressistas, nas tentativas de eliminar ou cooptar os sindicatos e partidos socialistas e na ascensão generalizada das políticas de identidade. No mundo todo, de formas diferentes, foram sentidas estas mudanças.³³²

Nos Estados Unidos, e de forma mais sutil na Europa Ocidental, as reivindicações políticas mudaram da luta por redistribuição para a luta por reconhecimento, e o foco social-democrata deu lugar à terceira via³³³ nos anos 90, seguindo a doutrina neoliberal. No antigo “Segundo Mundo”³³⁴, enquanto o comunismo silenciou as questões culturais ao pregar políticas distributivas para resolver os problemas econômicos

³³¹ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007 p. 293; 297

³³² Ibid, p. 298.

³³³ As terceiras-vias são respostas à crise do neoliberalismo situadas ainda no campo do horizonte liberal, consistindo assim em uma forma de organização da sociedade alternativa às outras duas formas possíveis, quais sejam, a sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção e a sociedade em que o governo controla ou administra toda a produção. In: GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

³³⁴ As expressões “Terceiro Mundo” – utilizada no presente trabalho como sinônimo de países do Sul ou em desenvolvimento –, “Primeiro Mundo” – que equivale a países desenvolvidos ou do Norte – e “Segundo Mundo”, surgiram após o fim da Segunda Grande Guerra, momento em que “as relações internacionais ditaram uma nova ordem mundial, baseada na divisão do mundo em três grandes blocos: o Primeiro Mundo, composto pela Europa Ocidental, pelos Estados Unidos e pelo Canadá e, posteriormente, também pelo Japão; o Segundo Mundo, composto pelos países socialistas-comunistas; e o Terceiro Mundo, integrado pelos países restantes.” In: ALVARES, Lúcia Capanema. **ONGs: Uma Alternativa Aos Descaminhos do Desenvolvimento. Caderno Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 5, n.10, p.39-62, jan./jul.2000. Já a designação “Segundo Mundo”, não mais utilizada no momento atual, conserva seu sentido originário para fins da pesquisa.

“reais”, seu fim alterou este quadro, deslegitimou a igualdade econômica e promoveu as lutas por reconhecimento, com destaque para as questões de nacionalidade e religião, desacreditando assim a política feminista.

No então chamado “Terceiro Mundo”, o fim da Guerra Fria enquanto competição bipolar reduziu o fluxo de ajuda para a periferia, a difusão e aplicação das políticas neoliberais de ajustamento estrutural diminuiu os projetos de redistribuição econômica no Sul global.

Neste cenário, as políticas identitárias na pós-colônia surgiram como resposta e os movimentos feministas foram também levados a atuar sem ter por base uma cultura política capaz de conduzir as lutas populares por vias igualitárias. De modo geral, então, “a mudança do feminismo da fase um para a fase dois ocorreu dentro de uma mais ampla matriz pós-comunista e neoliberal”, que demorou a ser compreendida pelas feministas, adiando o desenvolvimento dos recursos necessários para reivindicar a justiça de gênero nestas novas condições.³³⁵

A terceira fase dos movimentos de segunda onda, surgida em início do século XXI, encontra novas oportunidades nos espaços políticos e reinventa o feminismo como um projeto de política transnacional, capaz de reintegrar o melhor das fases antecedentes em uma apropriada síntese.³³⁶

Na transição entre a segunda e terceira fase do feminismo de segunda onda, torna-se necessário reparar o erro da fase dois e reunir as políticas de redistribuição e de reconhecimento, enquanto duas dimensões essenciais da política feminista.³³⁷

A hegemonia global capitalista, a privatização, o crescimento do ódio religioso, étnico e racial que caracterizam a realidade contemporânea vêm acompanhados, em seu contexto, por uma série de fatores relevantes nas últimas duas décadas que são consequências da globalização hegemônica, também chamados “virada à direita”, que desafiam as lutas feministas no mundo todo. São eles, a diminuição da capacidade de autogoverno de nações desfavorecidas, acompanhada do

³³⁵ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007, p. 298-299.

³³⁶ Ibid, p. 293.

³³⁷ Ibid, p. 303.

aumento da significância de instituições supranacionais³³⁸ e corporações capitalistas transnacionais como a União Europeia e a Organização Mundial do Comércio; a hegemonia do neoliberalismo e a naturalização dos valores capitalistas, influenciando a vida cotidiana das pessoas; o aumento dos fundamentalismos religiosos com sua retórica racista e machista; e os díspares estabelecimentos de “vias de informação”.³³⁹

Para se contrapor ao crescente poder do neoliberalismo, correntes feministas que operam nos espaços transnacionais realizam a junção entre redistribuição e reconhecimento e transformam a escala da política feminista por compreenderem que, diante da vulnerabilidade das mulheres frente às forças transnacionais, o quadro institucional do Estado não é mais suficiente para se combater a injustiça de gênero. Isto porque as fontes de injustiça atravessam fronteiras e integram as relações sociais transnacionais. Decisões internas influenciam mulheres fora do território estatal; mulheres no mundo todo são afetadas por decisões de organizações governamentais e não-governamentais, internacionais e supranacionais; e a opinião pública transnacional emerge e ultrapassa fronteiras pelos meios de massa globais. Estas forças transnacionais atuam na manutenção da injustiça de gênero, e portanto a garantia do bem-estar feminino passa por processo transfronteiriços e intraestatais.³⁴⁰

O feminismo contemporâneo ultrapassa os territórios nacionais, uma vez que os desafios por ele enfrentados vão além das fronteiras estatais, superando antigos limites e significando um novo grau de alcance para as ações políticas, fazendo-se possível, pela primeira vez, perceber o fluxo do movimento em uma perspectiva crítica entre pensamento e prática feminista na virada da terceira fase dos movimentos feministas de segunda onda.³⁴¹

Restringir as demandas políticas à esfera estatal vira assim um

³³⁸ Supranacionalidade refere-se a “[...] um poder de mando superior aos Estados, resultado da transferência de soberania operada pelas unidades estatais em benefício da organização comunitária, permitindo-lhe a orientação e a regulação de certas matérias”. In: STELZER, Joana. **União Européia e supranacionalidade: desafio ou realidade?** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004. p. 75.

³³⁹ MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 77.

³⁴⁰ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007, p. 303-304.

³⁴¹ MATOS, Marlise, op. cit., p. 79.

veículo de injustiça ao dividir o espaço político e impedir a contestação feminista das forças opressoras que estão além do Estado, como outros Estados mais poderosos e empresas transnacionais. Por outro lado, tanto as estruturas da governança econômica mundial quanto o sistema interestatal excluem a tomada de decisões democráticas na esfera transnacional no que se refere à justiça de gênero, e por isso, hoje, as lutas feministas por redistribuição – que questionam as estruturas políticas e econômicas da União Européia e as estruturas de governança da economia global – e reconhecimento pretendem mudar esta situação, visualizando além da fronteira nacional.³⁴²

Para Fraser, “sob o abrangente *slogan* ‘direitos das mulheres, direitos humanos’, feministas ao redor do mundo estão conectando as lutas contra as práticas patriarcais locais a campanhas para reformar o direito internacional.”³⁴³ Neste novo momento dos movimentos feministas há uma busca por reenquadramento, unindo as preocupações interligadas de má distribuição e não reconhecimento com uma terceira dimensão da justiça de gênero, qual seja, a representação. Aqui, representação não significaria apenas conferir às mulheres voz nas comunidades políticas existentes, mas também reenquadrar as lutas por justiça que não são contidas nos regimes já estabelecidos. Nota-se, portanto, que a representação pressupõe a existência de um mau enquadramento no cenário atual, que consiste na inadequação das instituições Estatais para tratar de fontes transnacionais de justiça.³⁴⁴

Assim, as lutas por redistribuição e reconhecimento só poderão ser bem-sucedidas se acompanharem a luta por representação, e o mau enquadramento surge como o escopo principal da política feminista na sua fase transnacional. “Logo, ao contestar o mau enquadramento, o feminismo transnacional está reconfigurando a justiça de gênero como um problema tridimensional, no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada”.³⁴⁵

Nesta terceira fase do feminismo de segunda onda são importantes os espaços transnacionais em que se encontram as agências das Nações Unidas e do Fórum Social Mundial, nos quais as feministas se aliam a ambientalistas, ativistas do desenvolvimento e povos

³⁴² FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007, p. 304.

³⁴³ Ibid, loc. cit.

³⁴⁴ Ibid, p. 305.

³⁴⁵ Ibid, loc. cit.

índigenas, enquanto atores transnacionais progressistas, para desenvolver uma política tridimensional e combater, com equilíbrio, a má distribuição, o não-reconhecimento e a má representação. Portanto, a terceira fase dos movimentos feministas de segunda onda está vinculada à ampliação da atenção nas fronteiras transversais entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração (no jargão de Fraser: nas transfronteiras).³⁴⁶

Esta fase final dos movimentos feministas de segunda onda, por todo o exposto, pode superar as deficiências das duas fases anteriores.³⁴⁷

Há que se fazer uma ressalva, contudo, quanto à percepção de Fraser, com base na crítica elaborada por Chandra Mohanty, para quem as dimensões locais e localizadas que definem a categoria do “universal” devem ser consideradas. Mohanty assim chamaria a atenção para a necessidade de se substituir esta universalização enviesada pela possibilidade de se construir uma solidariedade feminista básica não-colonizadora e transversalizadora de fronteiras, em que a base solidária seria solidificada pelas diferenças compartilhadas entre diferentes perspectivas do feminismo do Primeiro e do Terceiro Mundo. Assim seria possível encontrar possíveis conexões e compartilhamento nas diferenças capazes de construir coalizões e solidariedade transversalizadoras.³⁴⁸

Em que pese a crítica elaborada, a divisão dos movimentos feministas de segunda onda elaborada por Fraser será utilizada no presente trabalho, fazendo-se entretanto a ressalva de que, subjacente a esta percepção geral/generalizadora, existem diferenças e peculiaridades locais que constroem o feminismo nos diferentes espaços e países. De modo geral, a análise dos movimentos feministas de segunda onda na pesquisa ora carreada tem por enfoque o feminismo contemporâneo ocidental, que tem suas principais correntes teóricas desenvolvidas e se apresenta mais avançado politicamente nos Estados Unidos e Europa, mas que ultimamente observa grandes contribuições intelectuais e acadêmicas vindas do Sul, em especial da América Latina.

Por todo o exposto, se conclui que um novo modelo de teoria

³⁴⁶ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007, p. 305.

³⁴⁷ Ibid, p. 305-306.

³⁴⁸ MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes” Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggle. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 2, 2002, p. 503.

crítica feminista pode contribuir para o avanço da democracia e da justiça em tempos globalizados.³⁴⁹

3.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Conforme mencionado anteriormente, os movimentos feministas de segunda onda ocorreram no período compreendido entre a década de 60 do século XX até os dias de hoje – período em que começa a se desenvolver a globalização hegemônica, conforme explicitado no capítulo 1. Estes movimentos, por representarem uma resistência aos efeitos nocivos ocasionados também pela globalização hegemônica às mulheres, compõem o que se convencionou chamar aqui de “globalização contra-hegemônica”, motivo pelo qual serão focalizados na presente pesquisa. Sendo assim, figura como objetivo deste estudo, verificar se em sua atuação estes movimentos contribuem efetivamente como resistência à globalização hegemônica, o que será feito na sequência.

Na análise realizada, foram identificadas três grandes consequências positivas dos movimentos feministas em sua segunda onda, diretamente relacionadas a efeitos nocivos trazidos pela globalização hegemônica às mulheres no mundo, e que atualmente, acabam por refletir em outros movimentos e causas. São elas, a conscientização das mulheres no mundo, responsável por uma revolução irreversível que abalou as bases da dominação masculina; as mudanças institucionais, políticas e normativas observadas nas Relações Internacionais como consequência das reivindicações feministas; e por fim, a transversalização das lutas promovidas pelo feminismo – a partir da terceira fase dos movimentos feministas de segunda onda iniciados no início do século XXI –, capaz de agregar diferentes reivindicações em prol do combate aos efeitos nocivos da globalização, não só às mulheres, mas a todas as classes e grupos de indivíduos desfavorecidos do mundo.

³⁴⁹ MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 88.

3.3.1 A Conscientização Feminina

Os movimentos feministas de segunda onda cumprem sua função de conscientização das mulheres no mundo ao contestar, em fins do século XX e início do século XXI, com o auxílio dos avanços tecnológicos-informacionais e comunicacionais, e associados ainda aos processos de transformação do trabalho feminino analisados no capítulo 2, o modelo de família centrado no poder do homem. Para Castells, esses processos são impulsionados pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado, somado às mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e ao crescimento de uma economia informacional global, tendências surgidas a partir do final da década de 60 do século XX.³⁵⁰

A economia global atua neste processo, como aduzido no item 2.2 acima, por meio da grande incorporação da mulher na força de trabalho remunerado, que se por um lado sobrecarregou as mulheres com jornadas quádruplas como mãe, trabalhadora, organizadora do lar e esposa, por outro abalou a legitimidade da dominação masculina baseada no sustento da família e assim ampliou seu poder de barganha.³⁵¹

Os desenvolvimentos informacionais decorrentes do fenômeno global contemporâneo, por sua vez, geraram mudanças tecnológicas e avanços no processo de reprodução da espécie – anticoncepcionais, fertilização *in vitro* e crescente manipulação genética – que influenciam por conceder às mulheres controle cada vez maior sobre o momento e frequência das gestações.³⁵²

Estes mesmos desenvolvimentos possibilitaram ainda o aumento do intercâmbio e da comunicação internacionais e têm promovido melhorias na situação das mulheres ao, além de criar as aduzidas novas oportunidades para trabalho gerador de renda, expor países a normas³⁵³ e promover a difusão de ideias. Embora algumas sociedades resistam a

³⁵⁰ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 170.

³⁵¹ *Ibid*, loc. cit.

³⁵² *Ibid*, p. 169.

³⁵³ Durante a segunda metade do século XX observou-se uma complexificação do cenário internacional, com destaque para o aumento da cooperação entre os países e o surgimento das Organizações Internacionais (OIs) como importantes atores internacionais, fatores que possibilitaram o aparecimento de um crescente conjunto de normas internacionais destinadas a, entre outros objetivos, promover a proteção dos Direitos Humanos das Mulheres.

estas noções, outras gradualmente abandonam regras e práticas que serviram para subordiná-las e restringi-las. Normas e instituições internacionais podem, no mínimo, dar às mulheres mais uma fonte de poder para pressionar por reformas domésticas, e defensores dos direitos das mulheres em nível nacional podem insistir que seus governos correspondam aos padrões e compromissos internacionais.³⁵⁴

No que diz respeito às lutas das mulheres ora abordadas, repisa-se, de acordo com o item 3.2.3, que a partir de 1975 se observa um levante global feminino contra sua opressão, com diferentes nuances dependendo da cultura e do país, fazendo surgir uma grande conscientização, principalmente nos países industrializados, mas que se difunde por todo o planeta, consistindo na mais importante das revoluções, um processo irreversível.³⁵⁵

As transformações observadas na atualidade com relação à dominação masculina são, portanto, decorrentes das quatro tendências ou elementos: 1) a reconfiguração da economia e do mercado de trabalho decorrente da economia global informacional e das empresas integradas em rede; 2) os avanços tecnológicos, em especial na medicina, biologia e farmacologia; 3) a rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada, “em um mundo interligado por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas, estendendo-se por todo o planeta”³⁵⁶; e 4) o desenvolvimento do movimento feminista impulsionado pelas transformações econômicas e tecnológicas.

Três dos quatro elementos aduzidos foram analisados em momentos anteriores do presente estudo e são intimamente relacionados com a própria globalização hegemônica: a questão da mão-de-obra feminina remunerada foi devidamente discutida nos itens 2.1.1 e 2.1.2 acima; já os avanços nas áreas de reprodução humana e comunicação foram proporcionados pelos desenvolvimentos tecnológicos, que apresentam relação de reciprocidade com o fenômeno global atual e foram debatidos no decorrer de todo o capítulo 1. Quanto ao quarto elemento supramencionado - qual seja, o desenvolvimento dos movimentos feministas, especialmente em sua segunda onda,

³⁵⁴ SANDHOLTZ, Wayne; KITTILSON, Miki Caul; GRAY, Mark M. Women and Globalization: A Study of 180 Countries, 1975-2000. **International Organization**, v. 60, n. 2, 2006, p. 327.

³⁵⁵ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 170.

³⁵⁶ Ibid, p. 172.

devidamente abordados no presente capítulo, possui uma relação dialética com o fenômeno global, influenciando-o e sendo influenciado por ele. Conclui-se, portanto, que o gérmen da transformação na estrutura de dominação masculina decorre do fenômeno global contemporâneo com grande impulso das reivindicações feministas, observando-se aí, grandes mudanças sociais e possibilidades de conquistas ainda mais promissoras.

Daí ser possível afirmar que a crise da família patriarcal ou o processo de corrosão do patriarcalismo, conforme Castells, acaba por ser induzido acidentalmente pela globalização hegemônica e perseguido intencionalmente pelos movimentos feministas.³⁵⁷ No entender do autor, algumas mudanças sociais são indicadores da crise da família patriarcal enquanto modelo familiar baseado na dominação do homem. A primeira delas seria o crescente aumento no número de divórcios observados em nossa sociedade³⁵⁸ indica a insatisfação com o modelo de família embasado no comprometimento duradouro e gera cada vez mais lares de solteiros ou formados por apenas um dos pais, situações que enfraquecem as estruturas de dominação. A segunda situação indicativa da mudança seria a demora na formação de casais³⁵⁹ e o aumento de relacionamentos sem casamento, uma vez que a falta de legalização também enfraquece a autoridade familiar masculina. Em terceiro lugar, com as diferenças nas taxas de mortalidade entre os sexos e aumento da expectativa de vida da população³⁶⁰ aumenta também a diversidade de

³⁵⁷ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 277-278.

³⁵⁸ No geral, a tendência foi de um aumento no número de divórcios, passando, no período de 2002 a 2006, de mais de quase 60.641 para 72.396 no México, de 135.564 para 164.974 no Brasil, de 67.256 para 94.040 no Irã, de 16.363 para 20.981 na Suíça. UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Demographic Yearbook. **Divorces and crude divorce rates, by urban/rural residence: 2002-2006** (Released: 21 July 2008). Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/mar/mar2.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

³⁵⁹ A idade média das mulheres no primeiro casamento é muito maior no início do século XXI, e jovens em todo o mundo se casam mais velhos do que seus pais. A porcentagem de mulheres que hoje se casam antes dos 20 anos é substancialmente menor do que em gerações anteriores, e idade média de casamento é crescente em quase todas as regiões. In: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010 - Trends and Statistics**. New York, 2010, p. 14.

³⁶⁰ Segundo dados da ONU, existe no mundo uma "espiral de gênero", com mais meninas e homens nos grupos etários mais jovens, até os 24 anos, e mais

estruturas familiares e os lares de solteiros ou uniparentais. Em quinto lugar, as inconstâncias familiares e o aumento da autonomia reprodutiva das mulheres ampliam o número de famílias formadas apenas por mães e filhos, enquanto por outro lado cresce o número de mulheres que limita o número de filhos³⁶¹ ou adia a chegada do primeiro em virtude de dificuldades econômicas. Todas estas estruturas se reforçam e são influenciadas pela transformação do arquétipo de família, com a queda do modelo em que o homem apresenta o poder central.³⁶²

Por todo o exposto se depreende que os movimentos feministas, enquanto instrumentos de conscientização e somados a condições específicas decorrentes do fenômeno global contemporâneo, ajudam a compor um quadro de enfraquecimento da dominação masculina e mudanças concretas nas relações de gênero.

Contudo, embora abalada, a dominação masculina ainda dá sinais de que persiste viva, apesar da crise, mostrando que são muitos os desafios a serem vencidos pelo feminismo, dentre eles, os movimentos fundamentalistas³⁶³ que ganham força em vários países e tentam reverter o processo de corrosão da família patriarcal.³⁶⁴ Daí a importância dos movimentos feministas para combater a subordinação das mulheres

mulheres nos grupos etários mais velhos. A partir dos 30 anos o número de mulheres é significativamente maior do que o número de homens. Um dos fatores desta discrepância é a expectativa de vida relativamente baixa dos homens de 60,4 anos de idade em 2006 comparada com a das mulheres de 73,2 anos. In: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010** - Trends and Statistics. New York, 2010, p. 1; 7.

³⁶¹ No período de 1950-2010 o a taxa total de fertilidade no mundo caiu pela metade, de cerca de 5 crianças para cerca de 2,5, e esta tendência das mulheres a terem menos filhos é observada em todas as regiões do mundo, embora com intensidades diferentes. In: *Ibid*, p. 8.

³⁶² CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 174.

³⁶³ Fundamentalismo é caracterizado pela negação da modernidade, que por sua vez é marcada pela dependência de toda experiência do mundo da ciência. Na modernidade, “o desenvolvimento de uma moral sexual mais permissiva, [...] a integração de mulheres ao mercado de trabalho e a conseqüente mudança do seu status social, a diminuição das chances de controle das crianças pelos pais, a elevação do número de divórcios etc. formam o campo ‘moderno’, no qual uma relação tradicional entre os sexos se vê obrigada a uma redefinição.” Neste sentido, o fundamentalismo moderno pode ser denominado um ‘movimento patriarcal de protesto’. In: BONI, Luis Alberto de (org.). **Fundamentalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 18.

³⁶⁴ CASTELLS, Manuel, op. cit., p. 278.

pelos homens.

3.3.2 Influência nas Instituições Internacionais

Repisando-se o disposto no capítulo 1, o cenário global, a partir da segunda metade do século XX, passou a ser alterado pela globalização, em sua quarta e última onda, em virtude de seus desenvolvimentos tecnológicos, científicos e informacionais, do contexto político e de sua ideologia economicamente expansionista.

Somado a este fator, no cenário internacional se observa o surgimento de novos atores, dos quais se destacam as organizações internacionais (OI), as organizações não-estatais (ONGs) e as empresas transnacionais (ET), configurando-se uma nova sociedade, a sociedade internacional contemporânea, que apresenta crescente complexidade e polaridade incerta. Inaugura-se assim um mundo multicêntrico e interdependente, composto por várias coletividades dispostas à cooperação e integração num sistema internacional mais integrado e institucionalmente regulamentado.³⁶⁵

Os atores passaram então a contribuir na articulação de políticas comuns, realização de acordos e regimes técnicos, constituição de redes de cooperação em vários âmbitos, constituição de uma cidadania global e aumento dos fluxos de comércio e financeiros.³⁶⁶ Estabeleceram-se e se multiplicaram tratados e normas internacionais, programas de ação e órgãos destinados a lidar com os problemas internacionais.

Para atingir o intuito proposto no estudo ora desenvolvido serão abordados com destaque, dentre os atores internacionais as OI – enquanto organismos importantes na elaboração e controle de cumprimento das normas e políticas internacionais – e dentre as OIs, a Organização das Nações Unidas.

As organizações internacionais surgiram da necessidade de aproximação e cooperação entre os Estados para atingir objetivos comuns, em um mundo cada vez mais transformado e condicionado pelos avanços científicos nas áreas de tecnologia e informação. Seu papel no cenário internacional, no entanto, foi muito além da simples cooperação e proporcionou – com o auxílio e como decorrência desses avanços e inovações – não só a crescente integração entre os países, como também o surgimento de novos atores internacionais, a

³⁶⁵ BEDIN, Gilmar Antônio. *A sociedade internacional e o século XXI*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, p. 267; 269-270.

³⁶⁶ *Ibid*, p. 270.

multiplicação dos acordos ou tratados e fórum internacionais, o aumento da interdependência global e o aparecimento de uma esfera transnacional de atuações.

A Organização das Nações Unidas (ONU) configura um dos modelos de organização internacional multilateral. Surgida após a Segunda Guerra Mundial como resultado da soma de esforços entre os países vencedores desse conflito e seus aliados, apresenta como objetivo fundamental garantir a paz e a segurança internacionais. As Nações Unidas, ao assumir tão complexa missão, tiveram seu número de membros quase quadruplicado no decorrer da segunda metade do século XX.

A nascente Organização marca a intenção da Comunidade Internacional em constituir mecanismos multilaterais de cooperação para solucionar problemas da ordem mundial. A Instituição, até os dias de hoje, configura o exemplo de significativo esforço de cooperação já formalizado, em que pesem as grandes dificuldades que atualmente vêm enfrentando.³⁶⁷

A adesão maciça dos Estados nacionais ao longo das décadas – como decorrência dos processos de desmembramento de Estados federados da Europa Oriental e do fenômeno de descolonização – conferiu à ONU não apenas maior universalismo, mas também destacada complexidade a sua estrutura orgânica e o aumento de competências³⁶⁸: à medida em que “se reforçam seus poderes de

³⁶⁷ Os problemas apresentados pela ONU e a necessidade de sua reforma consistem em tema recorrente e de extrema relevância para as Relações Internacionais na atualidade. Sobre a questão, Monica Hertz afirma que a importância das Nações Unidas nos âmbitos normativo e operacional em matérias centrais como segurança, desenvolvimento e direitos humanos é notória, mas faz-se necessário reestruturar as operações, normas e princípios da Organização, com o intuito de adaptá-la e revigorá-la, para que sejam elaboradas propostas relevantes ao cenário atual. No entender da autora, a profusão de discussões a respeito da reforma da organização resulta do seu descongelamento com o fim da Guerra Fria, da incorporação de novas atividades e da consciência sobre a independência entre nações soberanas. Seguindo em sua análise, Hertz afirma que, neste sentido, existe uma mobilização para transformar a ONU, em especial no que concerne à sua atuação em operações de segurança e na atuação do Conselho de Segurança, diante das mudanças culturais e da nova distribuição de poder no sistema internacional. In: HERTZ, Mônica . Brasil e a reforma da ONU. **Lua Nova**, n. 46. 1999, p. 77-78.

³⁶⁸ No que tange à corrente discussão sobre a necessidade de reforma e a complexificação de seu papel, Mônica Hertz destaca que a ONU, em sua

decisão para fazer frente às exigências derivadas da interdependências dos problemas técnico-econômicos e da manutenção da paz e segurança internacionais”.³⁶⁹

Em virtude de seu multilateralismo, universalismo, objetivos e competências, a ONU consiste na jurisdição em âmbito global para normatização, promoção e defesa dos direitos humanos e dos direitos das mulheres. Em seu âmbito foi firmada a Declaração Internacional dos Direitos Humanos em 1948 e todos os outros Pactos e Declarações subsequentes relacionados à questão em nível mundial.

As Nações Unidas começaram a levar a sério a "questão da mulher" em 1975. Naquele ano, ao organizar no México a primeira conferência internacional explicitamente dedicada ao "segundo sexo" – a Primeira Conferência Mundial Sobre a Mulher –, que as agências de desenvolvimento tinham até então praticamente ignorado, a ONU inaugurou um novo capítulo da história do desenvolvimento que ainda está para ser concluído. Durante os últimos 25 anos, uma série de conferências mundiais têm sido realizadas para atrair a atenção dos grandes formuladores de políticas globais para a denominada metade da humanidade e para forjar ferramentas para uma progressiva, mas radical reforma nas tradicionais relações de gênero. Depois do México, a II, III e IV Conferências Mundiais sobre a Mulher, ocorridas respectivamente em Copenhague (1980), Nairobi (1985) e Beijing (1995), ofereceram inúmeras oportunidades para o sistema das Nações Unidas mobilizar a comunidade internacional em torno desta crescentemente delicada questão.³⁷⁰

A incorporação da perspectiva de gênero nas conferências mundiais, como de Viena³⁷¹ e também as quatro Conferências Mundiais

evolução, adquiriu novas problemáticas, em especial no campo sócio-econômico, o que gerou diversas deformações estruturais, como problemas de coordenação, duplicação de atividades e definição de jurisdições. A autora aponta que o aumento de atividades da organização gerou também maior demanda de recursos financeiros, já escassos, e a fragilidade da capacidade militar da ONU fica cada vez mais clara e grave, em especial no que se refere ao controle das operações autorizadas pelo Conselho de Segurança. In: HERTZ, Mônica. Brasil e a reforma da ONU. **Lua Nova**, n. 46. 1999, p. 83.

³⁶⁹ DIEZ DE VELASCO, Manuel. **Las Organizaciones Internacionales**. 10.ed. Madrid: Tecnos, 1997, p. 40.

³⁷⁰ BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, 2003, p. 633.

³⁷¹ Na Segunda Conferência Mundial de Direitos Humanos, ou Convenção de

sobre a Mulher, comprova a ampliação dos direitos humanos das mulheres. A diferença deixa de ser o motivo para exclusão e passa a apoiar a incorporação da perspectiva de gênero aos discursos sobre direitos humanos, com base na percepção de que, os efeitos diferenciais de uma categoria importante como o gênero devem ser analisados no contexto mais amplo dos direitos humanos. Portanto, se no passado a distinção entre mulheres e homens justificou a marginalização dos direitos das mulheres e as desigualdades de gênero, atualmente a diferença das mulheres indica a responsabilidade das instituições de direitos humanos de incorporar uma análise de gênero em suas práticas e análises teóricas.³⁷²

As Nações Unidas têm desempenhado um papel principal em definir padrões internacionais. Pouco após a I Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em 1975, no México, foi adotada pela ONU a Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW³⁷³), frequentemente descrita como a Carta de Direitos Humanos para as Mulheres, contando com um total de 187 Estados - partes.³⁷⁴

Viena, realizada naquela cidade em 1993, houve avanços no que tange aos direitos das mulheres com a inclusão do seguinte dispositivo: “Os direitos do homem, das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena e igual das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural, em nível nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo constituem objetivos prioritários da comunidade internacional”. In: OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero**. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

³⁷² MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 88.

³⁷³ Na sigla em inglês para ‘Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women’ (CEDAW). In: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for the Advancement of Women. **Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women**. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>. Acesso em 05 dez. 2011.

³⁷⁴ UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for the Advancement of Women. **Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Overview of the Convention**. Disponível

Como decorrência e por determinação da CEDAW, foi instituído o Comitê CEDAW, com o intuito de verificar o progresso obtido com relação aos direitos da mulheres nos Estados-partes da Convenção. Instituído em 1979, entrou em vigor em 1981 e marcou o auge desses esforços.³⁷⁵ Mais recentemente, a inclusão de maus tratos às mulheres como um crime sujeito a processo sob a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, a criação de um Relator Especial para as Nações Unidas sobre violência contra as mulheres, e a elaboração de um protocolo adicional voluntário à Convenção de 1979 (CEDAW) que prevê sanções são todos sinais extremamente importantes de progresso. Outro avanço legal por parte da Organização Internacional do Trabalho, uma agência das Nações Unidas, é a criação de uma lei garantindo o direito à igualdade das condições de trabalho e remuneração, bem como o plano de ação 1987 para igual tratamento e oportunidades para homens e mulheres no local de trabalho.³⁷⁶

Os últimos vinte anos testemunharam uma mudança substancial. Enquanto a questão dos direitos das mulheres não era considerada de qualquer interesse real durante a primeira metade da existência da Organização das Nações Unidas, a preocupação com a situação da mulher passou a ter crescente importância, até que se situou corretamente no centro discursivo de todas as instituições internacionais. Nem uma única organização internacional falhou em introduzir o conceito de gênero em sua missão declarada e publicações, embora as boas intenções nem sempre levem à prática real. Ao longo dos últimos anos, instituições internacionais têm posto coletivamente em prática uma série de procedimentos que, teoricamente devem permiti-las incluir o gênero de forma sistemática em todas as suas análises e trabalhos de campo.³⁷⁷

Quanto à atuação da ONU na proteção dos direitos das mulheres, ganham ainda destaque a ONU Mulher e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA³⁷⁸).

em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>. Acesso em 05 dez. 2011.

³⁷⁵ UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for the Advancement of Women. Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. **Overview of the Convention**. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>. Acesso em 05 dez. 2011.

³⁷⁶ BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, 2003, p. 636.

³⁷⁷ Ibid, loc. cit.

³⁷⁸ Na sigla em inglês para 'United Nations Population Fund', originária da

A ONU mulher³⁷⁹, ou Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher, surgiu em julho de 2010, como um passo histórico por parte dos membros das Nações Unidas para efetivar os direitos das mulheres.³⁸⁰

Já o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), tem desempenhado um papel crucial na assistência aos países do Sul com planejamento familiar e controle de natalidade e na defesa do reconhecimento do direito das mulheres a controlar sua própria reprodução. A agência tem sido instrumental em conectar o declínio do crescimento populacional com o progresso em condições para as mulheres em todo o mundo.³⁸¹

O UNFPA trabalha para acabar com a violência de gênero e promove o aumento da consciência dos pontos fortes das mulheres, vulnerabilidades e necessidades de uma variedade de situações e questões, como emergências humanitárias, as alterações climáticas e migrações. Ele reconhece os direitos, perspectivas e influências de homens e meninas e procura envolvê-los na promoção da igualdade de gênero e melhora da saúde reprodutiva.³⁸²

Finalmente, agências da ONU têm produzido e distribuído numerosas publicações sobre gênero e desenvolvimento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD³⁸³), entre outros,

denominação 'United Nations Fund for Population Activities', da qual surgir a sigla UNFPA. In: UNITED NATIONS POPULATION FUND. **About UNFPA**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/public/home/about/faqs>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

³⁷⁹ A ONU Mulher foi incorporado o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM na sigla em francês), criado em 1976 na sequência da conferência do México para lhe dar efetividade, foi o primeiro organismo da ONU criado enfrentar o problema da violência contra as mulheres no lar. BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, 2003, p. 636.

³⁸⁰ UNITED NATIONS WOMEN. **About UN Women**. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/about-us/about-un-women/>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

³⁸¹ BESSIS, Sophie, op. cit., p. 636-637.

³⁸² UNITED NATIONS POPULATION FUND. **About UNFPA**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/public/home/about>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

³⁸³ O PNUD é a rede das Nações Unidas para desenvolvimento global, uma organização que defende a mudança e liga países ao conhecimento, experiência e recursos necessários para ajudar as pessoas a construir uma vida melhor. Atua em 177 países, trabalhando com eles em soluções próprias para os desafios de

teve uma contribuição importante ao introduzir indicadores específicos de gênero em seu relatório anual de desenvolvimento humano a partir de 1995, muitas vezes, corajosamente tomando iniciativas que irritaram alguns Estados-Membros. Quase todas essas publicações sinalizam uma militância engajada em favor da transformação da relações de gênero e impulsionam os formuladores de políticas globais a dedicar mais tempo e recursos para esta questão.³⁸⁴

Os muitos compromissos importantes destacados acima ilustram como suas políticas de desenvolvimento têm evoluído enormemente desde que as Nações Unidas descobriram que nenhum projeto pode ser neutro com relação ao gênero e que o caminho para a efetivação dos direitos das mulheres inclui uma análise crítica e uma profunda reforma da lógica de desenvolvimento. E é aí que a lacuna entre teoria e prática se abre.

A ONU tem sido largamente incapaz de contornar a resistência dos Estados-membros e o conservadorismo de muitas sociedades nas quais seus programas estão localizados; por isso mesmo, sua incapacidade de contornar sua própria inércia burocrática tornou a organização incapaz de transformar a lógica do seu próprio engajamento.³⁸⁵

A onipresença das questões das mulheres na cena internacional criou um discurso inflado de boas intenções para projetos relacionados a mulheres ou gênero.³⁸⁶ Mas nem todos os organismos da ONU demonstram igual convicção com relação a um assunto que pode ser politicamente comprometedor. Enquanto algumas agências, programas e fundos têm estado na vanguarda da luta pela igualdade sexual, outros têm apresentado dificuldade em considerar as mulheres como algo além de uma subcategoria em um vasto emaranhado de populações vulneráveis que requerem projetos adaptados às suas necessidades. A implementação responsável de uma abordagem de gênero exige a importante elaboração de políticas destinadas a alterar a organização social e a divisão sexual do público versus privado, bem como das

desenvolvimento globais e nacionais. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **A world of development experience**. Disponível em: <http://www.beta.undp.org/content/undp/en/home/operations/about_us.html>. Acesso em: 5 dez. 2011.

³⁸⁴ BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, 2003, p. 637-638.

³⁸⁵ Ibid, p. 638.

³⁸⁶ Ibid, p. 634.

esferas econômica versus social. Para tanto, em princípio, requer a eliminação de todos os mecanismos ou dinâmica que sustentam a segregação sexual. As Nações Unidas estão ainda longe da realização de tais objetivos. Ao renomear sua divisão das mulheres como uma divisão de Gênero em Desenvolvimento em 1992, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) claramente quis demonstrar que as questões de gênero eram doravante de importância central, mas a agência não construiu políticas de gênero concretas em suas estratégias globais.³⁸⁷

A preocupação das Nações Unidas com a questão das mulheres tem sido contínua desde 1975. A partir desse ano, e até 1985, as Nações Unidas celebraram a década da mulher, na qual puseram a questão das mulheres na ordem do dia das organizações internacionais e destacaram a amplitude das mobilizações feministas e seu impacto, tanto nos países “desenvolvidos” como nos países “em desenvolvimento”.³⁸⁸

A Conferência de Beijing, que reuniu nada menos que 30 mil mulheres, levou a uma grande reflexão das Nações Unidas sobre as mulheres e desenvolvimento, anunciando uma nova estratégia internacional e um plano de ação com enfoque no gênero e nos efeitos da divisão econômica, social e cultural dos trabalhos tanto produtivo quanto reprodutivo. Ao fazê-lo, as Nações Unidas respondem à profunda evolução conceitual dos estudos feministas nas últimas décadas do século XX e demonstram o impacto dos muitos e variados discursos e campanhas feministas, que se expandiram pelo globo no último quarto do século XX.³⁸⁹

Mais recentemente, em Junho de 2000, uma sessão especial da Assembléia Geral da ONU – “Beijing Mais Cinco” – ocorreu em Nova Iorque para analisar os progressos realizados desde Beijing. A preparação para Beijing Mais Cinco por si só encorajou o aumento do número de declarações em favor da aceleração das políticas de gênero dentro de praticamente todas essas organizações.³⁹⁰

No que se refere aos órgãos, discursos, normas e programas criados, além das práticas, eventos e publicações realizados pela ONU,

³⁸⁷ BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, 2003, p. 635-636.

³⁸⁸ DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **Historia de las mujeres em Occidente**. Buenos Aires: Taurus, 1993, p. 156.

³⁸⁹ BESSIS, Sophie, op. cit, p. 633.

³⁹⁰ Ibid, p. 633-634.

para fins do presente trabalho, ganha particular enfoque a realização e programação regular de conferências internacionais que, com a presença de um grande número de defensores da sociedade civil, tem sido um fator considerável na emergência de uma rede feminista global crescentemente visível nos níveis local, nacional e regional. Embora o movimento feminista ocidental do Norte tenha sido suficientemente forte e bem organizado para funcionar sem apoio da ONU, tal não foi o caso de movimentos de mulheres do Sul, que usaram as formações discursivas e as normas das Nações Unidas para legitimar sua existência e atividades. Conferências Internacionais apresentaram também uma oportunidade para que esses movimentos construíssem redes altamente estruturadas de informação e solidariedade. Elas também forneciam um fórum no qual as feministas ocidentais confrontaram a realidade de que não possuem o monopólio da luta pelos direitos das mulheres. Europeus e Norte-americanos podiam ver por si mesmos que, de diferentes formas e em diferentes línguas, a luta por justiça e igualdade era verdadeiramente global e que elas, como mulheres ocidentais não estavam necessariamente na melhor posição para assumir a liderança da batalha.

As Nações Unidas, influenciadas pelos temas trazidos pelas lutas feministas, têm facilitado ao longo das últimas décadas o surgimento e o florescimento de um movimento de mulheres organizado que tem sido bastante forte às vezes no Sul. Mas essas Conferências têm levado à ação concreta? Suas resoluções e planos de ação, em sua maior parte, não têm sido realizados, já que as Nações Unidas têm se mostrado incapazes de torná-los uma realidade nos países que se beneficiam da assistência da ONU. Mesmo assim, estas conferências têm servido como um tribunal para as demandas das mulheres de todos os cantos do globo e expõem a dura realidade dos desafios políticos, sociais e ideológicos para a evolução dos direitos das mulheres.³⁹¹

Portanto, os desenvolvimentos teóricos e ações práticas dos movimentos feministas por meio de protestos e campanhas a partir de 1975 influenciaram diretamente as ações da ONU com relação aos direitos das mulheres, gerando uma comoção e conscientização mundial que repercutiu na criação de instrumentos normativos, grupos de trabalho, órgãos e políticas e ainda na realização de congressos voltados à questão da mulher.

³⁹¹ BESSIS, Sophie. *International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits*. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, 2003, p. 637.

Há que se atentar muito para o fato de que o sucesso da abordagem de gênero – tão comum que se tornou uma parte regular de todos os discursos burocráticos – pode mascarar uma certa resistência no coração do sistema para a luta por direitos iguais às mulheres e por diversificação de seus papéis. A dificuldade reside no impacto político do assunto. O discurso institucional está frequentemente se generalizando, assim como os direitos das mulheres são frequentemente mencionados em todo o material lançado ao público, mas raramente referida nos documentos de trabalho internos. O que é pior, as mulheres são praticamente ausentes em organizações internacionais ou departamentos da ONU que lidam com questões estratégicas ou macroeconômicas.³⁹²

Um grande salto adiante ocorreu ao longo dos últimos anos, de tal forma que nenhuma instituição pode agora se dar ao luxo de ignorar o tema na esfera da cooperação internacional. Qualquer que seja a crítica que possa ser dirigida à Organização das Nações Unidas, deve-se reconhecer que a organização e as suas agências têm desempenhado um papel crucial durante o último quarto de século na difusão global das questões das mulheres, que já não podem ser ignoradas.

3.3.3 Transversalização das Lutas

Na história do pensamento ocidental, mulheres, negros e monstros têm em comum uma suposta proximidade com a natureza, em contraposição à qual um espaço civilizador deve ser criado a partir da segurança do mundo da cultura para controlar esses seres fronteiriços. Portanto, um discurso civilizador se funda nas oposições entre natureza e cultura: corpo versus mente, prazer versus razão, forma versus essência, matéria versus ideia etc. Faz-se essencial perceber que o discurso civilizador não se estrutura exclusivamente em um dos pólos dessa oposição, mas na disposição que coloca tais alternativas como algo inquestionável. Assim, a formação da sociedade moderna e de um discurso científico geraram imagens monstruosas de alteridade e a produção discursiva de corpos considerados exóticos e, no limite, abjetos.³⁹³

³⁹² BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, 2003, p. 645.

³⁹³ FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Estudos Feministas**,

Na sociedade medieval, em que a lógica econômica do mercado local restringia a circulação dos corpos, o monstruoso se associava à ideia de circulação imprópria. Já em uma sociedade em processo de expansão capitalista, que se moderniza tendo por base o comércio e a circulação de corpos e objetos transformados em mercadorias, uma outra lógica civilizadora teve que ser concebida. Dada a efetiva circulação de seres humanos no globo, as sociedades ocidentais já não podem então operar a partir da noção cultural de que existiria um lugar próprio para todas as criaturas. A circulação implica também a ideia de existência de um espaço vazio em que tudo possa ser trocado, intercambiado e, ao mesmo tempo, a necessidade de definir lugares próprios a partir dos quais o europeu, homem, branco, possa ser afirmado como centro do mundo civilizado.³⁹⁴

O discurso civilizador, para manter sua força, necessita de um jogo complexo de inclusão e exclusão de um/a Outro/a que, pela alteridade, funda sua identidade. A criação de um outro perigoso e monstruoso foi possibilitada pela expansão capitalista com a criação e a exibição de coleções de objetos, de animais e de seres humanos considerados exóticos. Na Europa do século XVIII popularizaram-se as cabines de curiosidades, os museus, as feiras, os circos e os zoológicos animais e humanos, o que abriu caminho para a criação de um outro monstruoso e perigoso, identificado, sobretudo, com os negros e as mulheres. Esse outro representaria o limite externo da humanidade, concebida em torno de ideias como razão, autocontrole, proporção, beleza, virilidade.³⁹⁵

A Razão, relacionada à auto-reflexão e ao colonialismo europeus, com a intenção de construir uma lógica civilizatória e capaz de servir aos interesses de uma elite dominante – formada pro homens, brancos, europeus e proprietários –, tece a visão obsessiva de subjetividade, contra cuja fixidez e pretensão universal deve se insurgir a ideia da subjetividade mutante, parcial, personificada, nômade que define o sujeito como um aparato complexo, dotado de memória e capaz de funcionar em meio a estruturas coletivamente negociadas. Opondo-se, portanto, à visão sedentária e monolítica da subjetividade clássica no Ocidente esta subjetividade nômade segue o chamado da desconstrução,

Florianópolis, v. 18, n. 3, set./dez. 2010, p. 812.

³⁹⁴ FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, set./dez. 2010, p. 812-813; 820.

³⁹⁵ Ibid, p. 833.

e assim não há nada mais a se fazer com a visão clássica do sujeito a não ser desfazê-la.³⁹⁶

Como o movimento feminista afirmou, o projeto transformador da subjetividade fixa começa com a renúncia aos hábitos de pensamento historicamente estabelecidos que forneceram a visão “padrão” da subjetividade humana e sua substituição por uma visão descentralizada e multidimensionada do sujeito como entidade dinâmica e mutante, contextualizada e em transformação constante – o sujeito nômade, que também pode ser chamado pós-moderno/industrial/colonial.³⁹⁷

O nômade consiste em figuração com apelo imaginativo e se caracteriza pela inexistência de qualquer senso de identidade fixa, se mostrando como uma forma de resistir à assimilação de formas dominantes de representar a si próprio. O estilo nômade significa transições e passagens, sem destinos pré-determinados ou terras natais perdidas. Portanto, o que define o estado nômade é a subversão das convenções, não o ato literal de viajar. Neste processo todo, as teorias feministas são desbravadoras por terem concebido a Mulher como o outro em sua imensa diversidade e não como “outro do mesmo”. As feministas, enquanto intelectuais críticas, apresentam uma consciência periférica, ou seja, por meio de uma percepção ou memória ativada contra a corrente elas percebem a injustiça e a pobreza simbólica e desempenham uma rebelião de saberes subjugados.³⁹⁸

Rosi Braidotti, em suas próprias palavras, apoia “figurações de subjetividade nômade, para agir como uma desconstrução permanente do falocentrismo eurocêntrico. Consciência nômade é o inimigo dentro desta lógica”³⁹⁹. Portanto, a desconstrução da ideia falocêntrica e eurocêntrica de uma consciência triunfante que pretende supervisionar a ação humana, em todos os seus aspectos faz erguer-se a consciência nômade.

O itinerário político do feminismo é marcado pelo nomadismo feminista, que apoia multiplicidade, complexidade, antiessencialismo, antirracismo e coalizões ecológicas. Feministas nômades buscam, sempre respeitando a diversidade das mulheres e a multiplicidade dentro

³⁹⁶ BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade. Tradução de Roberta Barbosa. **Labrys**: estudos feministas, Brasília, n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem>>. Acesso em: 2 nov. 2011, p. 14.

³⁹⁷ Ibid, p. 2; 10.

³⁹⁸ Ibid, p. 10-11.

³⁹⁹ Ibid, p. 13-14.

de cada mulher, desfazer as estruturas de poder que sustentam as oposições dialéticas dos sexos. Assim, expõem e explodem o racismo, o masculinismo, a violência masculina, e a monotonia destruidora de almas do patriarcado, e tentam combinar a complexidade dos sujeitos com o compromisso ao projeto de empoderamento das diferenças que o feminismo pode fazer.⁴⁰⁰

A noção de nomadismo se refere à ocorrência simultânea de muitos eixos de diferenciação como classe, raça, etnia, gênero, idade, e outros, que interagem uns com os outros na constituição da subjetividade. Contudo, falar como uma feminista acarreta o reconhecimento da prioridade do gênero em estruturar essas relações complexas.⁴⁰¹

Na medida em que as subjetividades se mostram múltiplas e complexas, constituídas pela interação de diversos fatores, torna-se importante considerar, como um significativo viés da luta feminista, a transversalização ou “interseccionalidade”, definida por Blackwell e Naber como as “articulações entre a discriminação de gênero, a homofobia, o racismo e a exploração de classe”, que se cruzam e complementam mutuamente. Esta intersecção se faz necessária à globalização contra-hegemônica, uma vez que a globalização depende de muitas maneiras da estratificação social, da discriminação sexual e da exploração de classe.⁴⁰²

De acordo com o aduzido anteriormente no item 3.2.3, na terceira fase do feminismo de segunda onda, que em sua política tridimensional congrega as lutas por redistribuição, reconhecimento e representação, são importantes para o reenquadramento, com vistas a combater problemas que vão além das fronteiras estatais, os espaços transnacionais em que se situam, por exemplo as Nações Unidas e o Fórum Social Mundial. Isto porque, nestes espaços as feministas, com o intuito de reivindicar direitos humanos e justiça social, se unem a ambientalistas, ativistas do desenvolvimento e povos indígenas, enquanto atores transnacionais progressistas.

⁴⁰⁰ BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade. Tradução de Roberta Barbosa. **Labrys: estudos feministas**, Brasília, n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem>>. Acesso em: 2 nov. 2011, p. 15.

⁴⁰¹ Ibid, p. 10.

⁴⁰² BLACKWELL, Maylei; NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 1999, p. 189; 195-196.

Com isto, torna-se hialina a vinculação da atual fase do movimento à necessidade de transversalização do conhecimento e da demanda por direitos humanos e justiça social, que leva à ampliação da atenção nas fronteiras transversais entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração (a que Fraser denomina transfronteiras). Desta feita, amplia-se a noção de direitos humanos e a base das mobilizações sociais e políticas a partir das lutas feministas.⁴⁰³

Assim, por exemplo, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), movimento emblemático desta fase do feminismo, teve início em uma manifestação pública no Canadá, em 1999, voltada a lutar contra a pobreza e a violência, e que desde então amplia seus intuítos e convoca os demais movimentos sociais a buscar “um outro mundo” – seria o altermundialismo – e novos direitos humanos, superando a herança histórica patriarcalista e capitalista, segundo disposto na “Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade”. A Carta expressa o intento pela transversalidade dos direitos humanos, provando que a MMM tem por objetivo se tornar uma organização feminista transnacional que se baseia em lutas antirracistas, antimachistas e nos ativismos antiglobalização, todas reivindicações coletivas da Marcha que a ajudam a se integrar com a pluralidade de tendências do feminismo contemporâneo, dos movimentos de mulheres de base local e global e com outros movimentos sociais, constituindo uma rede global de movimentos que parte dos níveis locais, regionais, nacionais, até os transnacionais.⁴⁰⁴

Com o intuito de combater associadamente a discriminação racial e a discriminação de gênero diversos esforços foram realizados em conferências mundiais, como a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, na África do Sul. No entanto, nada equivalente aos compromissos assumidos em Viena e Beijing com relação à incorporação de gênero no contexto da discriminação racial. A partir daí, o feminismo passou a utilizar o conceito de interseccionalidade – ou transversalização –, que diz respeito a uma agenda compartilhada de reivindicações entre gênero e raça.⁴⁰⁵

“As interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo,

⁴⁰³ MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 86.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 78.

⁴⁰⁵ *Ibid.* 87.

racismo, patriarcalismo”⁴⁰⁶, superando-se assim a visão simplificada de superposição de opressões. Neste sentido, deve-se destacar uma nova forma teórica – também transversal e interseccional – de compreender as questões de raça, gênero, sexualidade, classe e geração, fazendo-se premente a necessidade de se pensar em micro e macroestratégias de ação articuladas, integradas, transversais e intersetoriais, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil, como forma de tornar mais eficiente a resolução dos problemas sociais da atualidade.

Por meio de uma multidimensionalidade analítica adotada sob um viés crítico-feminista do campo de gênero e das inovadoras estratégias de difusão feminista, as mulheres buscam construir uma dinâmica política e científica que não aconteça de modo reducionista e limitado, mas que com ferramentas teóricas e reflexões metodológicas, seja responsável por formar gerações de pensadores acadêmicos e intelectuais e concretizar a institucionalização deste novo campo, além de produzir a sua visibilização e reforçar a sua consolidação.⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 88.

⁴⁰⁷ *Ibid*, p. 89-90.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo aqui desenvolvido, compreendendo em linhas gerais o fenômeno global e o surgimento da globalização hegemônica, bem como seus efeitos, com destaque àqueles impingidos às mulheres no mundo, passou-se a abordar a globalização contra-hegemônica, enquanto o conjunto de respostas surgidas aos problemas decorrentes da globalização hegemônica, considerando-se o cenário atual de transnacionalização das forças dominantes e redução do papel do Estado.

A globalização contra-hegemônica, desta forma, seria a resposta aos problemas sociais, culturais e ambientais, agora globalizados, decorrentes da atuação das forças da elite global e de um modelo de globalização dominante centrada na maximização de lucro e minimização dos custos, sem qualquer preocupação com as consequências prejudiciais deste processo. Como não se encontra contraposição efetiva para estas mazelas na esfera nacional, uma reação ou resistência só poderia então advir das coletividades, reunidas em torno de interesses comuns e se utilizando dos avanços e recursos decorrentes da própria globalização hegemônica.

Permeiam toda a abordagem da pesquisa realizada algumas ideias-base, como a existência de várias globalizações e a dicotomia entre globalização hegemônica ou de cima, e a contra-hegemônica ou de baixo. De fato, compreender o fenômeno global em sua amplitude não se mostra tarefa simples, e sendo assim, optou-se neste trabalho por um recorte teórico que direcione sua análise sob a ótica dos movimentos feministas.

Por definição, os movimentos feministas fazem parte da globalização contra-hegemônica, uma vez que, conforme constatado, insurgem-se também contra os efeitos perniciosos trazidos pela globalização hegemônica às mulheres. Enquanto movimentos atuantes e protagonistas de diversas realizações desde seu surgimento, consistem em imprescindível meio de análise para se verificar a obtenção de avanços reais para a globalização contra-hegemônica.

A presente pesquisa constatou, em seu momento final, a existência de conquistas decorrentes da atuação prática no cenário internacional dos movimentos feministas contemporâneos, denominados de segunda onda, na luta pelos direitos das mulheres contra as opressões resultantes da globalização de cima ou depredadora. São elas: a conscientização das mulheres no mundo, responsável por uma revolução

irreversível que abalou as bases da dominação masculina; as mudanças institucionais, políticas e normativas observadas nas Relações Internacionais como consequência das reivindicações feministas e; por fim, a transversalização das lutas promovidas pelo feminismo.

A conscientização das mulheres no mundo consiste em grande manifestação de poder ideológico dos movimentos feministas, responsável pela revolução silenciosa, que associada a outros fatores, como os avanços tecnológico-informacionais e as mudanças no setor trabalhista trazidas pela globalização hegemônica, contribuiu para instaurar uma crise na família centrada no poder do homem e, por conseguinte, na dominação masculina. Embora não se possa falar em proximidade do fim desta dominação, que continua de pé, porém abalado, o fato dos movimentos feministas de segunda onda ampliarem a conscientização e disseminarem as lutas e o debate da temática pelo mundo, por si só consiste em relevante avanço no processo de insurgência contra a subordinação feminina.

Assim, o reforço da subordinação feminina causado pela globalização hegemônica, especialmente na esfera social-trabalhista, ganha contraponto no aumento da percepção pelas mulheres da posição desvantajosa que ocupam – ou melhor, que continuam ocupando em um cenário globalizado.

Quanto às mudanças institucionais, políticas e normativas observadas nas Relações Internacionais como consequência das reivindicações feministas, referem-se à realização de Conferências Mundiais, instituição de organismos, adoção do discurso de gênero e elaboração de estudos no âmbito mundial, por meio, principalmente, da ONU, suas agências, programas e organizações vinculadas, voltados a abordar e obter progressos relativos à questão da mulher. Esta tendência, intensificada a partir de 1975, possui relação com a ampliação dos movimentos, teorias e protestos feministas no mesmo período, em que, por outro lado, se desenvolvia a globalização hegemônica tal qual se conhece hoje. As iniciativas advindas então das instituições internacionais, especialmente da ONU, vêm auxiliando no embate contra as desvantagens reforçadas e impingidas às mulheres pela globalização hegemônica.

No que tange à transversalização das lutas promovidas pelo feminismo, observada em um momento mais recente dos movimentos feministas de segunda onda – qual seja, sua terceira fase, iniciada no início do século XXI –, diz respeito à capacidade demonstrada por estes movimentos de agregar diferentes reivindicações em prol do combate aos efeitos nocivos da globalização às mulheres e a todas as classes e

grupos de indivíduos desprivilegiados do mundo. Isto porque, neste momento, o feminismo apresenta uma política tridimensional que reúne as reivindicações por redistribuição, reconhecimento e representação no espaço transnacional, que se concretiza por meio da associação entre feministas, ambientalistas, ativistas do desenvolvimento, povos indígenas e outros grupos étnico-culturais para pleitear justiça social, ampliando a noção de direitos humanos. Neste ponto específico, demonstra-se uma cooperação essencial dos movimentos feministas à globalização de baixo, pela congregação de interesses de coletividades vitimadas de formas distintas pela globalização de cima.

Devidamente apresentadas estas três grandes realizações do feminismo na esfera global, contrapondo-se às consequências danosas da globalização depredadora às mulheres no mundo, conclui-se, portanto, pela confirmação da hipótese elaborada para o presente trabalho e aduzida na introdução, uma vez que os movimentos feministas contemporâneos, denominados de segunda onda, ao atingirem conquistas reais na luta pelos direitos das mulheres, contribuem de forma prática e eficaz para a consecução do objetivo da globalização contra-hegemônica – qual seja, conter os efeitos sociais, culturais e ambientais nocivos advindos da globalização hegemônica – apresentando-se assim como um dos fatores determinantes rumo à sua efetivação.

Os movimentos feministas buscam ir além dos interesses das mulheres e congregar as diferentes categorias oprimidas e reivindicações, em um esforço crescente para despolarizar e recompor o mundo. Com sua atuação conseguem vitórias efetivas e, ao fazer isso, colaboram para o sucesso do movimento maior no qual estão inseridos, qual seja, a globalização contra-hegemônica, auxiliando assim um projeto global maior que visa dar ao mundo mais justiça social, valorização cultural e preservação do meio ambiente. Um projeto que pretende construir um mundo que não seja comandado apenas pelo capitalismo neoliberal, mas norteado pelo respeito aos direitos humanos, para as mulheres e para todos.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, Lúcia Capanema. ONGs: Uma Alternativa Aos Descaminhos do Desenvolvimento. **Caderno Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 39-62, jan./jul.2000.
- ARBIX, Glauco. Trabalho: dois modelos de flexibilização. **Lua Nova**, São Paulo, n. 37, p. 171-253, 1996. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n37/a09n37.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2011.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
- BARRAL, Welber, **Metodologia da pesquisa jurídica**. 2. ed. Florianópolis: Boiteux, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEDIA, Rosa Cobo. El género en las ciencias sociales. **Cuadernos de Trabajo Social**, Madrid, v. 18, p. 249-258, nov. 2005.
- BEDIN, Gilmar Antônio. **A sociedade internacional e o século XXI**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.
- BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 29, n. 2, p. 633-647, 2003.
- BLACKWELL, Maylei; NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 189-198, 1999.

BRAIDOTTI, Rosi. *Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade*. Tradução de Roberta Barbosa. **Labrys: estudos feministas**, Brasília, n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem>>. Acesso em: 2 nov. 2011.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO, Jaime Cesar. **Economia, Poder e Influência Externa: o Grupo Banco Mundial e as Políticas de Ajustes Estruturais na América Latina, nas Décadas de Oitenta e Noventa**. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CONNEL, Raewyn Wood. *Masculinities and Globalization*. **Men and Masculinities**, v. 1, n. 1, p. 3-23, 1998.

CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 10, 2007, Quito. **A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe**. Quito: Cepal, 2007.

DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger. **A sociedade civil global como instrumento de resistência à globalização desde cima: a importância da rede**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DELANTY, Gerard. **Citizenship in the Global Age: Culture, Society and Politics**. Buckingham: Open University Press, 2000.

DIEZ DE VELASCO, Manuel. **Las Organizaciones Internacionales**. 10.ed. Madrid: Tecnos, 1997.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **Historia de las Mujeres em Occidente**. Buenos Aires: Taurus, 1993.

FALK, Richard. **Globalización Depredadora**. Cambridge: Polity, 1999.

FEMINISMO de la Segunda Ola y Globalización. Rosa Cobo. Realização Angélica Ley e Victor Manuel Méndez. Produção de Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. 1 DVD (x min.): DVD, son., color. Ciclo de conferencias “feminismo, desarrollo y democracia”.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 811-836, set./dez. 2010.

FLORES, Joaquín Herrera. Feminismo y materialismo: hacia la construcción de un “Espacio Social Ampliado. In: RUBIO, David Sánchez; FLORES, Herrera Flores; CARVALHO, Salo de (coords.). **Anuário Ibero-Americano de Direitos Humanos. (2001/2002)**. Rio de Janeiro: Lumen- Juris, 2002.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. **Socialismo e globalização financeira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século: 1480-1520**. Tradução Rosa Freire D’Aguaiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HANNIS, Mike. What is Development? **The Land**, n. 09, 2010.
Disponível em: <<http://www.thelandmagazine.org.uk/articles/what-development>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HERTZ, Mônica . O Brasil e a reforma da ONU. **Lua Nova**, n. 46. 1999, p. 77-98.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KEANE, John. **Global Civil Society?** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KOLÁŘOVÁ, Marta. Gender and Globalisation: Labour Changes in the Global Economy. **Sociologický časopis/Czech Sociological Review**, Praga, v. 42, n. 6, p. 1241–1257, 2006.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 901-912, set./dez. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 805-821, set./dez. 2007.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropológica**, n. 284, Brasília, p.2-19, 2000.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista Sociologia Política**,

Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MICHAELIS online. **Moderno dicionário de inglês**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

MODELSKI, George; TESSALENO, Devezas. Political Globalization is Global Political Evolution. **World Futures: The Journal of General Evolution**, Philadelphia, v. 63, n. 5/6, p. 308-323, jun. 2007.

MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes” Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggle. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 2, p. 499-535, 2002.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NAGAR, Richa; LAWSON, Victoria; McDOWELL, Linda; HANSON, Susan. Locating Globalization: Feminist (Re)readings of the Subjects and Spaces of Globalization. **Economic Geography**, v. 78, n. 3, p. 257-284, jul. 2002.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero**. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

O’CONNOR, Monica; HEALY, Grainne. **The Links between Prostitution and Sex Trafficking: A Briefing Handbook**. Joint Project: Coalition Against Trafficking in Women (CATW) and European Women’s Lobby (EWL), 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Relações internacionais: a questão de gênero**. 1 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, v. 1.

_____, Odete Maria de. **Teorias globais: elementos e estruturas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 1.

_____. **Teorias globais e suas revoluções: fragmentações do mundo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

OLSSON, Giovanni. **Poder político e sociedade internacional contemporânea**: governança global com e sem governo e seus desafios e possibilidades. Ijuí: Unijuí, 2007.

_____. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá: 2003.

PASSET, René. Por uma estratégia do humano. In: CATTANI, Antonio David (org). **Fórum Social Mundial**: a construção de um mundo melhor. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PYLE, Jean L.; WARD, Kathryn B. Recasting our Understanding of Gender and Work during Global Restructuring. **International Sociology**, London, v. 18, n. 3, p. 461-489, set. 2003.

REZERA, Danielle; LOZANO, Lina Giraldo. Transformações do trabalho, marginalização social e perspectivas na América Latina. **Revista UniABC**, v. 1, n.1, p. 146-174, 2010.

ROGALSKI, Michel. Depois de Seattle e Millau: internacionalistas e novos mundialistas ao assalto do planeta. In: CATTANI, Antonio David (org). **Fórum Social Mundial**: a construção de um mundo melhor. Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernest-Otto (orgs.). **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Tradução de Sergio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, Rayna (ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York, Monthly Review Press, 1975.

SANDHOLTZ, Wayne; KITTLSON, Miki Caul; GRAY, Mark M. Women and Globalization: A Study of 180 Countries, 1975-2000. **International Organization**, v. 60, n. 2, p. 293-333, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democracia, Direitos Humanos e Globalização. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 64, 2006, disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/064/64pena.htm>>. Acesso em: fev. 2011.

_____. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. São Paulo: Record, 2001.

SASSEN, Saskia. **Contra geografías de la Globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transnacionales. Traducción de Amanda Pastrana Izquierdo; Claudia Laudano; Amaia Pérez Orozco e Luis Antonio Núñez. Madri: Traficantes de Sueños, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Género e Historia**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SILVA, Karine de Souza. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000.

SMITH, Jackie. **Social Movements for Global Democracy**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2007.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (orgs.). **Direito e transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

_____. **União Européia e supranacionalidade: desafio ou realidade?** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

STIGLITZ, Joseph. O que eu aprendi com a crise mundial. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 3, p. 169-174, jul./set. 2000.

TAVARES, Manuela; BENTO, Almerinda. **Feminismos e movimentos sociais em tempos de globalização: o caso da MMM**. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/feminmovsocfinal.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011, p. 15.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Demographic Yearbook. Divorces and crude divorce rates, by urban/rural residence: 2002-2006 (Released: 21 July 2008). Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/mar/mar2.htm>>. Acesso em 25 nov. 2011.

_____. Department of Economic and Social Affairs. Division for the Advancement of Women. Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. **Committee on the Elimination of Discrimination against Women**. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/committee.htm>>. Acesso em 05 dez. 2011.

_____. Department of Economic and Social Affairs. Division for the Advancement of Women. Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. **Overview of the Convention**. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>. Acesso em 05 dez. 2011.

_____. Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010 - Trends and Statistics**. New York, 2010, p. 45.

_____. Economic and Social Council. Commission on Human Rights. Violence Against Women. Report E/CN.4/2000/68. Special Rapporteur Radhika Coomaraswamy. 29 February 2000.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **A world of development experience**. Disponível em: <http://www.beta.undp.org/content/undp/en/home/operations/about_us.html>. Acesso em 05 dez. 2011.

_____. **Human Development Report 2011**. New York, 2011.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **About UNFPA**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/public/home/about>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

UNITED NATIONS WOMEN. **About UN Women**. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/about-us/about-un-women/>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

VIEIRA, Liszt. Cidadania Global e Estado Nacional. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em fev. 2011. doi: 10.1590/S0011-52581999000300001.

_____. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WEIR, Allison. The Global Universal Caregiver: Imagining Women's Liberation in the New Millennium. **Constelations**, Oxford, v. 12, n. 3, p. 308-330, 2005.6t